

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CACOAL

PROCESSO BRANCO NR 5732/PMC/2014

CACOAL - RO, 16/10/2014
PROCESSO BRANCO NR 5732/PMC/2014
CÓDIGO DE BARRA: 131446
ASSUNTO: TRANSF. DE LOTE URBANO



ASSOCIAÇÃO DE RENDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL ☐

INTERESSADO(S):
OBSERVAÇÕES:

TRAMITAÇÃO DO PROCESSO

DESTINO DO PROCESSO	DATA	DESTINO DO PROCESSO	DATA
Juscal	31/10/14	Simplan	22.08.16
		PGM	14.11.16
Simplan	10/11/14	Simplan	26/10/12
Gab. net	06.04.15	Gabinete	03/11/12
PGM	10/04/15	imp	16/11/12
Simplan	28/04/15		
C D U	30/04/15	Secretário	06/05/19
Simplan	06/07/15	Simplan	08/09/25
Simplan	25/07/15	Simplan	16/12/25
PGM	14/08/15		
PGM - Viciante	19/02/16		
Comissão Mun.	24/02/16		
Simplan	20.03.16		
PGM	17.06.16		
	20.06.16		

REQUERIMENTO

Cacoal-RO, 16 de outubro de 2014

Excelentíssimo Senhor

Francesco Vialetto
Digníssimo Prefeito do Município de Cacoal

Protocolo
Processo nº 5732
Data 16/10/14

Processo nº 5732/14
Folhas 02
Um

A Presidenta da Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal e todas as Classes Sociais do Estado de Rondônia – ARCICCSERO CNPJ nº 13.353.592/0001-77, situada a Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 1752, CEP 78975-000, vem por meio deste, solicitar a Vossa Excelência a transferência do imóvel urbano doado a Igreja Evangélica Assembléia de Deus, de acordo com o Decreto de nº 1.986/PMC/03 em anexo, denominado lotes 315,37 e 303,36, quadra 132, setor 07, com área total de 861,47m², situado no perímetro urbano nesta cidade, localizado com frente para a rua Maria Aurora do Nascimento com 28,44m, fundos 28,32m, esquina com a rua Paulo Ferreira, para a Associação acima mencionada, por se tratar de entidade dedicada à ação sociais.

Nestes Termos
P. Deferimento

DIVISÃO DE RECEITAS

Encaminhado a Protocolo

Em 16/10/14

Recp. *[assinatura]*

Nelena Guades de S. Martins
Placel Tributária
Cod. 008

Coleta M. de Almeida
Associação de Redenção
das Crianças e Idosos de Cacoal
CNPJ: 13.353.592/0001-77
Coleta Machado de Almeida
Presidente

Coleta Machado de Almeida
Presidenta da ARCICCSERO



Receita Federal

Processo nº	5732/14
Fls.	03

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.353.592/0001-77 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 10/06/2010
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE REDENCAO DAS CRIANCAS E IDOSOS DE CACOAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO DE REDENCAO			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R MARCELINO MATANA	NÚMERO SN	COMPLEMENTO ANEXO LOTEAMENTO IMATAL	
CEP 78.975-000	BAIRRO/DISTRITO JARDIM TAMARUPA	MUNICÍPIO CACOAL	UF RO
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/06/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 03/09/2014 às 10:20:20 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
SEÇÃO DE DÍVIDA ATIVA
Certidão Negativa de Débitos

Nro.: 18341 / 2014

Processo	Nº 5732/14
Folha	04

Crc 73949

Razao Social/Nome ASSOCIACAO DE REDENCAO DAS CRIANCAS E IDOSOS DE CACOAL

CNPJ / CPF 13.353.592/0001-77

Inscrição Estadual/RG

Endereco 76960-970 - MARCELINO MANTANA, 2107 JARDIM BANDEIRANTE

Bairro JARDIM BANDEIRANTE Cidade CACOAL Estado RO

Requerente: COLETA MACHADO

Finalidade: CONVENIO


Certificamos a parte interessada que o cadastro acima descrito, está quite com os tributos municipais até a presente data.

Fica, todavia, ressalvado o direito à FAZENDA PÚBLICA de cobrar quaisquer débitos que sejam posteriormente apurados.

Para constar, Gustavo Junio Campos Medeiros Booni, passou esta certidão para fins de NADA CONSTA tributos municipais, válida até 02/08/2014, e Jucilene Alves de Miranda dos Santos, Agente Administrativo, a conferiu e assina.

Obs:

CACOAL, 03 de Junho de 2014


Jucilene Alves de Miranda dos Santos
Agente Administrativo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL

Extrato de Débito

Origem da Pesquisa: Imobiliario

1039801

HGmartins

14/10/2014 10:10:40

Página 1

Inscrição 07-0132-0315-01 IdFisico 1039801
Proprietário MUNICIPIO DE CACOAL
Compromissário

Local do Imóvel 78975-000 - RUA MARIA AURORA DO NASCIMENTO, 0
Bairro/Loteamento TEIXEIRAO Quadra: 132 Lote: 315.37
Endereço Entrega 78975-000 - RUA MARIA AURORA DO NASCIMENTO, 0
Data Correcao



Tributo	Docto	IdGuia	Ex	Situação	Parc	Vencimen	Original	Correção	Juros	Multa	Honorarios	Desconto	Total
---------	-------	--------	----	----------	------	----------	----------	----------	-------	-------	------------	----------	-------

NÃO HÁ REGISTRO DE DÉBITO PARA O CONTRIBUINTE ACIMA

Atenção este documento não vale como certidão negativa!

DECRETO Nº 1.986/PMC/03



DISPÕE SOBRE REVERSÃO DE IMÓVEL URBANO A MUNICIPALIDADE, POR DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DO DECRETO DE DOAÇÃO.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE CACOAL**, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei, e

Considerando que a Lei 889/98 autorizou a doação de imóvel à Igreja Evangélica Assembléia de Deus, para Construção de uma casa de Recuperação de Menores Carentes.

Considerando que não houve Decreto Regulamentando a Doação.

Considerando o descumprimento do art. 2º, §2º da referida Lei.

Considerando o teor dos autos 1170/98.

DECRETA:


Art. 1º. Fica revertido ao domínio do Município, o imóvel urbano denominado lotes 315,37 e 303,36, quadra 132, setor 07, com área total de 861,47m², situado no perímetro urbano nesta cidade, pertencente, localizado com frente para a rua Maria Aurora, com 28,44m; fundos 28,32m, divisa com o lote 13 da mesma quadra, lado direito 30,71m, divisa com o lote 16 da mesma quadra; lado esquerdo - 30,00m esquina com rua Paulo Ferreira.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cacoal, 15 de julho de 2003.


SUELI ARAGÃO
Prefeita Municipal


ROSANA MATOS FERRER
Advogada do Município- OAB/RO - 767
Decreto 909-PMC/2003

A presente
15 07 03

PREFEITO MUNICIPAL
CACOAL - RORAIMA
15 07 2003

Processo 5732/14
Folha 07
Luo

**ESTATUTO SOCIAL DA ARCICCSERO – ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS
CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL E TODAS AS CLASSES SOCIAIS DO
ESTADO DE RONDÔNIA**

ESTATUTO SOCIAL DA ARCICCSERO

CACOAL-RO

2014

SUMÁRIO

Processo Nº 57321/2019
Folha 08
1

CAPÍTULO I - Da Denominação, Duração, Sede, Foro e Objetivos.....	02
CAPÍTULO II - Das Assembléias Gerais.....	03
CAPÍTULO III - Das Assembléias Gerais Ordinárias.....	04
CAPÍTULO IV - Das Assembléias Gerais Extraordinárias.....	04
CAPÍTULO V - Das Atribuições da Diretoria.....	05
CAPÍTULO VI - Das Atribuições do Vice-Presidente	06
CAPÍTULO VII - Do Conselho Fiscal e Suas Atribuições.....	07
CAPÍTULO VIII - Dos Direitos e Deveres dos Membros da Entidade.....	08
CAPÍTULO IX - Das Penalidades	09
CAPÍTULO X - Da Eleição dos Membros da Entidade	10
CAPÍTULO XI - Da Fonte de Recursos para Manutenção da ARCICCSERO	10
CAPÍTULO XII - Do Infrator	11
CAPÍTULO XIII - Das Disposições Gerais e Transitórias	11

1ª OFICINA DE REGISTRO CIVIL E TABELIÃO DE NOTAS DE CACAOAL-RO
CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIÃO DE NOTAS DE CACAOAL-RO
JOSÉ HAMILTON RELETTI - TABELIÃO / REGISTRADOR
ANEXO DE JÚRISDIÇÃO - CENTRO - CACAOAL-RO - CEP 76000-000
FONE (61) 3441-0800 / (61) 3441-0791

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia é reprodução fiel desta face, do original apresentado.
*0034, Empol R\$5,97 - Custas R\$0,39 e
Selo R\$0,81 nº CCAW24935-5673B
Consulte o selo digital em:
www.fjro.jus.br/consultaselo
Cacaoal - RO, 01/07/2019

Diretor de Tabeliões
2ª Tabelião Substituto

Confere com Original

Data em 21/07/2019

Rosimery Maria de Lima
Advogada
OAB/RO 2504

Registro de Títulos e Documentos
e Cartas de Boas e Fiel
Vereador
Oficial Tabelião

Primeira Alteração Estatutária
CAPÍTULO I

Da Denominação, Duração, Sede, Foro, e Objetivos

Art. 1º. A Associação de Redenção da Criança e Idosos de Cacoal e toda Classe Social do Estado de Rondônia, doravante denominada "**ARCICCSERO**," é uma Associação, pessoa jurídica de âmbito filantrópico em defesa das causas pessoais com objetivo de realizar a melhoria de qualidade de vida de todos os seus associados, principalmente na área da saúde, educação, capacitação profissional e habitação popular. Com sede e foro na cidade de Cacoal do Estado de Rondônia na Rua Marcelino Matana, nº 2107, loteamento Imatal, Bairro Jardim Itamarupá.

Art. 2º. Dos Exercícios da ARCICCSERO

- I. A **ARCICCSERO** será regida por este Estatuto em todas as suas atividades perante a lei que rege o Estatuto dentro de nossa constituição representada ativa e passivamente em juízo ou fora dele, pelo (a) seu (a) Presidente pela Presidenta.

Art. 3º. Dos Objetivos:

Com base em seu Estatuto **ARCICCSERO**, exercerá as seguintes atividades:

- I. Atender as necessidades habitacionais do interesse dos associados;
- II. Buscar melhoria de qualidade de vida dos associados da **ARCICCSERO** - Associação de redenção da Criança, Idoso de Cacoal e todas as Classes Sociais do estado de Rondônia.
- III. Prestar assistência técnica e cultural aos associados.
- IV. Buscar parceria e convenio com órgãos públicos e privados.
- V. Buscar junto aos órgãos público e o setor privado, recursos para capacitação profissional de jovens filhos dos seus associados e comunidade em geral;
- VI. Cumprir e fazer cumprir as leis do regimento Interno e o Estatuto.
- VII. Desenvolver atos junto ao Governo Federal, Estadual e Municipal, buscando melhores condições de aplicabilidade, na saúde e educação da comunidade em geral;
- VIII. Esporte, Lazer e Cultura Regional;
- IX. Realizar cursos, palestras e treinamentos, visando o preparo da comunidade e dos seus associados para o mercado de trabalho.
- X. Firmar convênios com a Secretaria Municipal e Estadual com objetivo de promover o amparo de educação e cursos profissionalizante para todas as classes interessadas;
- XI. A **ARCICCSERO** constituirá um comitê nas suas áreas de abrangência para o atendimento social, com a utilização do mesmo CNPJ;

Confere com Original

Data em 02/07/2019

Procuradora Maria de Lima
Advogada
OAB/RO 2504

XII. Compete a **ARCICCSERO** nas áreas regimentais, desenvolver da melhor maneira o ensino educacional, artesanal e musical;

XIII. A **ARCICCSERO** no ato de suas obrigações, como uma Entidade filantrópica e sem fins lucrativos pode através de sua Presidenta gerir abertura de contas bancárias em qualquer estabelecimento financeiro do país na gestão de seus recursos financeiro em prol da Associação e dos seus associados.

CAPÍTULO II Das Assembléias Gerais

Art. 4º. Competem privativamente as Assembléias Gerais:

- I. Eleger os administradores;
- II. Destituir os administradores;
- III. Aprovar ou desaprovar contas;
- IV. Alterar o estatuto Social;
- V. Autorizações para financiamentos;
- VI. Formar parceria com setor privado em projetos que beneficie seus associados e as classes sociais.

Art. 5º. As Assembléias Gerais dos Associados é o órgão supremo da **ARCICCSERO**, dentro da legislação constitucional vigente do nosso país em nosso Estatuto, que dos poderes para decidir, negociar os assuntos e objetivos de deliberação da mesma e suas deliberações vinculam a todos os membros e associados, ainda que ausentes ou discordantes.

§ 1º. As Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de dez (10) dias, em primeira convocação, mediante editais fixados em locais apropriados das dependências habitualmente freqüentadas pelos associados, com publicação em jornal, e comunicação aos associados por intermédio de circular ou carta convite, obedecendo ao quorum de instalação metade mais um ou dois terços de seus associados, no que segue as normas do edital de convocação, podendo-se realizar na sua ultima convocação não inferior a dez (10) associados.

§ 2º. A convocação será feita pelo presidente, ou por qualquer dos órgãos de administração, pelo Conselho Fiscal, ou após solicitação não atendida por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direitos.

§ 3º. As deliberações nas assembléias gerais serão tomadas por maioria de voto dos associados presentes, com direito de voz e voto, desde que estejam em dia com o Estatuto e o Regimento Interno.

Confere com Original

Data em 02/07/2014

Documentos
Arquivos
Assinaturas
Rubricas

Rosimery Maria de Lima
Advogada
OAB/RO 2504

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS DE CANCELAMENTO
CANTORNO RELETTI
JOSÉ HAMILTON RELETTI, TABELIONO REGISTRADOR
AV. DAIS DE JATUBÁ, 500 - CENTRO - FÁBIO LACERDA - CEP 13.120-000
FONE (19) 3441-1231 / (19) 3441-1232
FAX (19) 3441-1233
A presente fotocópia é reprodução fiel
devidamente autenticada.
*0034. Expol. R\$ 0,97 Custas R\$ 0,39 e
Selo R\$ 0,81 e C\$ 0,00 14937-D9D4B
Consultar pelo digital em:
www.jf.ro.jus.br/consultaselo/
Caracal - 02/07/2014.

Dolcimar Peleli
2ª Tabelião Substituto



5732/11

Barnardston, Charles
Office

[illegible]

- Delcours Reled
2^e Tabella Substana

●

I. Relatório da gestão;

- II. Balanço do ano da gestão;

IV. Eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;

V. Fixação do valor da taxa de contribuição dos associados, a critério da

VI. Qualquer assunto de interesse social dentro das conformidades estatutárias.

idades estatutárias.

[Handwritten signature]
Prossperidade Maria de Lima
Adv. 6.10.0
OAB/RO 2504

Registro de Títulos e Documentos
e Civil do Fórum Teresopolis
Município de Teresopolis

Art. 9º. A Assembléia Geral Extraordinária será realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre assunto de interesse da **ARCICCSERO**, desde que mencionado no edital de convocação.

Art.10. É da competência exclusiva da assembléia geral extraordinária deliberar os seguintes assuntos:

- I. Reforma do Estatuto;
- II. Admissão, demissão e Exclusão de associados;
- III. Mudança no objetivo da **ARCICCSERO**;
- IV. Dissolução voluntaria da **ARCICCSERO** e nomeação de liquidantes;
- V. Contas dos liquidantes.

Parágrafo Único – São necessários os votos de um terço (1/3) dos associados presentes para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

Art.11. A **ARCICCSERO**; será administrada por uma diretoria composta de sete (7) membros com títulos de Presidente, Vice-Presidente, 1º e, 2º secretários, 1º e 2º Tesoureiros, todos eleitos com direito de voz, em assembléia geral com mandato de quatro (4) anos podendo ser reeleitos, três terços (3/3) da diretoria.

Parágrafo Único – A posse da Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal desta Associação dar-se-á ao encerrar o trabalho de votação.

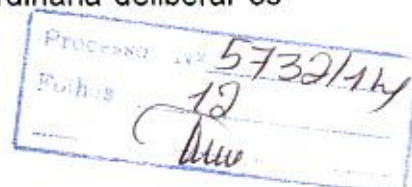
CAPÍTULO V Das Atribuições da Diretoria

Art.12. São Atribuições do Presidente:

- I. Representar a **ARCICCSERO** em juízo ou fora dele ativa e passivamente;
- II. Convocar e presidir as assembléias gerais e reuniões da diretoria podendo efetuar o voto de desempate;
- III. Cumprir e fazer cumprir o estatuto, o regimento interno, as resoluções da diretoria e da assembléia geral;
- IV. Assinar juntamente com o tesoureiro e 1º secretário, os cheques e demais documentos, que signifiquem compromisso financeiro desta entidade;
- V. Representar a **ARCICCSERO** perante entidades afins e poderes públicos, visando solucionar problemas e sanar dificuldades dos associados desta Associação;

Confere com Original

Data em 02/07/2014



1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELANTE DE NOTAS EM CACULHO
CARTÓRIO RELETA
JOSE HAMILTON RELETA - TABELANTE REGISTRO CIVIL
ANEXO DE JUIZ DE PAZ - CENTRO - CACULHO - CEP 19040-000
FONE (19) 341.1111 (19) 341.1112
FAX (19) 341.1113 (19) 341.1114
E-MAIL: jhr@caculho.sp.gov.br
A presente fotocópia é reprodução fiel
desta face, do original representado.
*0034, Empl. R\$12,97 - Custas R\$0,39 e
Selos R\$0,81 - CAAW24939 - C4744
Consulte o vício digital em:
www.tjro.sp.gov.br/consultas
Caculho - SP/02/07/2014
Declaro que Beleti
2ª Tabelante Substituta



Rosângela Maria da Lima
Advogada
OAB/RO 2594

CAPÍTULO VI

Das Atribuições do Vice-Presidente

Art.13. São atribuições do Vice-Presidente:

- I. Substituir o presidente na sua ausência, no impedimento de suas atribuições e quando este solicitar;
- II. Assumir todas as tarefas que lhe forem designadas, decididas coletivamente pela diretoria.

Art.14. São atribuições do 1º Secretário:

- I. Lavrar atas da reunião da diretoria e das assembléias gerais;
- II. Protocolar as correspondências recebidas em seus devidos lugares entregá-las aos destinatários e emitir correspondências em nome da **ARCICCSERO**;
- III. Organizar o arquivo e documentação da **ARCICCSERO**;
- IV. Assinar, juntamente com o Presidente e 1º tesoureiro, os cheques e contratos e demais documentos, pertencentes à **ARCICCSERO**;
- V. Na ausência do presidente e vice-presidente respondera pela **ARCICCSERO**.

Art.15. São atribuições do 2º Secretário:

- I. Substituir o primeiro secretário em sua ausência e quando este o solicitar;

Art.16. São atribuições do 1º Tesoureiro:

- I. Cuidar da receita e despesas da **ARCICCSERO** e do presidente sob sua responsabilidade direta, com supervisão e orientação do presidente e indireta com os demais membros da diretoria;
- II. Apresentar um relatório mensal na assembléia geral ordinária;
- III. Realizar a prestação de contas semestrais por ocasião da assembléia geral ordinária;
- IV. Organizar toda a documentação do balancete da tesouraria, registrando todo movimento financeiro em livro próprio;
- V. Assinar cheques bancários e demais documentos junto com o presidente e o 1º Secretário.

Art.17. São atribuições do 2º Tesoureiro:

Parágrafo Único – A diretoria da **ARCICCSERO** reunirá uma vez por mês em reunião ordinária e extraordinária quanta vezes for necessário.

Confere com Original



Rosimery Maria de Lima
Advogada
OAB/RO 2504

- I. Substituir o 1º tesoureiro em sua ausência ou impedimento e quando o mesmo solicitar;
- II. Colaborar com o mesmo no cumprimento das atribuições que lhe são conferidas.

CAPÍTULO VII Do Conselho Fiscal e Suas Atribuições

Art.18. A administração da **ARCICCSERO** será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal constituído de três (3) membros efetivos e três (3) suplentes, todos associados eleitos a cada quatro (4) anos pela assembléia geral, sendo permitida apenas a reeleição de um terço (1/3) dos seus componentes.

§ 1º. Não podem fazer parte do Conselho Fiscal: os parentes dos diretores até o segundo (2º) grau, linha direta.

§ 2º. O associado não pode exercer cumulativamente cargos nos órgãos de administração e de fiscalização.

Art.19. O Conselho Fiscal é composto de três (3) membros efetivos e três (3) membros suplentes, sobretudo é um órgão verificador das finanças da **ARCICCSERO**.

Art. 20. São atribuições do Conselho Fiscal:

- I. Examinar em qualquer tempo livros e papéis da **ARCICCSERO**, o caixa e a tesouraria, devendo fornecer à diretoria às informações quando a mesma solicitar;
- II. Lavrar em livros próprios pareceres sobre atividades e finanças da **ARCICCSERO**, quer positivo ou negativo, para serem apresentadas em reunião à assembléia geral, as quais serão lavradas em atas pelo secretário;
- III. Verificar a exatidão do registro dos membros da **ARCICCSERO**;
- IV. Por ocasião da eleição dos membros da **ARCICCSERO**, o Conselho Fiscal sentara a mesa para proceder às etapas da eleição e término.

Art. 21. O conselho fiscal da **ARCICCSERO** reunira uma vez a cada dois (2) meses compreendendo sessenta (60) dias, em reunião ordinária e extraordinária quantas vezes forem necessárias.

Confere com Original

Data em 02/07/2014

Ass. de Apoio Jurídico e Documental
Folha 14 de 14
Data 02/07/2014

Rosimery Maria de Lima
Advogada
OAB/RO 2594

Nota: Este documento é uma cópia digitalizada. Para obter o original, consulte o site: www.arcccs.ro. Para mais informações, consulte o site: www.arcccs.ro. Para mais informações, consulte o site: www.arcccs.ro.

Process 5732/14
15
Art. 22. Os membros do conselho fiscal em sua primeira reunião elegeram entre seus membros um presidente e um secretário para elaboração das atas das reuniões.

Parágrafo Único – O membro efetivo do conselho fiscal que faltar será substituído pelo membro suplente, sendo o mesmo solicitado pelo presidente do conselho fiscal da **ARCICCSERO**.

Art. 23. A **ARCICCSERO** devesa constar os seguintes livros de escrituração:

- I. Livro ata das assembléias gerais;
- II. Livro para assinatura de presença;
- III. Livro ata para as reuniões da diretoria executiva;
- IV. Demais livros do movimento caixa e registro contábil;
- V. Livro de registro de funcionários;
- VI. Livro ata para Conselho Fiscal.

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELAMENTO DE NOTAS DE CAPITAL-RO
CARTÓRIO NOTARIAL
JOSÉ HAMILTON BELETI - TABELANTE REGISTRADO
AV. DOS DE JANEIRO, 2000 - CENTRO - CACULAI-RO - CEP 76100-000
FONE (11) 3441-1111 / 3441-1112
FAX (11) 3441-1113
AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é reprodução fiel desta face, do original apresentado.
*0034. Emol. R\$ 5,00 - Chancela R\$ 0,39 e
Selos R\$ 0,81 - C\$ 0,00 - W24942-D8F73
Consulte o selo digital em:
www.tro.jus.br/consultaselo/
Caculai - RO, 02/07/2014.
Dalciur Beleti
2º Tabelante Substituto

Art. 24. O membro da diretoria que faltar em três (3) reuniões sem justificativa, automaticamente perde o mandato.

Art. 25. A **ARCICCSERO** manterá a seguinte categoria de sócios:

- I. Fundador: são os que assinaram na ata de constituição;
- II. Efetivo: são os que associaram a **ARCICCSERO** após a sua constituição;
- III. Contribuintes: são os que contribuem com as normas estatutárias.

Art. 26. A mensalidade dos associados será do valor de acordo com a diretoria e homologada em assembléia geral.

§ 1º. Esta taxa de manutenção se destinara em movimento das necessidades da **ARCICCSERO** em prol dos seus beneficiários.

§ 2º. Esta taxa é obrigatória pelo estatuto e regimento interno, para todos os associados.

CAPÍTULO VIII Dos Direitos e Deveres dos Membros da **ARCICCSERO**

Art. 27. São direitos dos sócios:

- I. Votar e ser votado para os cargos da direção e fiscalização;
- II. Participar das atividades da **ARCICCSERO**;
- III. Sugerir, discordar ou aprovar ato associativo que seja matéria de discussão em assembléia geral;

Confere com Original

Data em 02/07/2014

Registro de Títulos - Documentos
e Outros Instrumentos
Públicos
Caculai - RO

Rosimery Maria de Lima
Advogada
OAB/RO 2504

- IV. Requerer a convocação da assembléia geral, de conformidade com as disposições previstas neste Estatuto;
- V. Defender-se, quando da aplicação de alguma penalidade;
- VI. Desligar-se do quadro social, mediante comunicação escrita, quando assim o desejar no prazo de trinta (30) dias.

Art. 28. São deveres de cada sócio:

- I. Respeitar e obedecer ao Regimento Interno e o Estatuto, o e demais atos normativos da **ARCICCSERO**;
- II. Pagar em dia a taxa de manutenção;
- III. Ter o direito de se inscrever em qualquer atividade exposta pela Associação para seus associados;
- IV. Zelar pelo bom andamento de todas as oportunidades que a associação expor e o patrimônio da a associação.

§ 1º. O descumprimento das obrigações previstas neste artigo impedirá o exercício do direito de voto, bem como o de candidatar-se a cargo eletivo e poderá ainda, implicar pena de desligamento da **ARCICCSERO**.

§ 2º. A pena de desligamento da **ARCICCSERO** será proposta a Assembléia Geral pela Diretoria, dando ao acusado amplo direito de defesa.

CAPÍTULO IX Das Penalidade

Art. 29. Das Penalidades:

§ 1º. O sócio que durante três (3) meses consecutivos deixarem de pagar suas mensalidades será automaticamente desligado do quadro associativo.

§ 2º. Admissão: podem-se admitir associados em discussão com a Diretoria e homologado em Assembléia geral, pessoas que se comprometem em cumprir fielmente com a lei e o Estatuto Social, e resida dentro do Estado de Rondônia.

§ 3º. Demissão: dar-se-á automaticamente após a entrega da carta de demissão, a qual será levada em reunião da diretoria e aprovada o seu desmembramento em Assembléia Geral.

§ 4º. Exclusão: A exclusão dar-se-á ao associado que deixar de cumprir com as normas e obrigações estatutárias ou que venham colidir com as obrigações da **ARCICCSERO**.

Parágrafo Único – O associado excluído terá o prazo de trinta (30) dias para interpor recursos, apresentando-os em Assembléia Geral, se o ato for prejudicial.

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS DE CACAUÍ-RO
CARTÓRIO DELEGI
JOÃO HILTON BELLETTI - TABELIÃO REGISTRAR
ANEXO DE NOTAS DE CACAUÍ-RO - CACAUÍ-RO - 75070-000
FONE (68) 3441-1181 (080) 3441-1181
AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é reprodução fiel desta face, do original, apresentando:
2004, Emp. R\$1,97 - Custas R\$0,39 e
Selo R\$0,11 - CAAW14943-4072F
Consulte o selo digital em:
www.jbrjbr.com/consultaselo/
Cacauí-RO, 01/07/2014.
Diretor Belletti
Tabela Substituta

Confere com Original

Data em 08/07/2014

Registro de Títulos e Documentos
e Civil do Poder Judiciário
Vencido em 08/07/2014

Rosimeiry Maria de Lima
Advogada
OAB/RO 2504

AV. JOSÉ DE JESUS, 100 - CENTRO - CACULAI - CE - 61.900-000
ATENTICAÇÃO
A presente fotocópia é reprodução fiel desta face, do original apresentado.
*0034. Emol. R\$11,97. Custas R\$0,39 e Selo R\$0,81. CCA 11724944-463A1
Consulte o selo digital em: www.tjrr.jus.br/consultaselo
Caculai - RO, 02/07/2019

CAPÍTULO X
Da Eleição dos Membros da ARCICCSERO

Art. 30. A eleição dos membros da entidade será realizada a cada quatro (4) anos, em assembléia geral ordinária.

§ 1º. Qualquer membro da diretoria poderá ser eleito em conformidade com os artigos 6, 11 e 18 deste Estatuto Social.

Art. 31. A eleição será realizada sob supervisão da diretoria e a comissão formada antecipadamente para fiscalizar.

Art. 32. Só poderão ser votados para cargos efetivos, os associados que cumprem com seus compromissos sociais.

Art. 33. Findo o tempo determinado para a votação, serão abertas as urnas pela comissão eleitoral, devendo esta solicitar a presença de três (3) voluntários da assembléia, para evitar qualquer suspeita de fraude.

Art. 34. Na época da eleição os associados poderão criar chapas, uma, duas ou mais se for o caso, podendo ser formalizada junto com o conselho fiscal ou em separado.

Art. 35. As chapas deverão ser apresentadas à comissão eleitoral e fiscalizadora vinte (20) dias antes da data da eleição.

Parágrafo Único – O que se trata ao artigo anterior, as chapas deverão apresentar-se com toda documentação dos associados e com certidões negativas de adimplência expedida pelo órgão competente.

Art. 36. Os votos serão simples e secreto, na presença da assembléia geral dos associados, sendo conferido o numero de assinatura no livro de presença com os votos apurados.

§ 1º. Contando os votos, brancos, nulos e validos, havendo empate disputará pela idade, que declara eleita e empossada.

§ 2º. Comparecendo chapa única, a mesma será aclamada, eleita e empossada.

CAPÍTULO XI
Da Fonte de Recursos para Manutenção da ARCICCSERO

Art.37. As fontes de recursos para manutenção da **ARCICCSERO** se dão em: contribuições de associados, doações de pessoa física, doações de pessoas jurídicas, recursos governamentais, financiamentos, constituição de fundos social, promoção de festas e etc.

Confere com Original

Data em 02.07.2019

Região de Trânsito de Domésticos e Civil de Trânsito de Domésticos
Município de Caculai - RO
Oficial de Registro

Positively Maria de Lima
Advogada
OAB/RO 2504

Parágrafo Único – Das Despesas:

As despesas da entidade são materiais de expediente, telefone, água, luz, internet, bebedouro, armários, mesas, cadeiras e viagens e com funcionários, etc.

**CAPÍTULO XII
Do Infrator**

Art. 38. O infrator será notificado por escrito até três (3) vezes, deixando de atender será cumprido o artigo 29 e § 4º deste Estatuto.

Art. 39. A **ARCICCSERO** cumprirá com sua obrigação de defender os anseios de seus associados em conformidade com as leis vigentes.

Parágrafo Único – A ARCICCSERO não respondera por dividas de seus associados.

**CAPÍTULO XIII
Das Disposições gerais e Transitórias**

Art. 40. Os membros da diretoria e do conselho fiscal, não receberão nenhuma remuneração salarial por seus trabalhos.

Art. 41. Terá direito as despesas pagas pela a associação quando no ato de trabalhos determinados pela mesma e comprovadas através de documentos fiscais.

Art. 42. Os associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e dividas contraída pela **ARCICCSERO**.

Art. 43. A **ARCICCSERO** poderá ser extinta por deliberação dos associados, em qualquer tempo, desde que seja convocada uma assembléia geral para tal fim, e depois de feita ma auditoria geral da gestão atual pelo Conselho Fiscal.

Art. 44. Em caso de dissolução da **ARCICCSERO**, será convocada uma Assembléia Geral para destinar os bens remanescentes a entidades congêneres.

Art. 45. Os associados deverão ter em posse sua carteira de sócio.

Art. 46. Este estatuto poderá ser alterado em parte ou nele todo, desde que haja a convocação de assembléia geral para tal fim.

Art. 47. Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria executiva ou em assembléia geral para tal finalidade.

Art. 48. A **ARCICCSERO** poderá manter convênio com comercio em geral e Hospitais para seus associados.

Confere com Original

Data em 07/02/2014

Declaro que o presente documento é uma cópia fiel do original e que o mesmo foi assinado por mim, o Sr. Delcimar Beletti, 2ª Tabelião Substituto.

Resineiry Maria de Lima
Advogada
OAB/RJ 2804

desta face, de original apresentado.
*0034. Empl. R\$1,97 Custas R\$0,39 e
Selo R\$0,81 (R\$3,17) W24945-DAF19
Consulte o selo digital em:
www.fra.jus.br/consultaselo/
Caracol - R\$0,02/07/2014
Delcimar Beletti
2ª Tabelião Substituto

Processo nº 57321-11
Folhas 18
Cau

5732114 10 12

Art. 49. Fica obrigatório ao associado contribuir com sua mensalidade e por conta própria a título de doação para ajudar para sua associação.

Art. 50. Fica a diretoria obrigatória a criar o regimento interno da **ARCICCSERO** com suas normas regimentais e aprovadas em assembléia geral extraordinária para tal finalidade e registrar em cartório de pessoa jurídica.

Art. 51. O associado que se desligar do quadro de associados não tem direito a remuneração.

Art. 52. No caso de morte do associado é reservado o número da matrícula para o cônjuge, havendo interesse de permanência na **ARCICCSERO**.

Art. 53. Pode-se agregar ao quadro de Associados da **ARCICCSERO**, o educando, o artesão e os que concordarem em cumprir com o presente estatuto.

Art. 54. Comprovado fraude, negligencia e culpa de qualquer dirigente desta Associação o mesmo será levada a penalidade na forma da lei.

Art. 55. É de direito da **ARCICCSERO**, criar um Quadro de Funcionários, para atribuição de suas funções.

Art. 56. Este estatuto entrará em vigor após sua aprovação em Assembléia geral convocado para esta finalidade e registrado em cartório.

Art. 57. Fica eleito o fórum da comarca de Cacoal para dirimir quaisquer ônus.

Assinaturas:

Fundador: José Moura dos Santos

• Presidenta: Coleta Machado de Almeida

• Vice-Presidente: Elias Ferreira de Oliveira

• 1º Secretário: Elias Simplicio de Paula

• 2º Secretário: Ilma Silva Santos

• 1º Tesoureiro: Ihagor Moura Silva

• 2º Tesoureiro: Waldecir Domingos Ferreira

Membros do Conselho Fiscal:

Valdinei Gomes Corá:

Rosalvo Paes Moreira:

Processo Nº 5732/14
Folha 20
Muro

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS DE CACAOAL-RO
CARTÓRIO BELETTI
JOSÉ HAMILTON BELETTI - TABELIÃO / REGISTRADOR
AV. DONS DE JUNHO, 2648 - CENTRO - CACAOAL-RO - CEP 76963-954
Fones: (69) 3441-2981 / (69) 3441-7682

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia é reprodução fiel desta face, do original apresentado.
*0034 - Emol. R\$ 1,97 - Custa R\$ 0,29 e
Selo R\$ 0,81 nº CSAAQ26880-B3630, CSAAQ26881-5878C
Consulte o selo digital em:
www.tro.jus.br/consultaselo/
Cacaoal - RO, 02/07/2014

José Hamilton Beletti Tabelaio
1º Tabelião Substituto



1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS DE CACAOAL-RO
CARTÓRIO BELETTI
JOSÉ HAMILTON BELETTI - TABELIÃO / REGISTRADOR
AV. DONS DE JUNHO, 2648 - CENTRO - CACAOAL-RO - CEP 76963-954
Fones: (69) 3441-2981 / (69) 3441-7682

Selo Digital de Fiscalização - - CSAAQ26880-B3630, CSAAQ26881-5878C,
CSAAQ26882-1268D.

Certifica validade em www.tro.jus.br/consultaselo/

Reconheço por Semelhança sem valor econômico as firmas de COLETA MACHADO DE ALMEIDA, ELIAS SIMPLICIO DE PAULA e HAGOR MOURA SILVA, *0013 *45924D. Deu
F.º Emolumentos: R\$5,88, Fuku: R\$4,12, Selo: R\$2,43, Total = R\$12,43. Cacaoal-RO, 27 de
março de 2014 - 08:50:02h.

Em Teste

José Hamilton Beletti - Tabelião



13

Carmosino de Prudêncio: Carmosino de Prudêncio

Marcos Antonio Cândido de Oliveira: MARCOZ ANTONIO C OLIV

Sidinei Afonso da Silva: Sidinei Afonso da Silva

Ana Lucia de Souza: Ana Lucia de Souza

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS DE CACOAL-RO
CARTÓRIO DELEGI
JOSE HAMILTON BELETTI - TABELIONATO REGISTRADOR
AV. DA UN. DE AGRICULT. 2446 - CENTRO - CACOAL-RO - CEP 76.963-812

ATTESTAÇÃO

A presente fotocópia é reprodução fiel desta face, do original apresentado.
*0034. Emol. R\$ 97,00 Custas R\$ 0,39 e
Selo R\$ 0,11 nº C54AW24947-7B7DF
Consulte o selo digital em:
www.tjro.jus.br/consultaselo
Cacoal - RO, 02/07/2014

Dalchini Beleti
2ª Tabelião Substituto

Processo nº 5732/HW
Folha 21

Assinatura
Rosimeiry Maria de Lima
Advogada
OAB/RO 2504

Register

SERVIÇO REGISTRAL DE PESSOA JURÍDICA

Bernadete L. de Oliveira Oficial Titular

RUA DOS PIONEIROS, 1876 CENTRO - CEP 76.963-812 - CACOAL - RO

Protocolo nº 0014689, Averbação nº 02, no REGISTRO Nº 0002685 LIVRO A-033 Folha 005, Selo nº C4AAA51027-EAEF7.

Cacoal-RO, 31 de março de 2014.

Vanessa Tres
Oficial Substituto

Emolumentos: R\$60,90, Faju: R\$12,18, Selo: R\$0,81, Total = R\$73,89

Selo Digital de Fiscalização - C4AAA51027-EAEF7

Confira validade em www.tjro.jus.br/consultaselo

QUEM NÃO REGI

QUEM NÃO REGISTRA NÃO É DONO

Confere com Original

Data em 02/07/2014



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Processo Nº 5732/14
Folha 22
Assinatura: [assinatura]

BOLETIM DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS
BIC

CLASSIFICAÇÃO
Territorial

INSC. CADASTRAL 1039801	SETOR 07	QUADRA 0132	LOTE 315,37	SUB-LOTE	DOCUMENTO DA PROPRIEDADE PROC. 2.708/90 DE 03.12.90 PROCESSO DE DOAÇÃO 1.170/98 DE 11.09.98 REVERSÃO PARA O MUNICÍPIO EM 15.07.03 ATRAVÉS DO DECRETO N.º 1.986/PMC/03 PROC. 1.170/98 UNIFICAÇÃO DO LOTE 303 AO 315 EM 12/02/04
LOGRADOURO (Rua, Avenida, Praça, etc) 106 RUA MARIA AURORA DO NASCIMENTO					
PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE CACOAL - ESTADO DE RONDÔNIA CPF 000.000.000-00 CONTRIBUINTE: MUNICÍPIO DE CACOAL - ESTADO DE RONDÔNIA					
ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL					
TOPOGRAFIA: Regular PEDOLOGIA: Firme ESQUINA:					
TIPO DE CASA:			UTILIZAÇÃO:		CONSERVAÇÃO:
PADRÃO:		DATA DE PREENCHIMENTO 12/03/2004			DIMENSÕES DI-Frente:: 26,50 M DI-L_Direito:: 28,45 M DI-L_Esquerdo: 28,40 M DI-L_Fundo:: 27,70 M Área: 769,19 M ² Área de Construção: M ² Regularizada:
BIC PREENCHIDO PELO FUNCIONÁRIO: ELIANA APARECIDA SOUZA BORGES					
OBSERVAÇÃO:					

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
CONFERT COM ORIGINAL
Em 30 / 10 / 14
Bucifone - 6285

Ao

Cartório do Serviço de Registro de Imóveis de Cacoal-RO.

Oficial: Bernadete



COLETA MACHADO DE ALMEIDA, com CPF nº 587.822.492-59. Vem muito respeitosamente solicitar o Registro do Estatuto Social da ARCIC - Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal e seus anexos.

Nestes termos.

P. deferimento.

Cacoal, 24 de novembro de 2010.


COLETA MACHADO DE ALMEIDA

República Federativa do Brasil

COMARCA DE CACOAL

ESTADO DE RONDÔNIA

SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Bernadete Lorena de Oliveira - Oficial Titular

Michelly A. Lorena de Oliveira - Assessora Jurídica

FONE (0**69) 3441 - 4463

FAX (0**69) 3443- 3593


Rua dos Pioneiros, nº 1.876 - Centro - CEP - 76.963-812

Comarca de Cacoal - RO

CERTIDÃO

(em breve relatório)



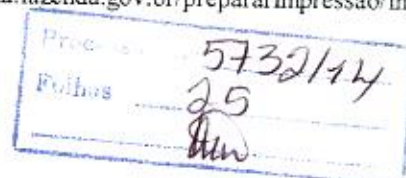
CERTIFICO, a requerimento de parte interessada, que revendo neste Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, desta cidade e Comarca de Cacoal, Estado de Rondônia, a meu cargo, deles verifiquei constar o seguinte: a) no Livro "A-22", o Registro sob n.º 2.685 (Dois mil, seiscentos e oitenta e cinco), de 02 de Dezembro de 2010, referente ao Estatuto Social, Ata de Fundação, Eleição e Posse da Diretoria, Relação dos Sócios Fundadores (Art.120 Lei 6.015/73 e art. 53 a 61 do NCC) da "ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL". É uma entidade civil e filantrópica, sem fins econômicos, com personalidade jurídica sem discriminação de sexo, raça, credo religioso, políticos ou partidários, com sede e foro na Rua Marcelino Matana, s/nº, Loteamento Imatal, Bairro Jardim Tamarupá, nesta cidade de Cacoal, Estado de Rondônia. A duração da associação é por tempo indeterminado. Seus objetivos são: I) Prestar assistência técnica e cultural aos associados; II) Buscar parceria e convênio com órgãos públicos e privados; III) Colaborar com o Governo na esfera Municipal, Estadual e Federal; IV) Cumprir e fazer cumprir as leis do Regimento Interno e o Estatuto; V) Representar a ARCIC ativa e passivamente em juízo e fora dele. A Diretoria atual está assim constituída para o quadriênio de Maio/2010 a Maio/2014: **Presidente** - Coleta Machado de Almeida; **Vice-Presidente** - Renata Cardoso de Mendes Corá; **1º Secretário** - Anderson Pereira Coelho; **2ª Secretária** - Ilma Silva dos Santos; **3ª Secretária** - Suzana Souza da Silva; **1º Tesoureiro** - Ihagor Moura Silva; **2º Tesoureiro** - Waldecir Domingos Ferreira, e demais membros do Conselho Fiscal. Dada e passada nesta cidade e Comarca de Cacoal, Estado de Rondônia, ao segundo dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez (02/12/2010). Eu,  (Bernadete Lorena de Oliveira) Oficial de Registro, conferi, dou fé e subscrevo.

Emols. R\$ 10,67

Custas: R\$ 2,13

Selos R\$ 0,65



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.353.592/0001-77 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 10/06/2010
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE REDENCAO DAS CRIANCAS E IDOSOS DE CACOAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO DE REDENCAO			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R MARCELINO MATANA	NÚMERO SN	COMPLEMENTO ANEXO LOTEAMENTO IMATAL	
CEP 78.975-000	BAIRRO/DISTRITO JARDIM TAMARUPA	MUNICÍPIO CACOAL	UF RO
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/06/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia 16/03/2011 às 17:40:50 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

Processo nº 5732/11
Folhas 26
ESTATUTO SOCIAL DA ARCIC – ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL, DE ACORDO COM O NOVO CÓDIGO CIVIL – LEI Nº 10.406 DE 10 DE JANEIRO DE 2002.



CAPÍTULO I

Da denominação, duração, sede, foro e objetivos

Art 1º - A Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal, doravante denominada "ARCIC," é uma entidade civil e filantrópica de fins não econômicos, com personalidade jurídica sem discriminação de sexo, raça, credo religioso, políticos ou partidários, com sede e foro na cidade de Cacoal Estado de Rondônia na Rua Marcelino Matana, s/nº, loteamento Imatal, Bairro Jardim Tamarupá.

Art 2º- Da duração.

- a) - A duração da ARCIC é por tempo indeterminado.
- b) - Compreendendo seu exercício de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro coincidindo com o ano civil.
- c) - Podendo ser dissolvida a qualquer momento em deliberação de Assembleia Geral para tal finalidade.

Art 3º- Dos objetivos.

- a) - Prestar assistência técnica e cultural aos associados.
- b) - Buscar parceria e convênio com órgãos públicos e privados.
- c) - Colaborar com o governo na esfera Municipal, Estadual e Federal.
- d) - Cumprir e fazer cumprir as leis do Regimento Interno e o Estatuto.
- e) - Representar a ARCIC ativa e passivamente em juízo e fora dele.
- f) - Movimentar contas bancárias em nome da ARCIC.
- g) - Promover o desenvolvimento e atividades técnicas e científicas, voltadas ao incremento e sustentabilidade, fomento agropecuário, bem como a preservação ambiental, seu desenvolvimento sócio econômico e comunicação Social de Rondônia e a Amazônia legal..
- h) - Viveiros e complementação de mudas, reflorestamentos e planos de manejo.
- i) - Propugnar e realizar intercâmbio de idéias nacionais e internacionais bem como o extrativismo, turismo e etc.
- j) - Esporte, Lazer e Cultura Regional.
- k) - Realizar cursos, palestras e treinamentos, visando o preparo da comunidade e dos seus associados para o mercado de trabalho.

objetivo específico de promover o amparo de educação e profissionalização do menor carente de 0 a 12 anos, sendo passivo a dotabilidade até 18 anos, sem distinção de cor, raça ou credo religioso (com ocupação do ensino fundamental ao médio), bem como de idosos de qualquer idade.

m) - Defender crianças, adolescentes e idosos, no que diz respeito seus direitos sociais, fundamentais, dos direitos humanos, com referencia a cultura, educação, lazer, saúde. Estimular o aperfeiçoamento e o cumprimento da legislação que instrumentalize a consecução os presente objetivos, dando assistencia integral aos mesmos.

n) - Prestar assistencia integral as crianças e adolescente que estejam em situação problematicas de familias ou não familiares, vitimas de abusos e maus tratos, abuso sexual, violencia domestica, bem como de idosos desamparados ou em situações especiais.

o) - Prestar assitencia a crianças, adolescentes e idosos dependentes quimicos, com ações educativas de prevenção a marginalidade da criança e do adolescentes, visando o seu bem estar e integração a familia e a sociedade.

p) - A ARCIC construirá um comitê nas suas áreas de abrangência para o atendimento social, com a utilização do mesmo CNPJ.

n) - Compete a ARCIC nas áreas regimentais, desenvolver da melhor maneira o ensino educacional, artesanal e musical.

CAPÍTULO II

Das Assembleias Gerais

Art 4º - Compete privativamente as Assembleias Geral:

- a) - Eleger os administradores;
- b) - Destituir os administradores;
- c) - Aprovar ou desaprovar contas;
- d) - Alterar o Estatuto Social;
- e) - Autorizações para financiamentos;

Art 5º - As Assembleias Geral dos Associados é o órgão supremo da ARCIC, dentro dos limites legais e do estatuto, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objetivo da ARCIC e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento, em defesa da mesma, e suas deliberações vinculam a todos os membros e associados, ainda que ausentes ou discordantes.

§ 1º - As assembleias gerais serão convocadas com antecedência mínima de dez (10) dias, em primeira convocação, mediante editais fixados em locais apropriados das dependências comumente mais frequentadas pelos associados, publicação em jornal e comunicação aos associados por

CONTABILIDADE SOCIAL - RO
Registro de Imóveis e Arquivos
Bernardete L. Oliveira
Oficial

intermédio de circular ou carta convite, obedecendo-se o quorum de instalação metade mais um ou dois terços de seus associados, no que segue as normas do edital de convocação, podendo-se realizar na sua última convocação não inferior a 10 (dez) associados.

§ 2º - A convocação será feita pelo Presidente, ou por qualquer dos órgãos de administração, pelo Conselho Fiscal, ou após solicitação não atendida por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direitos.

§ 3º - As deliberações nas assembleias gerais serão tomadas por maioria de voto dos associados presentes, com direito de voz e voto, desde que estejam em dias com o Estatuto e o Regimento Interno.

Art 6º - É da competência das assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias, a eleição e destituição dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ocorrendo à destituição que possa afetar as regularidades da administração ou fiscalização, poderá a assembleia designar administradores e conselheiros provisórios, até a posse dos novos, cuja eleição se efetuará no prazo máximo de trinta (30) dias.

Art 7º - Nas assembleias gerais o "Quorum" de instalação será o seguinte:

- a) - Dois terços (2/3) do número de associados em primeira convocação.
- b) - Metade mais um (1) dos associados em segunda convocação
- c) - Podendo realizar-se com dez (10) associados na terceira e última convocação.

CAPÍTULO III

Da Assembleia Geral Ordinária

Art 8º - A assembléia Geral Ordinária, se realizará, no primeiro trimestre do ano após o término do exercício social e deliberará sobre os seguintes assuntos que deverão constar na ordem do dia:

§ 1º - Prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, plano de trabalho para o próximo exercício, compreendendo:

- a) - Relatório de gestão
- b) - Balanço
- c) - Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas, decorrentes da insuficiência de contribuições para cobertura das despesas da ARCIC, deduzindo-se, no primeiro caso, as



- 573244
28
- d) - Eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;
e) - Fixação do valor da taxa de contribuição dos associados, a critério da Diretoria.
f) - Qualquer assunto de interesse Social dentro das conformidades estatutárias.

CAPÍTULO IV

Das Assembléias Gerais Extraordinárias

Art 9º - A assembléia geral extraordinária será realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da ARCIC, desde que mencionado no edital de convocação.

Art 10º - É da competência exclusiva da assembléia geral extraordinária deliberar os seguintes assuntos:

- a) - Reforma do Estatuto.
b) - Admissão, Demissão e Exclusão de associados.
c) - Mudança no objetivo da ARCIC.
d) - Dissolução voluntária da ARCIC e nomeação de liquidantes.
e) - Contas dos liquidantes.

PARÁGRAFO ÚNICO - São necessários os votos de dois terços (2/3) dos associados presentes para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

Art 11º - A ARCIC será administrada por uma diretoria composta de sete (7) membros com títulos de Presidente, Vice-Presidente, 1º, 2º e 3º secretários, 1º e 2º Tesoureiros, todos eleitos com direito de voz e voto, em assembléia geral com mandato de quatro(4) anos podendo ser reeleita, dois terços (2/3) da diretoria.

PARÁGRAFO ÚNICO - A posse da Diretoria Executiva e Conselheiros Fiscais da ARCIC dar-se-á ao encerrar o trabalho de votação.

CAPÍTULO V

Atribuições da Diretoria:

Art 12º - São atribuições do Presidente:

- a) - Representar a ARCIC em juízo ou fora dele ativa e passivamente.
b) - Convocar e Presidir as assembleias gerais e reuniões da diretoria podendo efetuar o voto de desempate.
c) - Cumprir e fazer cumprir o estatuto, o regimento interno, as resoluções da diretoria e da assembléia geral.

Process 5732/14
30
[Signature]

- d) - Assinar juntamente com o tesoureiro e 1º secretário, os cheques e demais documentos, que signifiquem compromisso financeiro desta entidade.
- e) - Representar a ARCIC perante entidades afins e poderes públicos, visando solucionar problemas e sanar dificuldades dos associados desta entidade.
- f) - Dirigir ou orientar toda a atividade satisfazendo o quadro social dos associados.

CAPÍTULO VI

Art 13º - São atribuições do Vice Presidente:

- a) - Substituir o presidente em todas as suas ausências e impedimentos, em todas as suas atribuições, e quando este o solicitar.
- b) - Assumir todas as tarefas que lhe forem designadas, decididas coletivamente pela diretoria.

Art 14º - São atribuições do 1º Secretário:

- a) - Lavrar atas da reunião da Diretoria e das Assembleias Gerais.
- b) - Protocolar as correspondências recebidas em seus devidos lugares, entregá-las aos destinatários e emitir correspondências em nome da ARCIC.
- c) - Organizar o arquivo e documentação da ARCIC.
- d) - Assinar, juntamente com o Presidente e 1º tesoureiro, os cheques e contratos e demais documentos, pertencentes a ARCIC.
- e) - Na ausência do presidente e vice-presidente responderá pela ARCIC.

Art 15º - São atribuições do 2º Secretário:

- a) - Substituir o secretário em suas ausências e quando este o solicitar.
- b) - Colaborar com o secretário no cumprimento das atribuições do mesmo.

Art 16º - São atribuições do 1º Tesoureiro:

- a) - Cuidar da receita e despesas da ARCIC e do presidente sob sua responsabilidade direta, com supervisão e orientação do presidente e indireta com os demais membros da diretoria e associados.
- b) - Realizar a prestação das contas mensais e semestrais por ocasião da assembleia geral ordinária.
- c) - Organizar toda a documentação do balancete da tesouraria, registrando todo movimento financeiro em livros próprios.
- d) - Assinar cheques bancários e demais documentos junto com o

COMANDA DE PAGAMENTO
Regulamento da Associação e Anexos
[Signature]
Bernardino L. Oliveira
Diretor

Presidente e 1º Secretário.

COMARCA DE CACAOAL - RO
Registra de Imóveis e Ações

Prac. Oliveira
Bernardete L. de
Oliveira

5732 Lm
31
Mw

Art 17º - São atribuições do 2º Tesoureiro:

Parágrafo único: A diretoria da ARCIC reunirá uma vez por mês em reunião ordinária e extraordinária quantas vezes for necessários.

- a) - Substituir o 1º tesoureiro em sua ausência ou impedimentos e quando o mesmo o solicitar.
- b) - Colaborar com o mesmo no cumprimento das atribuições que lhe são conferidas.

CAPÍTULO VII

Do Conselho Fiscal:

Art 18º - A administração da ARCIC será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal constituído de três (3) membros efetivos e três (3) suplentes, todos associados eleitos a cada quatro (4) anos pela assembléia geral, sendo permitida apenas a reeleição de um terço (1/3) dos seus componentes.

§ 1º - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal: os parentes dos diretores até o segundo (2º) grau, em linha reta.

§ 2º - O associado não pode exercer cumulativamente cargos nos órgãos de administração e de fiscalização.

Art 19º - O Conselho Fiscal é composto de três (3) membros efetivos e três (3) membros suplentes, e é sobretudo o órgão verificador das finanças da ARCIC.

Art 20º - São atribuições do Conselho Fiscal:

- a) - Examinar em qualquer tempo livros e papéis da ARCIC, o caixa e a tesouraria, devendo fornecer à diretoria às informações quando a mesma solicitar.
- b) - Lavrar em livros próprios pareceres sobre atividades e finanças da ARCIC, quer positivas ou negativas, para serem apresentadas em reunião à assembleia geral, as quais serão lavradas em atas pelo secretário.
- c) - Verificar a exatidão do registro dos membros da ARCIC.
- d) - Por ocasião da eleição dos membros da ARCIC, o Conselho Fiscal sentará a mesa para proceder às etapas da eleição e término.

Art 21º - O conselho fiscal da ARCIC reunirá uma vez a cada dois (2)

Pro: 57321424
P: 32
Ass
meses compreendendo sessenta (60) dias, em reunião ordinária e extraordinária quantas vezes forem necessárias.

Art 22° - Os membros do conselho fiscal em sua primeira reunião elegerá entre seus membros um presidente e um secretário para elaboração das atas das reuniões.

PARÁGRAFO ÚNICO - O membro efetivo do conselho fiscal que faltar será substituído pelo membro suplente, sendo o mesmo solicitado pelo presidente do conselho fiscal da ARCIC.

Art 23° - A ARCIC deverá constar os seguintes livros:

- a) - Livro ata das assembleias gerais.
- b) - Livro para assinatura de presença.
- c) - Livro ata para as reuniões da diretoria executiva.
- d) - Demais livros do movimento caixa e registro contábil.
- e) - Livro de registro de funcionário
- f) - Livro ata para Conselho Fiscal.



Art 24° - O membro da diretoria que faltar em três (3) reuniões sem justificativa, automaticamente perde o mandato.

Art 25° - A ARCIC, manterá a seguintes categorias de sócios:

- a) - Fundador: são os que assinaram na ata de constituição.
- b) - Efetivos: são os que associaram a ARCIC após a sua constituição
- c) - Contribuintes: são os que contribuem com as normas estatutárias.

Art 26° - A mensalidade dos associados será do valor de acordo com a diretoria e homologada em assembleia geral.

§ 1° - Esta taxa de manutenção destinará em movimento da ARCIC.

§ 2° - Esta taxa passa ser obrigatória pelo estatuto e regimento interno, para todos os associados.

Dos direitos dos membros da entidade

Art 27° - São direitos dos sócios:

- a) Votar e ser votado para os cargos da direção e fiscalização;
- b) Participar das atividades da ARCIC;
- c) Sugerir, discordar ou aprovar ato associativo que seja matéria de discussão em Assembleia Geral;
- d) Requerer a convocação da Assembleia Geral, de conformidade com as disposições previstas neste Estatuto;
- e) Defender-se, quando da aplicação de alguma penalidade;
- f) Desligar-se do Quadro Social, mediante comunicação escrita, quando assim o desejar.

CAPÍTULO VIII

Art 28° - São deveres de cada sócio:

- a) Respeitar e obedecer ao Estatuto, o Regimento Interno e demais atos normativos da ARCIC;
- b) Cumprir com as taxas de manutenção;
- c) Concorrer, por todos os modos, para a consecução das finalidades da ARCIC, zelando pelo seu bom conceito e pela salvaguarda de seu patrimônio.

§ 1° - O descumprimento das obrigações previstas neste artigo impedirá o exercício do direito de voto, bem como o de candidatar-se a cargo eletivo e poderá ainda, implicar pena de desligamento da ARCIC.

§ 2° - A pena de desligamento da ARCIC será proposta à Assembléia Geral pela Diretoria, dando ao acusado amplo direito de defesa.

CAPÍTULO IX

Art 29° - Das Penalidades:

§ 1° - O sócio que durante três (3) meses seguintes deixar de pagar suas mensalidades, responderá com juros e correções até a data de normalidade de acordo com as penalidades aprovadas em reuniões e assembleias gerais.

§ 2° - Admissão: Pode-se admitir associados em discussão com a Diretoria e homologado em Assembleia Geral, pessoas que se comprometam em cumprir fielmente com a lei e o Estatuto Social, e resida dentro da área de abrangência da ARCIC.

§ 3° - Demissão: dar-se-á automaticamente após a entrega da carta de demissão, a qual será levada em reunião da diretoria e aprovado o seu desmembramento em Assembleia Geral.

§ 4° - Exclusão: A exclusão dar-se-á ao associado que deixar de cumprir com as normas e obrigações estatutárias ou que venham colidir com as obrigações da ARCIC.

PARÁGRAFO ÚNICO - O associado excluído terá o prazo de trinta (30) dias para interpor recursos, apresentando-os em Assembleia Geral, se o ato for prejudicial.

CAPÍTULO X

Das eleições dos membros da entidade:

Art 30° - A eleição dos membros da entidade será realizada a cada quatro (4) anos, em assembléia geral ordinária.

§ 1° - Qualquer membro da diretoria poderá ser eleito em conformidade com os artigos 6, 11 e 18 deste Estatuto Social.

Art 31° - A eleição será realizada sob a supervisão da diretoria e a comissão formada antecipadamente para fiscalizar.

Art 32° - Só poderá ser votado para cargos efetivos, os associados que cumprem com seus compromissos sociais.

Art 33° - Findo o tempo determinado para a votação, serão abertas as urnas pela comissão eleitoral, devendo esta solicitar a presença de três (3) voluntários da assembleia, para evitar qualquer suspeita de fraude.

Art 34° - Nas épocas das eleições os associados poderão criar chapas, uma, duas ou mais se for o caso, podendo ser formalizada junto com o conselho fiscal ou em separado.

Art 35° - As chapas deverão ser apresentadas à comissão eleitoral e fiscalizadora cinco (5) dias antes da data da eleição.

PARÁGRAFO ÚNICO - O que se trata o artigo anterior, as chapas deverão apresentar junto com certidões negativas.

Art 36° - Os votos serão simples e secretos, na presença da Assembleia Geral dos associados, sendo conferidos o número de assinatura no livro de presença com os votos apurados.

§ 1° - Contando os votos, brancos, nulos e válidos, havendo empate disputará pela idade, que declara eleita e empossada.

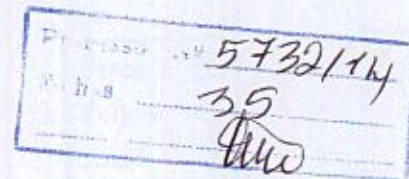
§ 2° - Comparecendo chapa única, a mesma será aclamada, eleita e empossada.

CAPÍTULO XI

Art 37° - As fontes de recursos para a manutenção da ARCIC se dão em: contribuições de associados, doações de pessoa física, doações de pessoas jurídicas, recursos governamentais, financiamentos, constituição de fundo social, promoção de festas, e etc. conforme o artigo 54, IV do NCC.

PARÁGRAFO ÚNICO - Das Despesas:

As despesas da entidade são materiais de expediente, telefone, água, luz, internet, bebedouro, armários, mesas e cadeiras, viagens, etc.



CAPÍTULO XII

Art 38° - O infrator será notificado por escrito até (03) três vezes, deixando de atender será cumprindo o Art 30° e § 4° deste Estatuto.

Art 39°- A ARCIC cumprirá com sua obrigação de defender os anseios de seus associados em conformidade com as leis vigentes.

Parágrafo único: A ARCIC não responderá por dividas de seus associados.

CAPÍTULO XIII

Das disposições gerais e transitórias:

Art 40° - Os membros da diretoria e do conselho fiscal, não receberão nenhuma remuneração salarial por seus trabalhos.

Art 41° - Terão direito de reembolso as despesas autorizadas pela administração e comprovadas através de documentos fiscais.

Art 42° - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art 43° - A ARCIC poderá ser extinta por deliberação dos associados, em qualquer tempo, desde que seja convocada uma assembleia geral para tal fim.

Art 44° - Em caso de dissolução da ARCIC, será convocada uma Assembleia Geral para destinar os bens remanescentes a entidades congêneres.

Art 45°- Os associados deverão ter em posse sua carteira de sócio.

Art 46° - Este estatuto poderá ser alterado em parte ou nele todo, desde que haja a convocação de assembleia geral para tal fim.

Art 47° - Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria executiva ou em assembleia geral para tal finalidade.

5732174
37

Art 48° - A ARCIC poderá manter convênio com Mercados e Farmácias e hospitais para seus associados.

Art 49° - Fica obrigatório ao associado contribuir da sua parte com pagamentos além da taxa mensal, o sujeito previsto e o imprevisto na ARCIC.

Art 50° - Fica a diretoria obrigatória a criar o regimento interno da ARCIC com suas normas regimentais e aprovadas em assembleia geral extraordinária para tal finalidade e registrar em cartório de pessoas jurídicas.

Art 51° - O associado que se desligar do quadro de associados não tem direito a remuneração.

Art 52° - No caso de morte do associado é reservado o número da matrícula para o cônjuge, havendo interesse de permanência na ARCIC.

Art 53° - Pode-se agregar ao quadro de Associados da ARCIC, o educando, o artesão e os que concordarem em cumprir com o presente estatuto.

Art 54° - Este estatuto entrará em vigor após sua aprovação em Assembleia Geral convocado para esta finalidade e registrado em cartório.

Art 55° - Fica eleito o fórum da comarca de Cacoal para dirimir quaisquer ônus.

Rosemeiry Maria de Lima
OAB - RO 2504
Av. Porto Velho, 3701
Cacoal/RO

Cacoal - RO, 10 de junho de 2010

CARTÓRIO BELETI
TABELIONATO DE NOTAS

José Hamilton Beleti - Tabelião

Av. 02 de Junho, 2640 - Centro - Cacoal - RO
Fone: (69) 3441-3381 / (69) 3441-1782 - CEP 76963-854

Reconheço por Semelhança a assinatura de COLETA MACHADO DE ALMEIDA. *0034 *449794. Dou Fé. Valor recebido por firma R\$ 27.

Cacoal-RO, 24 de novembro de 2010 - 14:37:00
Em Teste

CARTÓRIO BELETI
TABELIONATO DE NOTAS

José Hamilton Beleti - Tabelião

Av. 02 de Junho, 2640 - Centro - Cacoal - RO
Fone: (69) 3441-3381 / (69) 3441-1782 - CEP 76963-854

Reconheço por Verdadeira a assinatura de JOSÉ MOURA DOS SANTOS 0034 *512046. Dou fé. Valor recebido por firma R\$ 227.

Cacoal-RO, 24 de novembro de 2010 - 16:37:33

Dalcionir Beleti

Cartório Geral
da Justiça do Estado
de Rondônia
Selo de Fiscalização

5732114
38
Mun

ATA DE MUDANÇA DE NOME DA ASSOCIAÇÃO DE RENDENÇÃO DAS CRIANÇAS, IDOSOS DE CACOAL PARA – ARCICCSERO - DENOMINADA COM O NOME DE ASSOCIAÇÃO DE RENDENÇÃO DAS CRIANÇAS, IDOSOS DE CACOAL E TODAS AS CLASSES SOCIAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA.

Aos 12 dias do mês de dezembro de 2013, no salão de reunião da Igreja Evangélica Assembléia de Deus Montes das Oliveiras, localizada na Rua Marcelino Montana, nº 2107, Bairro Jardim Bandeirantes, neste município de Cacoal-Ro, denominado simplesmente ARCIC que desde dia doze (12) de novembro de dois e treze passou a ser chamada após aprovação em Assembléia com todos os presentes da ARCICCSERO - Designada de ASSOCIAÇÃO DE RENDENÇÃO DAS CRIANÇAS, IDOSOS DE CACOAL E TODAS AS CLASSES SOCIAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA. Abaixo relacionados os membros da nova diretoria:

Presidente - A Senhora **Coleta Machado de Almeida**, brasileira, viúva, aposentada, portadora do RG nº 108.691/SSP-RO, sob o CPF nº 587.822.492-59, residente da Rua Rio Branco nº 3363, bairro Floresta, neste município de Cacoal-Ro, e os senhores representantes:

Vice-Presidente – O senhor Elias Ferreira de Oliveira, brasileiro, casado, portador da RG. nº 2395917-7 - SSP/MT e sob o CPF. nº 223.702.852-49, residente neste Município a Rua vinte e seis de novembro, nº 1446, Bairro Vista Alegre.

Primeiro Secretário – O senhor Elias Simplicio de Paula, brasileiro, casado, portador da RG. nº 0862465 - SSP/RO e sob o CPF. nº 940.637.962-72, residente neste Município a Rua Celestino Rosalino, nº 1775, Bairro Vista Alegre.

Segundo Secretário – A senhora Ilma Silva dos Santos, brasileira, casada, portadora da RG. Nº 241.153/SSP/RO, sob o CPF. 190.723.090-00, residente neste Município a Rua Graciliano Ramos, nº 331, Bairro Conjunto Halley.

Primeiro Tesoureiro – O senhor Ihagor Moura Silva, brasileiro, solteiro, portador da RG, nº 1.056.724/SSP/RO, sob o CPF. nº. 003.325.322-67, residente neste Município a Rua Graciliano Ramos, nº 331, Bairro Conjunto Halley.

Segundo Tesoureiro – O senhor Waldecir Domingos Ferreira, brasileiro, solteiro, portador da RG. nº 791.412/SSP/RO, sob o CPF. nº. 042.440.346-33, residente neste Município a Rua Paulo Ferreira, nº 1184, Bairro Teixeiraão.

E ficando como membros efetivos o senhor Valdinei Gomes Corá, brasileiro, solteiro, portador da RG. nº 636.801/SSP/RO, sob o CPF. nº. 632.125.612-04, residente neste Município na Av. Primavera, nº 1768, Bairro Bandeirantes. O senhor Rosalvo Paes Moreira, brasileiro, solteiro, portador da RG. nº 23.775.830/SSP/SP, sob o CPF. nº. 340.593.502-49, residente neste Município a Rua E, nº 4886, Bairro Jardim Vitória. O senhor Carmosino de Prudêncio, brasileiro, casado, portador da RG. nº 178.608/SSP/RO, sob o CPF. nº. 333.704.439-53, residente neste Município a Rua A. P. I, nº s/n, setor chacareiro de Cacoal.


Rosineiry Maria de Lima
Advogada

Membro Suplente - O senhor, Marcos Antonio Candido de Oliveira, brasileiro, casado, portador da RG. nº 338.286/SSP/RO, sob o CPF. nº. 390.590.222-20, residente neste Município a Rua Agata s/n, Bairro Jardim dos Bandeirantes; o senhor, Sidinei Afonso da Silva, brasileiro, casado, portador da RG. nº 2.058.067/SSP/MT, sob o CPF. nº. 029.281.341-40, residente neste Município a Rua Alberto Campos, nº 1518, Bairro Vista Alegre e a senhora Ana Lucia de Souza, brasileira, casada, portadora da RG. nº 0922861/SSP/RO, sob o CPF. nº. 884.856.172-15, residente neste Município a Rua vinte e seis de novembro, nº 1446, Bairro Vista Alegre.

Presidente – Coleta Machado de Almeida

Vice-Presidente – Elias Ferreira de Oliveira

Primeiro Secretário – Elias Simplicio de Paula

Segundo Secretário – Ilma Silva dos Santos

Primeiro Tesoureiro – Ihagor Moura Silva

Segundo Tesoureiro – Waldecir Domingos Ferreira

Membros Efetivos:

1- Valdinei Gomes Corá

2- Rosalvo Paes Moreira

3- Carmosino de Prudêncio

4- **Membro Suplente** - Marcos Antonio Candido de Oliveira

5- **Membro Suplente** – Sidinei Afonso da Silva

6- **Membro Suplente** - Ana Lucia de Souza

Para o Conselho Fiscal desta Entidade, sendo em seguida dado posse aos mesmos para o exercício de suas funções, cumprindo o Estatuto Social aprovado nesta reunião. Sendo o que tínhamos para tratar, encerramos a presente reunião e Eu como primeiro secretário que lavrei á presente ata segue assinada pela presidenta Coleta Machado de Almeida e por mim senhor Elias Simplicio de Paula e todos aqui presente.


Rosineiry Maria de Lima
Advogada
OAB/RO 2504

Assinaturas:

Fundador: José Moura dos Santos

Presidenta: Coleta Machado de Almeida

Vice-Presidente: Elias Ferreira de Oliveira

1º Secretário: Elias Simplicio de Paula

2º Secretário: Ilma Silva Santos

1º Tesoureiro: Ihagor Moura Silva

2º Tesoureiro: Waldecir Domingos Ferreira

Membros do Conselho Fiscal:

Valdinei Gomes Corá

Rosalvo Paes Moreira

Carmosino de Prudêncio

Marcos Antonio Cândido de Oliveira

Sidinei Afonso da Silva

Ana Lucia de Souza

Sócios Fundadores:

Antonio de Souza Ribeiro, CPF. 471.043.412-34

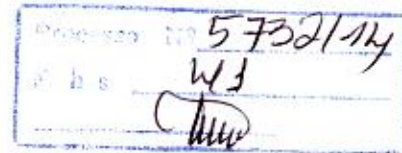
Orlando Dias Mata, CPF. 687.115.907-00

Marcos Antonio Oliveira, CPF. 390.590.222-20

Sueli Pereira, CPF. 511.111.027-20

Maria Paula do Nascimento Oliveira, CPF. 224.081.692-91

Rosimeiry Maria de Lima
Advogada
OAB/RO 2504



Cont. Sócios Fundadores:

Ademar Caetano da Silva, CPF. 647.071.642-34

Rosilda Rocha Moreira, CPF. 317.947.772-53

Olério Santos, CPF. 351.043.502-82

Simone Sobral da Cunha, CPF. 774.803.252-15

Luciano Tenorio da Silva, CPF. 599.799.172-53

Alfredo Almeida Machado, CPF. 422.279.892-53

Nilda Francisco Silva, CPF. 457.647.352-20

Jhonny Ferreira da Silva, CPF. 849.796.512-55

Claudio Lucrecio de Matos Silva, CPF. 010.218.922-62

Arenaldo Barbosa da Silva, CPF. 940.044.472-81

Natanael Ferreira da Silva, CPF. 069.475.309-20

Maria Ferreira Lima Leiros, CPF. 143.178.772-87


Rosimeiry Maria de Lira
Advogada
OAB/RO 2504

5732/111
42
lucio

**ESTATUTO SOCIAL DA ARCICCSERO – ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS
CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL E TODAS AS CLASSES SOCIAIS DO
ESTADO DE RONDÔNIA**

ESTATUTO SOCIAL DA ARCICCSERO

CACOAL-RO

2014

Processo nº 5732/14
F. b. s. 413
[Assinatura]

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Município de Cacoal
Estado de Rondônia

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Presidenta do ARCICCSERO, Associação de Redenção das Crianças e Idoso de Cacoal e todas as Classes Sociais do Estado de Rondônia.

COLETA MACHADO DE ALMEIDA, no uso das suas atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os Associados desta Associação em gozo de seus direitos, para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada no dia 26 de junho de 2014, às 14h, na sede da Associação, localizada na Rua Marcelino Montana, nº 2107, Bairro Jardim Bandeirantes, neste município de Cacoal-Ro, em primeira convocação ou uma hora após com qualquer número de associados presentes, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

1. Substituição e Posse de membro desta Associação até a data da próxima eleição.

Cacoal, 16 de junho de 2014.

[Assinatura]
COLETA MACHADO DE ALMEIDA
Presidenta da - ARCICCSERO

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS DE CACOAL-RO
CARTÓRIO SELETI

JOSÉ HAMILTON BELETI - TABELIÃO / REGISTRADOR
AV. DOIS DE JUNHO, 2649 - CENTRO - CACOAL-RO - CEP 79663-854
Fones: (69) 3441-3381 / (69) 3441-1782

ATTESTAÇÃO

A presente fotocópia é reprodução fiel

desta face, do original apresentado.

*0040 - Emul R\$1,97 - Data: 05.06.2014

Selo R\$0,81 nº 0556AW2620-1A72D

Consulte o selo digital em:

www.tro.jus.br/consultaselo

Cacoal - RO, 03.07.2014

José Hamilton Beleti Junior

1º Tabelião Substituto

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS DE CACOAL-RO

CARTÓRIO SELETI

JOSÉ HAMILTON BELETI - TABELIÃO / REGISTRADOR
AV. DOIS DE JUNHO, 2649 - CENTRO - CACOAL-RO - CEP 79663-854
Fones: (69) 3441-3381 / (69) 3441-1782

Selo Digital de Fiscalização - CSAAW25402-6353H

Confira validade em www.tro.jus.br/consultaselo/

Reconheço por Semelhança sem valor econômico a firma de COLETA MACHADO DE

ALMEIDA *0034 *7569AB Dou. Fe. Emolumentos: R\$1,96, Fuju: R\$0,39, Selo: R\$0,81.

Total - R\$3,16 - Cacoal-RO, 02 de julho de 2014 - 14:49:48h

Em Teste da Verdade

José Hamilton Beleti Junior - 1º Tabelião Substituto

ILMª. SRª. OFICIAL DO SERVIÇO DE REGISTRAL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE CACOAL, ESTADO DE RONDÔNIA.

Processo Nº 5732/14
Folhas 44
Cau

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Município de Cacoal
Estado de Rondônia

ASSOCIAÇÃO DE RENDENÇÃO DAS CRIANÇAS, IDOSOS DE CACOAL E TODAS AS CLASSES SOCIAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA, inscrito no CNPJ nº 13.353.592/0001-77, com sede e foro na cidade de Cacoal do Estado de Rondônia na Rua Marcelino Matana, nº 2107, loteamento Imatal, Bairro Jardim Bandeirantes, neste ato representada pela seu Presidente Srª Coleta Machado de Almeida, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 000108691SESDC/RO e inscrito no CPF nº 587.822.492-53, respeitosamente vem à presença de V. Sª. requerer se digne proceder o Registro da Ata de Renúncia e Posse do Novo Membro da - ARCICCSERO, conforme documentos anexos.

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS DE CACOAL-RO

CARTÓRIO RELETTI
JOSÉ HAMILTON BELETTI - TABELIÃO / REGISTRADOR
AV. DOUTOR JOSÉ DE JESUS, 2448 - CENTRO - CACOAL/RO - CEP 76903-854
Fones: (69) 3441-3381 / (69) 3441-1782

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia é reprodução fiel desta foto, do original apresentado.

0040 Emol. R\$ 9,97 - Custas R\$ 0,33

Selo R\$ 0,81 - C5AW26301-D4567

Consulte o e-Registro em:

www.tro.jus.br/consultaselo/

Cacoal - RO, 01/07/2014

José Hamilton Beletti

1º Tabelião Substituto



Nestes termos.

Pede e espera deferimento.

Cacoal-RO, 01 de Julho de 2014.

Coleta Machado de Almeida
ASSOCIAÇÃO DE RENDENÇÃO DAS CRIANÇAS, IDOSOS DE CACOAL E TODAS AS CLASSES SOCIAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA



1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS DE CACOAL-RO

CARTÓRIO RELETTI
JOSÉ HAMILTON BELETTI - TABELIÃO / REGISTRADOR
AV. DOUTOR JOSÉ DE JESUS, 2448 - CENTRO - CACOAL/RO - CEP 76903-854
Fones: (69) 3441-3381 / (69) 3441-1782

Selo Digital de Fiscalização - C5AW25807-75882

Confira validade em www.tro.jus.br/consultaselo/

Reconheço por Semelhança sem valor econômico a firma de COLETA MACHADO DE

ALMEIDA *0040 *756974. Dou. Fr. Emolumentos: R\$ 1,98. Fuju: R\$ 0,33. Selo: R\$ 0,81

Total: R\$ 3,16. Cacoal-RO, 02 de julho de 2014 - 16.02.24h

Em Teste da Verdade

CARTÓRIO RELETTI

5732114

4.5
AmATA DE RENUNCIA E POSSE DO NOVO MEMBRO DA - ARCICCSERO -
DENOMINADA COM O NOME DE ASSOCIAÇÃO DE RENDENÇÃO DAS
CRIANÇAS, IDOSOS DE CACOAL E TODAS AS CLASSES SOCIAIS DO
ESTADO DE RONDÔNIA.

Aos 26 dias do mês de junho de 2014, no salão de reunião da Igreja Evangélica Assembléia de Deus Montes das Oliveiras, localizada na Rua Marcelino Montana, nº 2107, Bairro Jardim Bandeirantes, neste município de Cacoal-Ro, a reunião deu-se início às 14h. De acordo com Edital foi convocado todos os membros da associação com a finalidade de Aprovação e Posse do novo membro desta Associação ARCICCSERO, a presidente Coleta Machado de Almeida, falou sobre a renúncia do vice-presidente Senhor Elias Ferreira de Oliveira, que não tendo mais interesse de permanecer no cargo foi indicado e aprovado pelos membros da Associação o Senhor JOÃO LOPES DA SILVA, inscrito no RG Nº 106438/ SSP/RO e CPF Nº 113.956.802-72, para substituí-lo até a próxima eleição. Em seguida foi dado posse ao novo membro da diretoria para o exercício de suas funções, cumprindo o Estatuto Social. Dado por encerrado a reunião e não havendo mais nada a tratar, eu, Elias Simplicio de Paula, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e por todos que participaram da reunião.

ASSINATURAS:

Presidente - *Coleta Machado de Almeida* CARTÓRIO BELETI

Vice-Presidente - *HB* CARTÓRIO BELETI

Primeiro Secretário - *Elias Simplicio de Paula* CARTÓRIO BELETI

Segundo Secretário - *Doutor* CARTÓRIO BELETI

Primeiro Tesoureiro - *[assinatura]* CARTÓRIO BELETI

Segundo Tesoureiro - *[assinatura]* CARTÓRIO BELETI

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS DE CACOAL-RO
CARTÓRIO BELETI
JOSÉ HAMILTON BELETI - TABELIÃO / REGISTRADORAV. DOIS DE JUNHO, 2648 - CENTRO - CACOAL/RO - CEP 76943-854
Fones: (69) 3441-3381 / (69) 3441-1782Selo Digital de Fiscalização - CSAARW25384-E5206, CSAARW25385-F8970,
CSAAW25386-101F8, CSAARW25387-47ADC.Confira validade em www.tiro.jus.br/consultaselo/

Reconheço por Semelhança sem valor econômico as firmas de COLETA MACHADO DE ALMEIDA, JOÃO LOPES DA SILVA, ELIAS SIMPLICIO DE PAULA e IHAGOR MOURA SILVA. 0034 1504367. Dou F. Emolumentos: R\$7,84, Fuju: R\$1,58, Selo: R\$3,24, Total = R\$12,66. Cacoal-RO, 02 de Junho de 2014 - 14:48:04h.

Em Teste da Verdade

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS DE CACOAL-RO
CARTÓRIO BELETI
JOSÉ HAMILTON BELETI - TABELIÃO / REGISTRADOR
AV. DOIS DE JUNHO, 2648 - CENTRO - CACOAL/RO - CEP 76943-854
Fones: (69) 3441-3381 / (69) 3441-1782

A presente ata, que é reprodução fiel desta face, do original, apresentado, em 04.06.2014, Emol. R\$3,24, Custas R\$0,39 e Selo R\$0,81, a CSAARW25384-E5206 e CSAARW25385-F8970 e Selo R\$0,81, a CSAARW25386-101F8 e CSAARW25387-47ADC. Consulte o selo digital em: www.tiro.jus.br/consultaselo/. Cacoal - RO, 02.06.2014.

José Hamilton Beleti Junior
1º Tabelião Substituto

57321/14

46

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Município de Cacoal
Estado de Rondônia

Membros do Conselho Fiscal:

Valdinei Gomes Corá *Valdinei Gomes Corá*

Rosalvo Paes Moreira *Rosalvo P. Moreira*

Carmosino de Prudêncio *Carmosino Prudêncio*

Marcos Antonio Cândido de Oliveira *MARCOS ANTONIO OLIVEIRA*

Sidinei Afonso da Silva *Sidinei Afonso da Silva*

Ana Lucia de Souza *Ana Lucia de Souza*

Serviço Registral de Pessoa Jurídica
Bernardo L. de Oliveira - Oficial Titular
RUA DOS PIONEIROS, 1876 CENTRO - CEP 76.963-812 - CACOAL - RO
Selo Digital de Fiscalização - C4AAAS1439-5AACA
Confira validade em www.tjro.jus.br/consultaselo
Protocolo nº 0014935, Averbação nº 03, no REGISTRO Nº 0002685 LIVRO
A-034 Folha 037 Emolumentos: R\$60,90; Taxa: R\$12,18; Selo: R\$0,81. Total
= R\$73,89

Cacoal-RO, 03 de julho de 2014

Vanessa Tres - Oficial Substituta

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Município de Cacoal
Estado de Rondônia

Processo Nº 5732/14
Folhas 47
[Assinatura]

ANEXO 3

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE MÁXIMO DA ENTIDADE QUANTO À EXISTÊNCIA DE DÍVIDA

NOME DA ENTIDADE: Associação de Redenção das Crianças, Idosos de Cacoal e Todas as Classes Sociais do Estado de Rondônia - ARCICCSERO
CNPJ: 13.353.592/0001-77

Eu, **COLETA MACHADO DE ALMEIDA**, portador (a) do documento de identidade, RG: Nº 108.691-SSP/RO, e do nº CPF. Nº. 597.822.492-59, brasileira, viúva, profissão funcionária Publica federal aposentada, residente domiciliada a Rua Rio Branco, nº 3363, Bairro Floresta, no Município de Cacoal-RO, dirigente da entidade

ARCICCSERO - ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL E TODAS AS CLASSES SOCIAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA, CNPJ Nº 13.353.592/0001-77, declaro que **ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL E TODAS AS CLASSES SOCIAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA**, não possui dívida com o Poder Público e nem os seus dirigentes, proprietários ou controladores, estão inscritos nos bancos de dados públicos e privados de proteção ao crédito.

Cacoal-RO, 26 de junho de 2014

[Assinatura]
CARTÓRIO
BELETI

[Assinatura]
COLETA MACHADO DE ALMEIDA

COLETA MACHADO DE ALMEIDA

Presidente da Entidade

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS DE CACOAL-RO

CARTÓRIO BELETI
JOSÉ HAMILTON BELETI - TABELIAO / REGISTRADOR
AV. DOIS DE JUNHO, 2640 - CENTRO - CACOAL-RO - CEP 76903-854

Protocolo: (09) 3441-1381 / (09) 3441-1782

Selo Digital de Fiscalização - CSAAW25396-8ABE6

Confira validade em www.tro-lus.br/consultaselo/

Reconheço por Semelhança sem valor econômico a firma de **COLETA MACHADO DE ALMEIDA**

Processo Nº 5732/14
Folhas 48
M

ANEXO 4

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE MÁXIMO DE ENTIDADE QUANTO A EXISTÊNCIA DE AGENTE PÚBLICO

NOME DA ENTIDADE: Associação de Redenção das Crianças, Idosos de
Cacoal e Todas as Classes Sociais do Estado de Rondônia - ARCICCSERO
CNPJ: 13.353.592/0001-77

Eu, **COLETA MACHADO DE ALMEIDA**, portador (a) do documento de identidade, RG: Nº 108.691-SSP/RO, e do nº CPF. Nº. 597.822.492-59, brasileira, viúva, profissão funcionária Pública federal aposentada, residente domiciliada a Rua Rio Branco, nº 3363, Bairro Floresta, no Município de Cacoal-RO, dirigente da entidade **ARCICCSERO - ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL E TODAS AS CLASSES SOCIAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA**, CNPJ Nº 13.353.592/0001-77, declaro que **ARCICCSERO**, no quadro de dirigentes, colaboradores ou controladores da entidade não constam agente político* de Poder ou do Ministério Público, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qual quer esfera governamental, de servidores ou empregados públicos vinculados ao Conselho Gestor do FNHIS ou ao Conselho Curador do FDS ou ao Ministério das Cidades, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Cacoal-RO, 26 de junho de 2014



COLETA MACHADO DE ALMEIDA
Presidente da Entidade

* Entende-se por agente político aquele detentor de cargo eletivo, eleito por mandatos transitórios, como os Chefes de Poder Executivo e membros do Poder Legislativo, além de cargos de Ministros de Estado e de Secretários nas Unidades da Federação, os quais não se sujeitam ao processo administrativo disciplinar.

ANEXO 5

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE MÁXIMO DE ENTIDADE QUANTO À
DEMANDA

NOME DA ENTIDADE: Associação de Redenção das Crianças, Idosos de
Cacoal e Todas as Classes Sociais do Estado de Rondônia - ARCICCSERO
CNPJ: 13.353.592/0001-77

Eu, **COLETA MACHADO DE ALMEIDA**, portador (a) do documento de
identidade, RG: Nº 108.691-SSP/RO, e do nº CPF. Nº. 597.822.492-59, brasileira,
viúva, profissão funcionária Publica federal aposentada, residente domiciliada
a Rua Rio Branco, nº 3363, Bairro Floresta, no Município de Cacoal-RO, dirigente da
entidade **ARCICCSERO - ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E
IDOSOS DE CACOAL E TODAS AS CLASSES SOCIAIS DO ESTADO DE
RONDÔNIA**, CNPJ Nº 13.353.592/0001-77, declaro a existência de cadastro de
famílias associadas constituintes da demanda habitacional, em número maior
ou igual a 30% (trinta por cento) do número de unidades habitacionais
correspondente ao nível de habilitação pretendido, o qual contém as
informações necessárias à aplicação dos critérios de priorização nacionais de
demanda estabelecidos em ato normativo específico e critérios adicionais da
ENTIDADE para seleção da demanda relação dos associados em anexo.

Cacoal-RO, 26 de junho de 2014

Coleta Machado de Almeida

CARTÓRIO
BELETTI

COLETA MACHADO DE ALMEIDA
Presidente da Entidade

ATA DE FUNDAÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL.

Aos nove dias do mês de junho de dois mil e dez, no salão de reuniões da Igreja Evangélica Assembléia de Deus Monte das Oliveiras, localizados na Rua Marcelino Matana s/n, bairro Jardim Bandeirantes nesta cidade de Cacoal, os senhores e senhoras que assinam a presente ata, para tratar de assuntos relativos à fundação da Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal neste denominado simplesmente ARCIC, bem como a eleição e posse da diretoria executiva e Conselho Fiscal para isso foi escolhido por unanimidade o Sr. José Moura dos Santos, brasileiro, casado, residente nesta cidade de Cacoal, portador da RG 688.419 SSP-RO e do CPF 651.651.729-49 para presidir a presente reunião e a mim para secretariar, lavrando a presente ata de acordo ao assunto abaixo discriminado. Sendo aprovado pelos presentes a criação da ACIR digo ARCIC, com os objetivos da fundação discriminados no estatuto social da mesma tendo os assinantes da presente ata como sócios fundadores, em seguida foi apresentado o Ante-Projeto do estatuto social, lido artigo por artigo e discutidos e aprovados por ampla maioria conforme copia em anexo assinada pela diretoria, que será eleita em seguida desta aprovação, em seguida a presidente da reunião deu início a eleição da diretoria, sendo eleitos por aclamação a chapa única que é composta das seguintes pessoas: Coleta Machado de Almeida, brasileira, casada, RG 108.691/SSP-RO e do CPF nº 587.822.492-59, residente na Rua Rio Branco nº 3363, bairro Floresta, nesta cidade de Cacoal para o cargo de Presidente, Renata Cardoso de Mendes Corá, brasileira, casada, portadora da RG 561.100/SSP-RO e do CPF 715.898.212-20, residente e domiciliada na Av. Primavera s/n para o cargo de vice-presidente, o Senhor Anderson Pereira Coelho, brasileiro, solteiro, portador da RG 821.425/SSP-RO e do CPF 761.766.222-04, residente e domiciliado na Rua Mario Quintina, 812, bairro Conjunto Halley para o cargo de Primeiro Secretário, e a Sra. Ilma Silva dos Santos, brasileira, casada, portadora da RG 241.153/SSP-RO e do CPF 190.723.092-00, residente e domiciliado na Rua Graciliano Ramos, 331, Bairro Conjunto Halley para o cargo de 2º Secretária e a Sra. Suzana Souza da Silva, brasileira, portadora da RG 84.107/SSP-RO e do CPF 774.461.272-87, residente e domiciliado na Rua Mario Quintana, 812, bairro Vista Alegre, nesta cidade de Cacoal para o cargo de 3ª Secretária e o Sr. Inagor Moura Silva, brasileiro, solteiro, portador da RG 1.056.724/SSP-RO e do CPF 003.325.322-67, residente à rua Graciliano Ramos, 331, bairro Conjunto Halley, nesta cidade para o cargo de 1º tesoureiro, e o Sr. Waldecir Domingos Ferreira, portador da RG 791.412/SSP-RO e do CPF 042.440.346-33 residente na Rua Paulo Ferreira 1184, bairro Teixeiraõ nesta cidade de Cacoal para o cargo de 2º Tesoureiro, e ficando como membros efetivos o Sr. Valdecir Gomes Cora, brasileiro, solteiro, portador da RG 636.801/SSP-RO e do CPF 632.125.612-04, residente domiciliado na Av. Primavera, 1768 Bairro Bandeirantes nesta cidade de Cacoal e o Sr. Rosalvo Paz Moreira brasileiro, solteiro, portador da RG 23.775.830 SSP-SP, e do CPF 340.593.502-49, residente e domiciliado na Rua "E" nº 4886, bairro Jardim Vitoria nesta cidade, e o Sr. Carmesino de Prudencio, brasileiro, casado, portador da RG 178.608/SSP-RO e do CPF 333.704.439-53 residente e domiciliado na Rua A.P.I, setor chacareiro de Cacoal, e como membros suplentes o Sr. Marcos Candido de Oliveira, brasileiro, solteiro, portador da RG 338.286/SSP-RO e do CPF 390.590.222-20, e Olerio Santos, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Agata, bairro Jardim Bandeirantes em Cacoal e o Sr. Sidinei Afonso da Silva, brasileiro, solteiro, portador da RG 2.058.067-8/SSP-MT, residente e domiciliado na Rua Agata 5



32

Luciano Tenorio da Silva CPF:599.799.172-53 RG:648.487 SSP/RO

Suellen Francisca da Silva menor

Alfredo Almeida Machado CPF:422.279.892-53 RG:503.648 SSP/RO

Nilda Francisco Silva CPF:457.647.352-20 RG:479.633 SSP/RO

Jhonny Ferreira da Silva CPF:849.796.512-55 RG:924.502 SSP/MT estudante

Claudia Lucrecio de Matos Silva CPF:010.218.922-62 RG:1.107.79 SSP/PR marceneiro

Arenaldo Barbosa da Silva CPF:940.044.472-81 RG:104.4280 SSP/MT comerciante

Natanael Ferreira da Silva CPF:069.475.309-20 RG:655.026 SSP/RO comerciante

Maria Ferreira Lima Leiros CPF:143.178.772-87 RG:177.782 SSP/RO do lar

1º OFICIO DE REGISTRO CIVIL E INSCRIÇÃO DE NOTAS DE CÂMBIO-RO
CARTÓRIO DE REGISTRO
RUA DE JESUS, 240 - JARDIM LUIZ - FONE: (11) 3400-1111
ANEXO DE JESUS, 240 - JARDIM LUIZ - FONE: (11) 3400-1111

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia é reprodução fiel desta face, do original apresentado.

*0034. Empl. R\$1,97 Custas R\$0,39 e

Selo R\$0,81 nºCSAAW24934-B9B58

Consultar selo digital em:

www.br.gov.br/consultas

Cadastre-se em: 02/07/2014

Dulcimar Peleá
2ª Tabelião Substituto



SERVICO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS



Av. Dois de Junho, 2447 - Centro - Cep 78976-025
CACOAL
RONDÔNIA

E-Mail: srcacaoal@nettravels.com.br
Home page: www.registroimoveiscacaoal.com.br

OFICIAL: BERNADETE LORENA DE OLIVEIRA

PHONE: (69) 441-4463 - FAX: 443-3593

Certidão de Personalidade Jurídica

Certifico e dou fé que, nos termos dos artigos 45, 46, 997, 998, 1000 e 1150 do Novo Código Civil Brasileiro, e na forma dos artigos 114 e 119, da Lei N.º 6.015, de 31/12/73, em data de hoje, foi conferida personalidade jurídica a ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL.

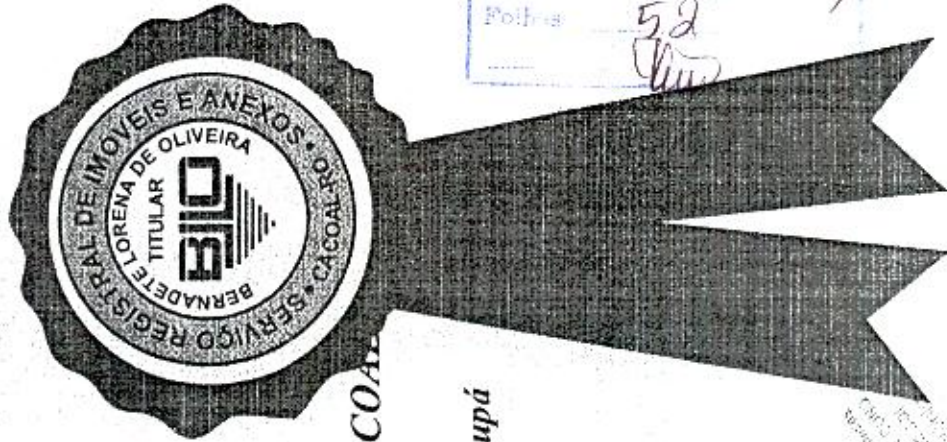
estabelecida na Rua Marcelino Matana, s/nº, Loteamento Imatal, Bairro Jardim Tamarupá

nesta cidade de Cacoal - RO, conforme registro arquivado em 02 / 12 / 2010
sob n.º 2.685 neste Serviço Registral Civil de Pessoas Jurídicas



Cacoal - RO 02 de Dezembro de 2010.

Bernadete Lorena de Oliveira
Oficial Titular



Protocolo Nº 5732/14
Pólice 52



Qualidade de vida para todos.

12º CONGRESSO DA CONAM

NA CONSTRUÇÃO DAS
REFORMAS DEMOCRÁTICAS PARA O
BRASIL CONTINUAR AVANÇANDO
23 A 25 DE MAIO DE 2014 - JOÃO PESSOA - PB

Certificada

Certificamos que João Lopes da Silva
participou do 12º Congresso da CONAM - Confederação Nacional das Associações de Moradores,
realizado na Cidade de João Pessoa-PB nos dias 23, 24 e 25 de Maio de 2014.

João Pessoa - PB, 25 de maio de 2014



Bartira P. Lima da Costa
Presidenta da CONAM

5732/14
53
610

Processo Nº 5732/14
Folhas 54
Chw

ESTATUTO SOCIAL DA ARCICCSERO – ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS
CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL E TODAS AS CLASSES SOCIAIS DO
ESTADO DE RONDÔNIA

ESTATUTO SOCIAL DA ARCICCSERO

CACOAL-RO

2014

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - Da Denominação, Duração, Sede, Foro e Objetivos.....	02
CAPÍTULO II - Das Assembléias Gerais.....	03
CAPÍTULO III - Das Assembléias Gerais Ordinárias.....	04
CAPÍTULO IV - Das Assembléias Gerais Extraordinárias.....	04
CAPÍTULO V - Das Atribuições da Diretoria.....	05
CAPÍTULO VI - Das Atribuições do Vice-Presidente	06
CAPÍTULO VII - Do Conselho Fiscal e Suas Atribuições.....	07
CAPÍTULO VIII - Dos Direitos e Deveres dos Membros da Entidade.....	08
CAPÍTULO IX - Das Penalidades	09
CAPÍTULO X - Da Eleição dos Membros da Entidade	10
CAPÍTULO XI - Da Fonte de Recursos para Manutenção da ARCICCSERO	10
CAPÍTULO XII - Do Infrator	11
CAPÍTULO XIII - Das Disposições Gerais e Transitórias	11

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIÃO DE NOTAS DE CÚPIA Nº
CARTÓRIO PÚBLICO

DIV. HABILITADO DE REG. CIVIL - TABELIÃO DE NOTAS DE CÚPIA
AV. BRASIL, 100 - CENTRO - JARDIM SÃO CARLOS - CEP 01034-000 - São Paulo
Fone: (011) 3063-1111 - 3063-1112

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia é reprodução fiel
desta face, do original apresentado.
*0034 - Enrol R\$1,97 - Custas R\$0,39 e
Selo R\$0,11 nºCSAAW24935-5673B

Consulte o selo digital em:

www.tj-sp.br/consultaselo

Cancal - R\$ 02/07/20...

Diretor Belch

2ª Tabelião Substituto



Rosimery Maria de Lima
Rosimery Maria de Lima
Advogada
OAB/RJ 2504

Confere com Original

Data em: 11/07/2011

Primeira Alteração Estatutária
CAPÍTULO I

Da Denominação, Duração, Sede, Foro, e Objetivos

Art. 1º. A Associação de Redenção da Criança e Idosos de Cacoal e toda Classe Social do Estado de Rondônia, doravante denominada "**ARCICCSERO**," é uma Associação, pessoa jurídica de âmbito filantrópico em defesa das causas pessoais com objetivo de realizar a melhoria de qualidade de vida de todos os seus associados, principalmente na área da saúde, educação, capacitação profissional e habitação popular. Com sede e foro na cidade de Cacoal do Estado de Rondônia na Rua Marcelino Matana, nº 2107, loteamento Imatal, Bairro Jardim Itamarupá.

Art. 2º. Dos Exercícios da **ARCICCSERO**

- I. A **ARCICCSERO** será regida por este Estatuto em todas as suas atividades perante a lei que rege o Estatuto dentro de nossa constituição representada ativa e passivamente em juízo ou fora dele, pelo (a) seu (a) Presidente pela Presidenta.

Art. 3º. Dos Objetivos:

Com base em seu Estatuto **ARCICCSERO**, exercerá as seguintes atividades:

- I. Atender as necessidades habitacionais do interesse dos associados;
- II. Buscar melhoria de qualidade de vida dos associados da **ARCICCSERO** - Associação de redenção da Criança, Idoso de Cacoal e todas as Classes Sociais do estado de Rondônia.
- III. Prestar assistência técnica e cultural aos associados.
- IV. Buscar parceria e convenio com órgãos públicos e privados.
- V. Buscar junto aos órgãos público e o setor privado, recursos para capacitação profissional de jovens filhos dos seus associados e comunidade em geral;
- VI. Cumprir e fazer cumprir as leis do regimento Interno e o Estatuto.
- VII. Desenvolver atos junto ao Governo Federal, Estadual e Municipal, buscando melhores condições de aplicabilidade, na saúde e educação da comunidade em geral;
- VIII. Esporte, Lazer e Cultura Regional;
- IX. Realizar cursos, palestras e treinamentos, visando o preparo da comunidade e dos seus associados para o mercado de trabalho.
- X. Firmar convênios com a Secretaria Municipal e Estadual com objetivo de promover o amparo de educação e cursos profissionalizante para todas as classes interessadas;
- XI. A **ARCICCSERO** constituirá um comitê nas suas áreas de abrangência para o atendimento social, com a utilização do mesmo CNPJ;

Confere com Original


Rosângela Maria de Lima
Advogada
OAB/RO 2504

XII. Compete a **ARCICCSERO** nas áreas regimentais, desenvolver da melhor maneira o ensino educacional, artesanal e musical;

XIII. A **ARCICCSERO** no ato de suas obrigações, como uma Entidade filantrópica e sem fins lucrativos pode através de sua Presidenta gerir abertura de contas bancarias em qualquer estabelecimento financeiro do país na gestão de seus recursos financeiro em prol da Associação e dos seus associados.

CAPÍTULO II Das Assembléias Gerais

Art. 4º. Competem privativamente as Assembléias Gerais:

- I. Eleger os administradores;
- II. Destituir os administradores;
- III. Aprovar ou desaprovar contas;
- IV. Alterar o estatuto Social;
- V. Autorizações para financiamentos;
- VI. Formar parceria com setor privado em projetos que beneficie seus associados e as classes sociais.

Art. 5º. As Assembléias Gerais dos Associados é o órgão supremo da **ARCICCSERO**, dentro da legislação constitucional vigente do nosso país em nosso Estatuto, que dos poderes para decidir, negociar os assuntos e objetivos de deliberação da mesma e suas deliberações vinculam a todos os membros e associados, ainda que ausentes ou discordantes.

§ 1º. As Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de dez (10) dias, em primeira convocação, mediante editais fixados em locais apropriados das dependências habitualmente freqüentadas pelos associados, com publicação em jornal, e comunicação aos associados por intermédio de circular ou carta convite, obedecendo ao quorum de instalação metade mais um ou dois terços de seus associados, no que segue as normas do edital de convocação, podendo-se realizar na sua ultima convocação não inferior a dez (10) associados.

§ 2º. A convocação será feita pelo presidente, ou por qualquer dos órgãos de administração, pelo Conselho Fiscal, ou após solicitação não atendida por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direitos.

§ 3º. As deliberações nas assembléias gerais serão tomadas por maioria de voto dos associados presentes, com direito de voz e voto, desde que estejam em dia com o Estatuto e o Regimento Interno.

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELADO DE NOTAS DE ENCARGO
CARTEIRO 8450
JOSE HAMILTON REIS TABELADO ORIENTADOR
AV. BOM FIM, 100 - CENTRO - F. 1 - 13.130-000 - SÃO CARLOS - SP
Fone: (065) 344.0001 - 344.0002
AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é reprodução fiel
desta face, do original apresentado.
*0034. Emol. R\$1,97 - Custas R\$0,39 e
Selo R\$0,85 - PC5AAW24937-D9D4B
Consta o selo digital em:
www.tjoc.jus.br/consultaselo/
Cacael - PROJ. 02/07/2014.

Dilceir Peleá
2ª Tabelião Substituta

Art. 6º. É da competência das assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias, a eleição e destituição dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

Parágrafo Único – Ocorrendo à destituição que possa afetar as regularidades da administração ou fiscalização, poderá a assembleia designar administradores e conselheiros provisórios, até a posse dos novos, cuja eleição se efetuará no prazo máximo de trinta (30) dias.

Art. 7º. Nas assembleias gerais o "Quorum" de instalação será o seguinte:

- I. Um terço (1/3) do número de associados em primeira convocação;
- II. Metade mais um (1) dos associados em segunda convocação;
- III. Podendo realizar-se com dez (10) associados na terceira e última convocação.

CAPÍTULO III **Das Assembleias Gerais Ordinárias**

Art. 8º. A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á, no primeiro bimestre do ano, após o término do exercício social e deliberará sobre os seguintes assuntos que deverão constar na ordem do dia:

§1º. A Prestação de contas de toda a administração realizada pelos membros do Conselho Fiscal eleitos por um terço (1/3) dos associados, havendo inadimplência da gestão em exercício o conselho solicitará uma auditoria para que no Máximo trinta (30) dia seja regularizada toda a situação, não ocorrendo o feito o corpo responsável por este pleito serão penalizados na forma da lei vigente de nosso país.

Parágrafo Único – Será solicitado para prestação de contas:

- I. Relatório da gestão;
- II. Balanço do ano da gestão;
- III. Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas, decorrentes da insuficiência de contribuições para cobertura das despesas da **ARCICCSERO**, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos obrigatórios;
- IV. Eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;
- V. Fixação do valor da taxa de contribuição dos associados, a critério da Diretoria;
- VI. Qualquer assunto de interesse social dentro das conformidades estatutárias.

CAPÍTULO IV **Das Assembleias Gerais Extraordinárias**

Assinatura de Maria de Fátima
Data 10/01/2014
OAB/RO 2004

Art. 9º. A Assembléia Geral Extraordinária será realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre assunto de interesse da **ARCICCSERO**, desde que mencionado no edital de convocação.

Art.10. É da competência exclusiva da assembléia geral extraordinária deliberar os seguintes assuntos:

- I. Reforma do Estatuto;
- II. Admissão, demissão e Exclusão de associados;
- III. Mudança no objetivo da **ARCICCSERO**;
- IV. Dissolução voluntaria da **ARCICCSERO** e nomeação de liquidantes;
- V. Contas dos liquidantes.

Parágrafo Único – São necessários os votos de um terço (1/3) dos associados presentes para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

Art.11. A **ARCICCSERO**; será administrada por uma diretoria composta de sete (7) membros com títulos de Presidente, Vice-Presidente, 1º e, 2º secretários, 1º e 2º Tesoureiros, todos eleitos com direito de voz, em assembléia geral com mandato de quatro (4) anos podendo ser reeleitos, três terços (3/3) da diretoria.

Parágrafo Único – A posse da Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal desta Associação dar-se-á ao encerrar o trabalho de votação.

CAPÍTULO V Das Atribuições da Diretoria

Art.12. São Atribuições do Presidente:

- I. Representar a **ARCICCSERO** em juízo ou fora dele ativa e passivamente;
- II. Convocar e presidir as assembléias gerais e reuniões da diretoria podendo efetuar o voto de desempate;
- III. Cumprir e fazer cumprir o estatuto, o regimento interno, as resoluções da diretoria e da assembléia geral;
- IV. Assinar juntamente com o tesoureiro e 1º secretário, os cheques e demais documentos, que signifiquem compromisso financeiro desta entidade;
- V. Representar a **ARCICCSERO** perante entidades afins e poderes públicos, visando solucionar problemas e sanar dificuldades dos associados desta Associação;

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TAPILANTE DO MUNICÍPIO DE CACULAL-PE
CARTÓRIO REGISTRO CIVIL
AV. BOIS DE JARDIM, 244 - CENTRO - CACULAL-PE - CEP 55.000-000
FONE: (081) 3331-1111 (081) 3331-1112
E-MAIL: rcc@caculal.pe.gov.br
AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é reprodução fiel desta face, do original apresentado.
*0034. Emol R\$5,97 Custas R\$0,39 e Selo R\$0,10
CSCAW24939-C1714
Consulte o selo digital em:
www.tjpe.pe.br/consultas
Caculal - PE/02/07/2004

Declaro que este documento é fiel e verdadeiro.
2ª Tabelião Substituto

5550 Nº 57321/11
55
#111

CAPÍTULO VI
Das Atribuições do Vice-Presidente

6
AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é reprodução fiel desta face, do original apresentado.
0034-Empl.R\$1,97/Custas R\$0,39 e Selo R\$0,81-CPSCAW24940-9699D
Consulte o selo digital em:
www.jto.jus.br/consultasejo
Caroni - RJ 02/07/2011
Dulcemar Beletti
2ª Tabelião Substituto

Art.13. São atribuições do Vice-Presidente:

- I. Substituir o presidente na sua ausência, no impedimento de suas atribuições e quando este solicitar;
- II. Assumir todas as tarefas que lhe forem designadas, decididas coletivamente pela diretoria.

Art.14. São atribuições do 1º Secretário:

- I. Lavrar atas da reunião da diretoria e das assembléias gerais;
- II. Protocolar as correspondências recebidas em seus devidos lugares entregá-las aos destinatários e emitir correspondências em nome da **ARCICCSERO**;
- III. Organizar o arquivo e documentação da **ARCICCSERO**;
- IV. Assinar, juntamente com o Presidente e 1º tesoureiro, os cheques e contratos e demais documentos, pertencentes à **ARCICCSERO**;
- V. Na ausência do presidente e vice-presidente respondera pela **ARCICCSERO**.

Art.15. São atribuições do 2º Secretário:

- I. Substituir o primeiro secretário em sua ausência e quando este o solicitar;

Art.16. São atribuições do 1º Tesoureiro:

- I. Cuidar da receita e despesas da **ARCICCSERO** e do presidente sob sua responsabilidade direta, com supervisão e orientação do presidente e indireta com os demais membros da diretoria;
- II. Apresentar um relatório mensal na assembléia geral ordinária;
- III. Realizar a prestação de contas semestrais por ocasião da assembléia geral ordinária;
- IV. Organizar toda a documentação do balancete da tesouraria, registrando todo movimento financeiro em livro próprio;
- V. Assinar cheques bancários e demais documentos junto com o presidente e o 1º Secretário.

Art.17. São atribuições do 2º Tesoureiro:

Parágrafo Único – A diretoria da **ARCICCSERO** reunirá uma vez por mês em reunião ordinária e extraordinária quanta vezes for necessário.

Resim: 
Advogada
OAB/RG 2504

Art. 22. Os membros do conselho fiscal em sua primeira reunião elegeram entre seus membros um presidente e um secretário para elaboração das atas das reuniões.

Parágrafo Único – O membro efetivo do conselho fiscal que faltar será substituído pelo membro suplente, sendo o mesmo solicitado pelo presidente do conselho fiscal da **ARCICCSERO**.

Art. 23. A **ARCICCSERO** devesse constar os seguintes livros de escrituração:

- I. Livro ata das assembléias gerais;
- II. Livro para assinatura de presença;
- III. Livro ata para as reuniões da diretoria executiva;
- IV. Demais livros do movimento caixa e registro contábil;
- V. Livro de registro de funcionários;
- VI. Livro ata para Conselho Fiscal.



Art. 24. O membro da diretoria que faltar em três (3) reuniões sem justificativa, automaticamente perde o mandato.

Art. 25. A **ARCICCSERO** manterá a seguinte categoria de sócios:

- I. Fundador: são os que assinaram na ata de constituição;
- II. Efetivo: são os que associaram a **ARCICCSERO** após a sua constituição;
- III. Contribuintes: são os que contribuem com as normas estatutárias.

Art. 26. A mensalidade dos associados será do valor de acordo com a diretoria e homologada em assembléia geral.

§ 1º. Esta taxa de manutenção se destinara em movimento das necessidades da **ARCICCSERO** em prol dos seus beneficiários.

§ 2º. Esta taxa é obrigatória pelo estatuto e regimento interno, para todos os associados.

CAPÍTULO VIII

Dos Direitos e Deveres dos Membros da **ARCICCSERO**

Art. 27. São direitos dos sócios:

- I. Votar e ser votado para os cargos da direção e fiscalização;
- II. Participar das atividades da **ARCICCSERO**;
- III. Sugerir, discordar ou aprovar ato associativo que seja matéria de discussão em assembléia geral;

Processo 5732/14
62
Luo

ATTESTAÇÃO
A presente fotocópia é reprodução fiel desta face do original apresentado.
*0034, Emol. R\$11,97 Custas R\$0,39 e Selo R\$0,81 (CSAAW24944-463A1)
Consulte o selo digital em: www.jfr.jus.br/consultas/selo
Cacook - RO - 02/07/2014

Declarante: Deje
2ª Tabela S. 03/01/14

REGISTRO CIVIL E TABELA DE EMPOSSADO

CAPÍTULO X

Da Eleição dos Membros da ARCICCSERO

Art. 30. A eleição dos membros da entidade será realizada a cada quatro (4) anos, em assembléia geral ordinária.

§ 1º. Qualquer membro da diretoria poderá ser eleito em conformidade com os artigos 6, 11 e 18 deste Estatuto Social.

Art. 31. A eleição será realizada sob supervisão da diretoria e a comissão formada antecipadamente para fiscalizar.

Art. 32. Só poderão ser votados para cargos efetivos, os associados que cumprem com seus compromissos sociais.

Art. 33. Findo o tempo determinado para a votação, serão abertas as urnas pela comissão eleitoral, devendo esta solicitar a presença de três (3) voluntários da assembléia, para evitar qualquer suspeita de fraude.

Art. 34. Na época da eleição os associados poderão criar chapas, uma, duas ou mais se for o caso, podendo ser formalizada junto com o conselho fiscal ou em separado.

Art. 35. As chapas deverão ser apresentadas à comissão eleitoral e fiscalizadora vinte (20) dias antes da data da eleição.

Parágrafo Único – O que se trata ao artigo anterior, as chapas deverão apresentar-se com toda documentação dos associados e com certidões negativas de inadimplência expedida pelo órgão competente.

Art. 36. Os votos serão simples e secreto, na presença da assembléia geral dos associados, sendo conferido o numero de assinatura no livro de presença com os votos apurados.

§ 1º. Contando os votos, brancos, nulos e validos, havendo empate disputará pela idade, que declara eleita e empossada.

§ 2º. Comparecendo chapa única, a mesma será aclamada, eleita e empossada.

CAPÍTULO XI

Da Fonte de Recursos para Manutenção da ARCICCSERO

Art.37. As fontes de recursos para manutenção da ARCICCSERO se dão em: contribuições de associados, doações de pessoa física, doações de pessoas jurídicas, recursos governamentais, financiamentos, constituição de fundos social, promoção de festas e etc.

Engenheira Maria de Lima
Advogada
OAB/RO 2504

Art. 49. Fica obrigatório ao associado contribuir com sua mensalidade e por conta própria a título de doação para ajudar para sua associação.

Art. 50. Fica a diretoria obrigatória a criar o regimento interno da **ARCICCSERO** com suas normas regimentais e aprovadas em assembléia geral extraordinária para tal finalidade e registrar em cartório de pessoa jurídica.

Art. 51. O associado que se desligar do quadro de associados não tem direito a remuneração.

Art. 52. No caso de morte do associado é reservado o número da matrícula para o cônjuge, havendo interesse de permanência na **ARCICCSERO**.

Art. 53. Pode-se agregar ao quadro de Associados da **ARCICCSERO**, o educando, o artesão e os que concordarem em cumprir com o presente estatuto.

Art. 54. Comprovado fraude, negligencia e culpa de qualquer dirigente desta Associação o mesmo será levada a penalidade na forma da lei.

Art. 55. É de direito da **ARCICCSERO**, criar um Quadro de Funcionários, para atribuição de suas funções.

Art. 56. Este estatuto entrará em vigor após sua aprovação em Assembleia geral convocada para esta finalidade e registrado em cartório.

Art. 57. Fica eleito o fórum da comarca de Cacoal para dirimir quaisquer ônus.

Assinaturas:

Fundador: José Moura dos Santos

- **Presidenta:** Coleta Machado de Almeida Coleta Machado de Almeida

✓ Vice-Presidente: Elias Ferreira de Oliveira *Elias Ferreira de Oliveira*

1º Secretário: Elias Simplicio de Paula Elias simplicio de paula

2º Secretário: Ilma Silva Santos Ilma Silva Santos


1º Tesoureiro: Ihagor Moura Silva

2º Tesoureiro: Waldecir Domingos Ferreira

Membros do Conselho Fiscal:

Valdinei Gomes Corá: Valdinei Gomes Corá

Rosalvo Paes Moreira: *Rosalvo Paes Moreira*


Rosineiry Maria de Lima
Advogada
OAB/RO 2594



Carmosino de Prudência: Carmosino de Prudência

Marcos Antonio Cândido de Oliveira: MARCOZ ANTONIO C O L I

Sidinei Afonso da Silva: Sidinei Afonso da Silva

Ana Lucia de Souza: Ana Lucia de Souza

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIÃO DE NOTAS DE CACOAL-RO
CARTÓRIO REGISTRO
JOSE HAMILTON BILETTI - TABELIÃO / REGISTRADOR
AV. DOS PIONEIROS, 1876 - CENTRO - CACOAL-RO - CEP 76.963-812

ATTESTAÇÃO

A presente fotocópia é reprodução fiel desta face, do original apresentado.
*0034. Emol. R\$1,99. Custas R\$0,39 e Selo R\$0,61. CAAAA51027-EAEF7.

Consulte o selo digital em:

www.tjro.jus.br/consultaselo

Cacoal - RO, 02/07/2014.

Dalciomar Beletti
2ª Tabelião Substituto



Flávia Maria de Lima
Advogada
OAB/RO 2504

Registro

SERVIÇO REGISTRAL DE PESSOA JURÍDICA

Bernadete L. de Oliveira Oficial Titular

RUA DOS PIONEIROS, 1876 - CENTRO - CEP 76.963-812 - CACOAL - RO

Protocolo nº 0014689, Averbação nº 02, no REGISTRO Nº 0002685 LIVRO A-033 Folha 005. Selo nº CAAAA51027-EAEF7.

Cacoal-RO, 31 de março de 2014.

Vanessa Tres
Oficial Substituto

Emolumentos: R\$60,90, Faju: R\$12,18, Selo: R\$0,91, Total = R\$73,99

Selo Digital de Fiscalização - CAAAA51027-EAEF7

Confira validade em www.tjro.jus.br/consultaselo

QUEM NÃO REGISTRA NÃO É DONO

Confere com Original

Data em 02/07/2014

REGISTRO GERAL 000108691 VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 19/01/2007

DATA DE EXPIRAÇÃO

NOME COLETA MACHADO DE ALMEIDA

FILIAÇÃO A FREDO LUIZ MACHADO

MARIA GIL DE SOUZA

NATURALIDADE ATAÍTEIA-MG

DOC. ORIGIN. Cert. Casamento nº 370

EMISS. ATAÍTEIA-MG 587.822.492-53

DATA DE NASCIMENTO 07/07/1944

FL. 36

DI Exp 08/12/1976

LEIN 7.116 DE 28/09/83

Assinatura: Pedro R. de Almeida

Assinatura: Pedro R. de Almeida

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA DEFESA E CIDADANIA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO E INSCRIÇÃO DA COSTA FRANCISCO

POLEGAR DIREITO

Assinatura: Jota Machado de Almeida

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Processo Nº 5732/141

Folhas 66

Assinatura: [assinatura]

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORONIA

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA, DEFESA E CIDADANIA

INSTRUMENTO DE IDENTIFICAO ENGRACIA DA COSTA FRANCISCO



100000 1000 1000

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 106438

DATA DE EXPEDICAO 05/12/2012

NOME

JOÃO LOPES DA SILVA

PROVAÇÃO

Alvino Cerqueira da Silva
Acemira Lopes da Silva

NATURALIDADE

Guararema- ES

DATA DE NASCIMENTO

04/03/1958

DATA Exp. 18/07/1981

Cert. Casamento nº 768, Liv B-4 Fl. 69
Emiss. Presidente Medici- RO

CPI 11395680272

00009 2ª Via

Luiz Carlos de Lima
ASSINATURA DO REGISTRAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

1º OFICIA DE REGISTRO CIVIL DO MUNICÍPIO DE NOTAS DE REGISTRO DE CASAMENTO

JOSE HAMILTON BRIEHI JUNIOR

1º Tabelião Substituto

A presente fotocópia é reprodução fiel desta face do original apresentado.

*0034 Emol R\$1,97 - Datas R\$0,39 e Selo R\$0,81 - Cód. 25414-6A169

Consulte o selo digital em:
www.jro.jus.br/consultaselo/
Cacoal - RO, 04/07/2014.

Processo Nº 57321/14

Folhas 67

Am

R- 2.141/78 0402.04

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA AGR. E AGRONOMIA

Ano 3202000508
Em 29.01.2004

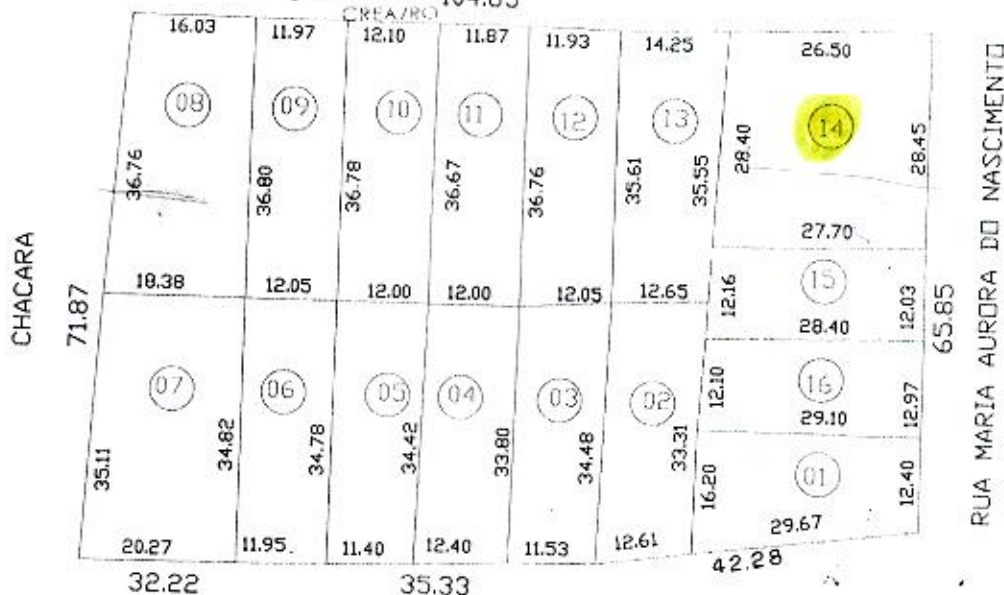
Os profissionais que se encontram presente estão
registrados no CREA-RO e suas atribuições
profissionais são compatíveis com as respon-
sabilidades que assumem.



N.V.

Suzana M. R. Barbas PAULO FERREIRA

Assist. Administrativo
CNPJ 597.569.710-65
CREA/RO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
CONFERIR COM ORIGINAL
Em 30/10/14
Bianca - 6298



N.U.	N.A.	AREA(m2)	PERIM.(m)	N.U.	N.A.	AREA(m2)	PERIM.(m)	N.U.	N.A.	AREA(m2)	PERIM.(m)
31.79	01	418.52	87.37	196.93	08	631.69	107.97	327.38	15	338.39	80.29
43.79	02	418.66	93.05	208.93	09	440.73	97.60	339.39	16	359.48	82.57
55.79	03	400.99	91.86	220.93	10	441.44	97.55				
67.79	04	417.84	92.62	232.93	11	437.78	97.30				
79.79	05	401.84	92.60	244.93	12	433.02	96.35				
91.79	06	415.96	93.60	256.93	13	477.16	98.06				
111.62	07	674.12	108.58	315.34	14	769.19	111.05				

LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO

SETOR	07	QUADRA	132	LOTE		AREA	7.486,81m2
MUNICIPIO	CACOAL	ESTADO	RO.			PERIM.	352.20 m
DATA	JAN./04					ESCALA	1/100
ENG. RESP.	Napoleão Ferreira Vieira	VISTO					P.M.C.
	Téc. Em Agrimensura						
	CREA 1201/T.D.-RO.						

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO



PROCESSO: 5732/PMC/2014
ASSUNTO: ESCRITURAÇÃO e PROTOCOLIZAÇÃO
REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL

Processo	Nº 5732/14
Folhas	70
	<i>hu</i>

A FISCALIZAÇÃO,

Para vistoria "*in loco*" e relatório circunstanciado, especificando o tamanho da construção, sua utilização conservação e padrão, e notificar para regularização das construções, que por ventura existam no imóvel.

Após remetam-se os autos a PROCURADORIA GERAL do município para análise e parecer jurídico quanto a documentação apresentada para a titulação do imóvel em nome do requerente.

CACOAL, 30 de outubro de 2014.

Leidijane Dias de Oliveira
Leidijane Dias de Oliveira
Agente Administrativo
Cad. 6255

Zona Fiscal N°

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
BOLETIM DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Classificação
Territorial ()
Predial ()
Isento de impost. ()

B I C

Inscrição Cadastral	Setor	Quadra	Lote	Sub Lote	Documento da propriedade
	07	132	19		
Logradouro (Rua, Av, etc.): <i>Rua Aurora do nascimento ex Paulo Ferraz</i>					
Proprietário					
Endereço p/ correspondencia					
Informações sobre o Terreno					CÁLCULOS
Active ()	Rochoso ()	2 Testadas (X)	Frente m	Valor	M²
Declive ()	Brejo ()	3 Testadas ()	Lado Direito m	Valor	
Irregular ()	Inundável ()	4 Testadas ()	Lado esquerdo m	Topografia	
Regular (X)	Firme (X)		Fundos m	Topografia	
Serviços Públicos a Disposição					Valor
Guia ()	Água (X)	Coleta de lixo (X)		Pedologia	
Sargeta ()	Esgoto (X)	Conservação e Calçamento ()		Valor	
Passeio ()	Elettricidade (X)	Arborização ()		Situação	
Pavimentação (X)	Iluminação (X)	Limpeza Pública ()		Fator	
Observação					Esquina
Muro ()	Mureta ()	Cerca ()		Valor	
Informações Sobre a Edificação					Venal
TIPO					Terreno
Casa		Escritório	Comércio		
Alinhada ()	Geminada ()	Sala ()	C.Residência ()		
Recuada ()	Conjugada ()				
Isolada ()	Sobrado ()	Sala e Resid. ()	S/ Residência ()		
Apartamento		Outros		Situação	Valor
Frente ()	Galpão ()	Frente ()	Via ()	Const.	M²
	Telheiro ()	Fundos ()	Aglomerado ()	Valor	
Fundos ()	Especial ()			Padrão	
Utilização		Conservação		Valor	
Residência ()	Comércio ()	Novo ()	Regular ()	Padrão	
Industria ()	Escola ()	Bom ()	Ruim ()		
Hospital ()	Igreja ()	Hidro-San.	Recuo		
Banco ()	Oficina ()	Fsa Séptica ()	Frontal 4,00m ()		
Prest. Serv. ()	Serv. Public. ()				
Clube ()	Outros ()	Sumidouro ()	Lateral 1,50m ()		
Responsável pelo Preenchimento		Data	Coordenador da Pesquisa	Data	
Patricia Gomes C. Campos		06/11/2014			
Nirlei Lima Costa					
Fiscal Cad. 7326					

Vazio

VALOR VENAL DO IMÓVEL

CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES - ELEMENTOS COMPONENTES

ESTRURA			COBERTURA			PISO		
Taipa		1	Palha		1	Terra		0
Madeira Taipa		2	Cavaco		2	Madeira		2
Alvenaria/Taipa		3	Cimento amianto comum ou metal		3	Tijolo/Cimento		4
Madeira		5	Cimento Amianto Especial		5	Taco/Ceramica		7
Alvenaria/Madeira		7	Telha		7	Especial		12
Alvenaria		10	Lage		10			
Concreto		15	Especial		15			

REVESTIMENTO EXTERNO			REVESTIMENTO INTERNO			FORRO		
Sem		0	sem		0	sem		0
Reboco		3	Reboco		3	Madeira Comum		2
Madeira Comum		5	Madeira Comum		5	Madeira Trabalhada		5
Madeira Trabalhada ou Massa Corrida		8	Mad. Trabalhada ou Massa Corrida		8	Estuque		9
Conc. Aparente Tijolos Especiais à Vista		15	Palmeis Especiais ou Mat./Ceramica		15	Lage		15

ESQUADRIAS DE FERRO			ESQUADRIAS DE MADEIRA			INSTALAÇÕES ELETRICAS		
Sem		0	Tabúas		0	sem		0
Categoria Comum		4	Madeira Comercial		3	Aparente		3
Chapas Dobradas Comum		6	Madeira Comercial/Madeira Especial		6	Semi Embutido		6
Chapas Dobradas em Alumínio		10	Madeira Especial Predominante		10	Embutido		10
Outro Especial		15						

ACABAMENTO EXTERNO			ACABAMENTO INTERNO			COZINHA		
Sem		0	Sem		0	Com girau sem pia		0
Calação		2	Calação		2	Pia Interna Simples s/ Revestimento		2
Pintura Comum		5	Pintura Comum		5	Pia Int. Simp. e c/ Rev. A Óleo		5
Pintura Lavavel ou Óleo		9	Pintura Lavavel ou Óleo		9	Pia com Acabamento Melhorado		9
Especial		14	Especial		14	Pia c Acab. Melh. e Azul. Até o Teto		14

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS			BANHEIRO(QUANTIDADE)		
A - Precária		0	Com girau sem pia		A
B - Incompleta Externamente		2	Pia Interna Simples s/ Revestimento		B
C - Incompleta internamente e completa externamente		5	Pia Int. Simp. e c/ Rev. A Óleo		C
D - Completa Simples, louça, piso comum, meia barra		9	Pia com Acabamento Melhorado		D
E - Completo bom, interno, louça de cor, piso especial, azulejo até o teto		10	Pia c Acab. Melh. e Azul. Até o Teto		E

QUANTIDADE DE COMODOS	PONTOS	Padrão	DENOMINAÇÃO	OBSERVAÇÕES
De 1 a 2 Cômodos	Até 18	G	Precária	
De 3 a 4 Cômodos	De 19 a 30	F	Baixa	
De 5 a 6 Cômodos	De 31 a 40	E	Popular	
Acima de 6 Cômodos	De 41 a 60	D	Média	
Sauna	De 61 a 85	C	Boa	
Piscina	De 86 a 120	B	Alta	
	Acima de 120	A	Luxo	




Nirlei Lima Costa
Fiscal Cad. 7326

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CACOAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Departamento de Fiscalização de Obras e Posturas

Proc. 5732/14
73
07

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO
TERRENO CONSTRUÍDO

Em vistoria "in loco", foi constatado que no Setor 07 Quadra 132 Lote 315,37 (14)
Existe uma (1) construção edificada em: () madeira
() alvenaria
() mista
medindo 14,30 m², em estado de conservação () novo
() bom
() regular
() ruim

Proprietário.....

Posseiro.....

Endereço do Imóvel: R. MARIA ANTONIA DO NASCIMENTO - BAIANO TEIXEIRA

Característica do imóvel quanto à topografia: () alicve
() declive
(x) regular
() irregular

Característica do imóvel quanto à pedologia: () rochoso
() brejo
() inundável
(x) firme

Quanto a localização: () esta em área "NON AEDIFICANT"
(x) Não esta em área "NON AEDIFICANT"
Zona Correspondente 22-2

Próximo a curso D'água () SIM
(x) NÃO

BIC a(s) folha(s) 71
Foto(s) a(s) folha(s) 72
Observação:.....
.....
.....
.....

Cacoal, RO 06/11/2014.


Patrícia Gonçalves C. Campos
Fiscal Cb. 3046


Nirlei Lima Costa
Fiscal Cb. 3000

DISPACHO

A secretária de planejamento para conhecimento e devolução junto ao chefe do executivo quanto ao pedido do requerente.

Como a devolução seja favorável ao requerente, necessário se fez a elaboração de Lei, haja vista, que houve doação e posterior reversão do imóvel ao município.

Coced, 20/11/2014



Gilmar de Assis Andrade
Coordenação de Desenvolvimento Urbano
Port. 205/PMC/2014



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
SEMPLAN

Processo	5732/14
Folha	74

Processo Branco: 5732/2014

DESPACHO

Considerando tratar-se de área pública doada a entidade, porém a qual fora revertida ao Município, conforme informado no despacho de folhas 73 verso;

Considerando a necessidade de manifestação do Excelentíssimo Sr. Prefeito quanto a doação da área pleiteada;

Encaminhe-se os autos ao Gabinete para ciência e demais procedimentos necessários, sendo favorável a elaboração do Projeto de Lei. Após retorne-se os autos à Coordenação de Cadastro de Desenvolvimento Urbano para adoção das demais providências necessárias.


Cacoal, 06 de abril de 2015.


TÂNIA MARIA PEREIRA TAVARES
Secretária Municipal de Planejamento
Decreto 4.940/PMC/2013

1 Despacho

Tramite o Processo para Parecer
Juridico quanto ao pedido, a
requerimento do Prefeito. Depois,
retorne os autos ao Gabinete para
Conclusão

16/04/2014


Maria I. Araujo
Secretaria Chefe de
Gabinete



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

5432/14

45

Processo n. 5732/2014

Assunto: Doação de imóvel

Interessado: Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal – ARCIC

PARECER JURÍDICO

A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL, por um de seus procuradores, com fulcro no art. 4º, da Lei 2.413/PMC/08, em análise ao teor do processo em epígrafe, emite o seguinte parecer:

Trata-se de pedido de doação do **Lote 315 (14)**, da **Quadra 14, Setor 07**, localizado na Rua Maria Aurora do Nascimento, município de Cacoal/RO, formulado pela Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal – ARCIC, qualificada no requerimento de fls. 02.

Observa-se do Boletim de Informações Cadastrais de fls. 22, aliado ao levantamento topográfico de fls. 69, que o lote em questão foi objeto de unificação nos idos de 1998 (antigos Lotes 303 e 315), detendo hoje área total de 769,19 m², estando cadastrado em nome do próprio Município de Cacoal.

Vieram aos autos Cartão do CNPJ (fl. 03, 25), Certidão negativa de tributos municipais (fl. 04), cópia do Decreto n. 1986/PMC/2003 (fl. 06), Estatuto Social (fls. 07-21, 26-46, 54-65), BIC (fl. 22), Certidão de registro no Cartório de Registro Civil (fls. 24), Anexos (fls. 47-49), Ata de fundação e posse de Diretoria (fls. 50), Certidão de personalidade jurídica (fl. 52), documentos pessoais dos membros da diretoria (fls. 66-67), Guia de recolhimento (fl. 68), Levantamento topográfico oficial da quadra (fl. 69), despachos da CDU (fl. 70, 73-verso), relatório fotográfico (fl. 72), Relatório circunstanciado (fl. 73), Despacho da I. Secretaria Municipal de Planejamento (fl. 74) e Despacho da I. Chefe de Gabinete do Município (fl. 74-verso).

A questão posta gravita em torno da possibilidade da Administração promover a doação de bem público, no caso imóvel, à associação privada de assistência social.

Primeiramente, necessário esclarecer que todo órgão da Administração Pública direta e indireta do poder executivo da União, Estado, Distrito Federal e Município, **desde que seja conveniente, oportuno e vantajoso para a Administração, pode receber e realizar doação**, instruído o processo com elementos compatíveis de acordo com as normas legais vigentes, obedecendo a Legislação Civil, de Licitações e Administrativas, inclusive com relação à competência da autoridade para aceitar e realizar a doação e firmar a escritura pública (no caso de bens imóveis).

A Administração Pública (União, Estado e Município) pode realizar a **doação de imóvel**, porém, mediante prévia **Lei autorizativa** e com possibilidade de reversão do bem para a Administração Pública no caso de descumprimento da finalidade do imóvel. É admissível que o doador imponha certas determinações ao donatário como condição da efetivação da doação.

A doação de bens públicos imóveis é regulada pelo Art. 17 da Lei n. 8.666/1993, que a permite se cumpridas algumas formalidades: **interesse público devidamente justificado, avaliação do imóvel, autorização legislativa, licitação e doação modal (com encargos ou obrigações) e condicional resolutive (com cláusula de reversão)**.

Registre-se que, na doação **COM ENCARGO** será dispensada a licitação no caso de **interesse público e social devidamente justificado** (Art. 17, § 4º da Lei n. 8.666/1993, redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

5732/14
46
③

A avaliação do imóvel deverá ser feita por comissão especialmente nomeada para a tarefa, a qual procederá à perfeita identificação do bem e estabelecerá o valor do mesmo, com base em pesquisas de mercado.

Ademais, a doação de imóvel pela Administração Pública deverá ser necessariamente cercada das cautelas e restrições que os contratos com entes públicos sempre precisam envolver.

A Administração pode fazer doações de bens móveis e imóveis desafetados do uso público, e comumente o faz para incentivar construções e atividades particulares de interesse coletivo. *"Essas doações podem ser com ou sem encargos e em qualquer caso dependem de lei autorizadora, que estabeleça as condições para sua efetivação, de prévia avaliação do bem a ser doado e de licitação."* (Direito Administrativo Brasileiro, 29ª Edição, 2004, p. 512).

Cumpre-nos colacionar os ensinamentos do ilustre doutrinador Marçal Justen Filho:

"Ressalva-se a hipótese de doação de bem público, gravada com encargo. Assim, por exemplo, poderá ser do interesse estatal a construção de um certo edifício em determinada área. Poderá surgir como solução promover uma doação de imóvel com encargo para o donatário promover a edificação. Essa é uma hipótese em que a doação deverá ser antecedida de licitação, sob pena de infringência do princípio da isonomia. Em outras hipóteses, porém, o encargo assumirá relevância de outra natureza. A doação poderá ter em vista a situação do donatário ou sua atividade de interesse social. Nesse caso, não caberá a licitação. Assim, por exemplo, uma entidade assistencial poderá receber doação de bens gravada com determinados encargos. (...) O instrumento de doação deverá definir o encargo, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de reversão para o patrimônio público do bem doado em caso de descumprimento. A regra aplica-se tanto aos casos de dispensa de licitação como aqueles em que a licitação ocorrer." (grifamos) (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Editora Dialética. 9ª Edição. 2002. p. 185)

A Lei restringe a dispensa de licitação para a doação a casos de interesse social. Qualquer doação de bem público pressupõe interesse público, a regra legal impõe à Administração que verifique se a doação consiste na melhor opção.

Utiliza-se a doação de bens públicos sempre que o interesse público puder indicar ser essa a modalidade de transferência da propriedade mais vantajosa que alguma outra, o que muitas vezes se torna difícil, mas não deixa de ser frequente, como no caso de doação de lotes públicos a particulares, pessoas físicas ou jurídicas, em distritos industriais, com encargos de edificação e funcionamento de indústrias, mesmo que tributariamente incentivados, tudo visando oferecer empregos à população local, desenvolvimento da atividade econômica e, ao longo do tempo, propiciar aumento da arrecadação tributária.

É regra pacificamente adotada a de que não pode haver doação de imóveis públicos sem a previsão de encargos de interesse público a serem cumpridos pelo donatário com prazo determinado em lei, sob pena de reversão ou retrocessão do bem ao poder público.

Faz-se salutar esclarecer que a doação pura e simples somente pode ocorrer quando o donatário for outro órgão ou entidade da Administração pública (Art. 17, I, b, Lei nº. 8666/93).

Assim, desde que devidamente justificados e demonstrados o interesse público e social, procedida a avaliação do imóvel, precedida de autorização legislativa e lavrada escritura pública com encargos e cláusula de reversão, afigura-se lícita a doação de imóvel público à

Handwritten signature and initials



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

5432/4
ff
0

associação de classe, desde que seja considerada conveniente, oportuna e vantajosa para a Administração.

Na hipótese em comento, contudo, para regularidade do procedimento e prosseguimento útil deste, necessário venha aos autos:

- 1) Justificativa quanto ao interesse público e social na doação;
- 2) Certidão de Inteiro Teor do imóvel;
- 3) Certidão de regularidade fiscal da associação requerente;
- 4) Certidão Negativa de Débito (CND) tributário Estadual e Federal;
- 5) CND trabalhista;
- 6) Certificado de registro nos conselhos municipal e federal de assistência social;
- 7) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS;
- 8) Laudo de avaliação do imóvel.

Apresentados os documentos necessários, supraenumerados, deverá o pleito ser submetido ao Chefe do Executivo para deliberação quanto a conveniência, oportunidade e vantajosidade da doação para a Administração.

Devolvam-se os autos à Secretaria de origem para providências.

De tudo dê-se ciência a associação interessada.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Cacoal (RO), 28 de abril de 2015.

Nelson Araújo Escudero Filho
Procurador Coordenador do Contencioso Administrativo
OAB/RO 787

Viviani Ramires da Silva
Assessora de Procurador OAB/RO 1360

ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DA CRIANÇA E IDOSO DE CACOAL E
TODA CLASSE SOCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA – ARCICCSERO.

CACOAL-RO

Processo nº	5732/14
Folha	78
	<i>mm</i>

JUSTIFICATIVA

A Associação de Redenção da Criança e Idosos de Cacoal e toda Classe Social do Estado de Rondônia, doravante denominada "ARCICCSERO," é uma Associação, que desempenha um serviço social de varias formas, pensando na melhor condição de vida de todas as crianças e adolescentes independente de classe social. O maior objetivo é trabalhar com crianças e adolescentes com cursos profissionalizantes, palestras e treinamentos, visando o preparo da comunidade para o mercado de trabalho.

Portanto precisamos com urgência deste terreno para os devidos trabalhos, pois não temos um lugar especifico para tal.

Cacoal, 06 de maio de 2015.

Coleta Machado de Almeida

COLETA MACHADO DE ALMEIDA

Presidenta da - ARCICCSERO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Processo	5732/12
Folhas	78
	Almeida

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE REDENCAO DAS CRIANCAS E IDOSOS DE CACOAL
CNPJ: 13.353.592/0001-77

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, válida para o estabelecimento matriz e suas filiais, refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 10:31:41 do dia 14/11/2014 <hora e data de Brasília>.
Válida até 13/05/2015.

Código de controle da certidão: EF4F.7043.BD1A.D455

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Processo Nº	5732/1w
Folhas	50

IMPRIMIR **VOLTAR****Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 13353592/0001-77
Razão Social: ASSOCIACAO DE REDENCAO DAS CRIANCAS E IDOSOS DE CACOAL
Nome Fantasia: ASSOCIACAO DE REDENCAO
Endereço: RUA MARCELINO MATANA 01 ANEXO LOT IMATAL / JD TAMARUPA / CACOAL / RO / 76960-970

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/02/2015 a 03/03/2015

Certificação Número: 2015020210192600151307

Informação obtida em 12/02/2015, às 12:28:00.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Governo do Estado de Rondônia
Secretaria de Estado de Finanças
Coordenadoria da Receita Estadual



CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS

Certidão Número: 20155300128561
Código de Controle: 300128561
Inscrição Estadual:
CNPJ/CPF: 13353592000177
Nome ou Razão Social: Não inscrito na SEFIN/RO

Ressalvado seu direito de cobrar quaisquer valores de responsabilidade do sujeito passivo acima que vierem a ser apurados, a Fazenda Pública do Estado de Rondônia, após verificar seus assentamentos, certifica, para o fim abaixo especificado, que na presente data NÃO CONSTAM débitos vencidos do interessado relativos a tributos estaduais, ou a créditos inscritos na Dívida Ativa Tributária do Estado.

A pessoa física ou jurídica que não exerce atividade econômica sujeita à tributação pelo ICMS é dispensada de inscrição na Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia, não sendo necessário o cadastro de seus dados pessoais.

Finalidade...: OUTRAS TRANSAÇÕES DE QUALQUER NATUREZA
Emitida em.: 12/02/2015 - 10:30:13
Validade.....: 13/05/2015

Certidão emitida com base na Instrução Normativa nº 004/2011/GAB/CRE.

Imprimir

Fechar
Janela



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DA CASA CIVIL

Processo Nº	5732/14
Folhas	82
RONDÔNIA ESTADO DA CONFEDERAÇÃO	

Ofício N°. 2109/GAB/CC.

Porto Velho, 04 de julho de 2012.

A Sua Senhoria a Senhora
COLETA MACHADO DE ALMEIDA
Presidente da Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal – ARCIC
Rua Marcelino Matana s/nº, Loteamento Imatal, Bairro Jardim Tamarupá
CEP. 78.975-000 - Cacoal/RO


Senhora Presidente,

Com os cordiais cumprimentos, encaminhamos a Vossa Senhoria, para conhecimento e providências que entender cabíveis, o documento abaixo relacionado:

1. – **LEI 2.780**, de 26 de Junho de 2012, Declara de utilidade pública a Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal – **ARCIC**, com sede no Município de Cacoal.

Sendo o que temos a apresentar no momento, reiteramos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,


JUSCELINO MORAES DO AMARAL
Secretário-Chefe da Casa Civil



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

LEI N. 2.780 , DE 26 DE JUNHO DE 2012.

Declara de utilidade pública a Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal – ARCIC, com sede no Município de Cacoal.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal – ARCIC, com sede no Município de Cacoal.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 26 de junho de 2012, 124º da República.

CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador





Receita Federal

Processo Nº	57391/14
Folha	64

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 13.353.592/0001-77 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 10/06/2010
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE REDENCAO DAS CRIANCAS E IDOSOS DE CACOAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO DE REDENCAO			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R MARCELINO MATANA	NÚMERO SN	COMPLEMENTO ANEXO LOTEAMENTO IMATAL	
CEP 78.975-000	BAIRRO/DISTRITO JARDIM TAMARUPA	MUNICÍPIO CACOAL	UF RO
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/06/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 03/09/2014 às 10:20:20 (data e hora de Brasília).

Página 1/1

[Voltar](#)



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DA CASA CIVIL



Ofício Nº. 2109/GAB/CC.

Porto Velho, 04 de julho de 2012.

A Sua Senhoria a Senhora
COLETA MACHADO DE ALMEIDA
Presidente da Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal – **ARCIC**
Rua Marcelino Matana s/nº, Loteamento Imatal, Bairro Jardim Tamarupá
CEP. 78.975-000 - Cacoal/RO

Senhora Presidente,

Com os cordiais cumprimentos, encaminhamos a Vossa Senhoria, para conhecimento e providências que entender cabíveis, o documento abaixo relacionado:

1. -**LEI 2.780**, de 26 de Junho de 2012, Declara de utilidade pública a Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal – **ARCIC**, com sede no Município de Cacoal.

Sendo o que temos a apresentar no momento, reiteramos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,


JUSCELINO MORAES DO AMARAL
Secretário-Chefe da Casa Civil



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

**CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE
TERCEIROS**

Processo nº 5732/14
Folha nº 86
Nº 103942014-88888592
Nome: ASSOCIACAO DE REDENCAO DAS CRIANCAS E IDOSOS DE CACOAL
CNPJ: 13.353.592/0001-77

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço
<<http://www.receita.fazenda.gov.br>>



Processo nº 5732 / 114
Preliminar
87
lmm


Estado de Rondônia
Câmara Municipal de Cacoal

DECLARAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

A Câmara Municipal de Cacoal - RO, localizada à Rua Presidente Médici, nº 1849, Bairro Jardim Clodoaldo, inscrita no CNPJ nº 63.789.432/0001-43, neste ato representado pelo Presidente, Vereador Luiz Carlos de Souza Pinto declara para os devidos fins que a **ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL**, pessoa jurídica de direito privado, com sede administrativa à Rua Marcelino Matana Bairro Jardim Tamarupá Loteamento Imatal Cacoal - RO, está em pleno funcionamento, inscrita no CNPJ 13.353.592/000177, sendo uma instituição sem fins lucrativos nos termos de seu Estatuto Social, atuando no desenvolvimento e melhoramento das atividades produtivas ligadas a Aprestar assistência técnica e cultural aos Associados de nosso município, tendo funcionado com regularidade desde o ano de 2010, até a presente data.

Atestamos, outrossim, que a referida entidade não remunera os membros de sua Diretoria, não distribui vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedoras, sob nenhuma forma, destinado a totalidade das rendas apuradas ao atendimento de suas finalidades.

Cacoal, 21 de Março de 2012.


Luiz Carlos de Souza Pinto
Presidente - CMC

Ofício nº 01/ ARCICCSERO/14

Cacoal-RO, 04 de junho de 2014.

Processo nº	5732/14
Folhas	88

Senhor (a) Secretário (a)
Da Receita Municipal
Prefeitura Municipal de Cacoal – RO

ASSUNTO: Certidão Negativa Municipal

A Associação de Redenção da Criança e Idosos de Cacoal e toda Classe Social do Estado de Rondônia **ARCICCSERO**, inscrita no CNPJ nº 13.353.592/0001-77, vem por meio deste, solicitar de Vossa Senhoria, a **Certidão Negativa Municipal**, para tratarmos de assunto de credenciamento junto a Caixa Econômica Federal.

Coleta Machado de Almeida
Coleta Machado de Almeida
Presidente da ARCICCSERO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO Nº	5732/14
FOLHA	89

Processo n. 5732/2014

Assunto: Doação de imóvel

Interessado: Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal - ARCIC

DESPACHO

A justificativa de que trata o art. 17, § 4º da Lei n. 8.666/1993 (item 01 do Despacho de fls. 77), é da Administração pública (do Secretário da pasta, devidamente ratificada pelo Prefeito) e não da parte interessada, consoante se observada das fls. 78.

O lote objeto do pleito esta situado no Bairro Teixeira, mais precisamente na Quadra 14 do Setor 07, localizado na Rua Maria Aurora do Nascimento, município de Cacoal/RO. Necessário conste da **Justificativa da Secretaria Municipal de Planejamento** se há interesse público sobre a área (edificação de posto de saúde, creche, etc) e, qual o interesse público e social na doação.

Ainda cosoante já destacado na *opinio juris* de fls. 75-77, da lavra desta Procuradoria, deverá vir aos autos **Certidão de Inteiro Teor** do lote e, **Laudo de avaliação**, caso, de fato, haja interesse público e social na doação, devidamente justificados.

A vista disso, considerando o já expedido no Parecer Jurídico de fls. 75-77, retornem os autos à Secretaria de origem para providências.

Cacoal (RO), 06 de julho de 2015.

Walter Matheus Bernardino Silva
Subprocurador do Município OAB/RO 3716

Viviani Ramires da Silva
Assessora de Procurador OAB/RO 1360



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CACOAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO



Processo n. 5732/2014

Assunto: Doação de imóvel

Interessado: Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal - ARCIC

DESPACHO

Retornem os autos à SEMPLAN para adoção das providências já solicitadas
as fls. 89.

Cacoal (RO), 11 de agosto de 2015.

Nelson Araújo Escudero Filho

Procurador Coordenador do Contencioso Administrativo OAB/RO 787

Viviani Ramires da Silva

Assessora de Procurador OAB/RO 1360

ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DA CRIANÇA E IDOSO DE CACOAL E
TODA CLASSE SOCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA – ARCICCSERO.
CACOAL-RO

JUSTIFICATIVA

A Associação de Redenção da Criança e Idosos de Cacoal e toda Classe Social do Estado de Rondônia, doravante denominada "ARCICCSERO," é uma Associação, que desempenha um serviço social de varias formas, pensando na melhor condição de vida de todas as crianças e adolescentes independente de classe social. O maior objetivo é trabalhar com crianças e adolescentes com cursos profissionalizantes, palestras e treinamentos, visando o preparo da comunidade para o mercado de trabalho.

Portanto precisamos com urgência deste terreno para os devidos trabalhos, pois não temos um lugar especifico para tal.

Cacoal, 06 de maio de 2015.

Coleta Machado de Almeida

COLETA MACHADO DE ALMEIDA

Presidenta da - ARCICCSERO



Processo Nº 5732-14
Folhas 92
4

Prefeitura Municipal de Cacoal
Secretaria Municipal de Planejamento

Proc. n.º 5732/2014

Assunto: Doação de imóvel localizado no lote urbano (315) 14, Setor 07, Quadra 132.

Interessado: Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal

Considerando o despacho as folhas 89 e 90 do referido processo temos o seguinte a informar:

A doação de bens públicos imóveis exige a observância obrigatória pela Administração Pública dos princípios da legalidade, motivação, finalidade e do interesse público.

A Administração Pública pode realizar a doação de imóvel, porém, mediante Lei Autorizativa e com possibilidade de reversão do bem para a Administração Pública no caso de descumprimento da finalidade do imóvel; conforme ocorreu neste caso específico conforme Decreto nº.1986/PMC/03 as folhas 06.

É admissível que o doador imponha certas determinações ao donatário como condição da efetivação da doação. A doação de bens públicos imóveis é regulada pelo Art. 17 da Lei 8.666/1993, que a permite se cumpridas algumas formalidades: interesse público devidamente justificado, avaliação do imóvel, autorização legislativa, licitação na modalidade concorrência e doação modal (com encargos ou obrigações) e condicional resolutive (com cláusula de reversão).

A avaliação do imóvel deverá ser feita por comissão especialmente nomeada para a tarefa, a qual procederá à perfeita identificação do bem e estabelecerá o valor do mesmo, com base em pesquisas de mercado.

Entendemos que a doação de imóvel pela Administração Pública, deverá ser necessariamente cercada das cautelas e restrições que os contratos com entes públicos sempre precisam envolver.

A Administração pode fazer doações de bens móveis e imóveis desafetados do uso público, e comumente o faz para incentivar construções e atividades particulares de interesse coletivo. **"Essas doações podem ser com ou sem encargos e em qualquer caso dependem de lei autorizadora, que estabeleça as condições para sua efetivação, de prévia avaliação do bem a ser doado e de licitação."** (Grifo nosso) (Direito Administrativo Brasileiro, 29ª Edição, 2004, p. 512).

Considerando a solicitação as folhas 75 a 77, antes da autorização executiva, solicitaram a associação interessada que apresente documentação relacionada bem como projeto arquitetônico básico contendo planta baixa do que pretende executar no local, necessárias para que se comprove o interesse publico e social da referida doação.

Solicitamos também que a associação comprove por meio de relatório as atividades desenvolvidas pela entidade. Esclarecemos que o município é carente de terrenos publico no bairro onde esta localizado o referido imóvel; também entendemos a necessidade da área para a associação,mas faz-se necessário a manifestação da SEMAST,quanto ao interesse publico e social da referida doação a entidade,bem como o parecer da Procuradoria Geral do Município e da autorização do Chefe do Executivo,após a complementação da documentação pela associação e o parecer da SEMAST.

10/09/2015


Tânia Maria Pereira Tavares
Secretária Municipal de Planejamento
Dec. 4.940/PMC/2013

recebi em 22
09
2015

adita m de Almeida



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
SEMPPLAN



Processo nº 5732/PMC/2014

Processo Nº 5732-14

Folhas 94

D

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, faço juntada aos autos os documentos apresentados pela requerente, conforme abaixo relacionados:

- Cópia de Resultado de Consulta no Portal do Contribuinte [portal .sefin.ro.gov.br];
- Cópia do ofício nº 2109/GAB/CC;
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida da União;
- Cópia do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;
- Planta Baixa do Projeto Em questão (não registrada);
- Relatório de atividades desenvolvidas pela requerente;
- Declaração de manifestação expedida pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho – SEMAST;

Cacoal, 09 de novembro de 2015.


ANDRE DA SILVA CORREIA
Dep. Administrativo

PROC 5732-15



Governo do Estado de Rondônia
Secretaria de Estado de Finanças
Coordenadoria da Receita Estadual

Processo Nº 5732-14
Folhas 95
D

Resultado da Consulta:

Contribuinte portador da Inscrição Estadual 13353592000177 não inscrito na SEFIN/RO.

Data / Hora da
Consulta:

29/09/2015 - 11:29:32



Imprimir

Fechar
Janela



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DA CASA CIVIL



Ofício Nº. 2109/GAB/CC.

Porto Velho, 04 de julho de 2012.

Processo Nº 5732-14

Folhas 96

A Sua Senhoria a Senhora
COLETA MACHADO DE ALMEIDA
Presidente da Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal – ARCIC
Rua Marcelino Matana s/nº, Loteamento Imatal, Bairro Jardim Tamarupá
CEP. 78.975-000 - Cacoal/RO

Senhora Presidente,

Com os cordiais cumprimentos, encaminhamos a Vossa Senhoria, para conhecimento e providências que entender cabíveis, o documento abaixo relacionado:

1. - **LEI 2.780**, de 26 de Junho de 2012, Declara de utilidade pública a Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal – **ARCIC**, com sede no Município de Cacoal.

Sendo o que temos a apresentar no momento, reiteramos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,


JUSCELINO MORAES DO AMARAL
Secretário-Chefe da Casa Civil

IMPRIMIR

VOLTAR

Processo Nº 5732-14
Folhas 97



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 13353592/0001-77
Razão Social: ASSOCIACAO DE REDENCAO DAS CRIANCAS E IDOSOS DE CACOAL
Nome Fantasia: ASSOCIACAO DE REDENCAO
Endereço: RUA MARCELINO MATANA 01 ANEXO LOT IMATAL / JD TAMARUPA / CACOAL / RO / 76960-970

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/10/2015 a 26/11/2015

Certificação Número: 2015102806435997176259

Informação obtida em 06/11/2015, às 10:20:09.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Processo Nº 5832-14
Folhas 98
2

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DE REDENCAO DAS CRIANCAS E IDOSOS DE CACOAL
CNPJ: 13.353.592/0001-77

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 14:20:09 do dia 17/06/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 14/12/2015.

Código de controle da certidão: **D9B1.20B0.A2AB.26C2**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 13.353.592/0001-77 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 10/06/2010
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE REDENCAO DAS CRIANCAS E IDOSOS DE CACOAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO DE REDENCAO			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R MARCELINO MATANA	NUMERO SN	COMPLEMENTO ANEXO LOTEAMENTO IMATAL	
CEP 78.975-000	BAIRRO/DISTRITO JARDIM TAMARUPA	MUNICÍPIO CACOAL	UF RO
ENDEREÇO ELETRÔNICO redencao@hotmail.com		TELEFONE (69) 3443-6506	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/06/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **05/11/2015** às **17:15:50** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

Preparar Página
para Impressão

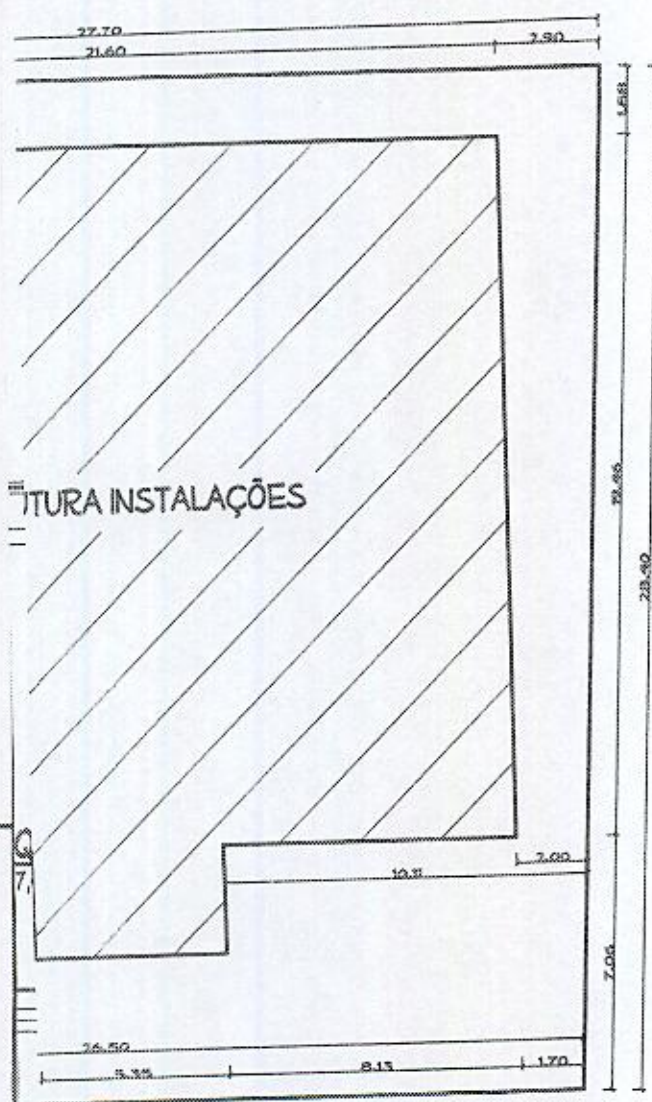
A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

Processo nº 5732-11

Folhas 100

ECTIVA

A



PROJETO:

ARQUITETÔNICO

OBRA: PRÉ PROJETO DE UMA ASSOCIAÇÃO, BUSCANDO USO DO TERRENO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL, MOSTRANDO LAUOUT DAS INSTALAÇÕES.
OBS: PODENDO HAYER MUDANÇAS DE ACORDO COM A NECESSIDADE.

PROPRIETARIO:

ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL
(ARCICCSERO) - CNPJ 13.353.592/0001-77

ENDEREÇO DO TERRENO:

RUA PAULO FERREIRA ESQUINA COM RUA MARIA AURORA DO NASCIMENTO
BAIRRO: TEIXEIRÃO - SETOR: 07 QUADRA: 132 LOTE: 14

TÍTULOS:

PLANTA TERREO E SUPERIOR - FACHADA
ELEVACÃO - PERSPECTIVA - IMPLANTAÇÃO

PADRÃO
MÉDIO

ESCALA:
INDICADAS

DATA:
NOVEMBRO
2015

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

DESENHO: KEOMA EMANOEL

TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - CREA 5633 TEVRO

FOLHA:
ÚNICA

Relatório. Ano 2013

Em 15 de Outubro 2013.
Realizamos nas dependências
da Igreja Assembleia de
Deus Monte das Oliveiras
sobre a direção do pastor
José Maria dos Santos e
sua esposa Ilma Silva Santos
nesta oportunidade estivamos
esperando as demais crianças
chegar para irmos a uma
passeio e enquanto isto fovi-
amos lanche para as crianças
foi um passeio em um sítio
as crianças brincaram bastante
e muitas crianças nem queriam
voltar para casa. Foi ótimo.
Fizemos uma oração para
encerrar.
Segue foto em anexo.



culito de Ação de
graça pelo dia Bíblia
com todas as crianças
Iniciamos com oração
feita pela missionária Ima
e uma das professoras da
Escola Dominical. Onde
falamos sobre os valores
sociais e respeito pela
palavra de Deus. e a
obediência em casa e na
escola.

Encerramos com oração
e servimos suco com
bolacha para todos.
Todos ficaram contente e
segue foto



Relatório

Dia Internacional

da mulher 08 de março 2015

foi realizada uma palestra com as mulheres da comunidade sobre higiene corporal, sobre vários assuntos que surgiram durante a palestra. Onde a enfermeira Ilma deixou as mulheres bem a vontade para fazer perguntas. À noite aconteceu o culto Rosa onde as mulheres reuniram presente do seus esposos. Logo foi servido um chá encerramos com macapô. Foto os adolescente - se preparando para homenagear as mulheres. Foi lindo





numa noite onde estava muito calor, levamos as crianças para o pátio onde brincamos bastante com elas, foi muito divertido segue foto em anex.

A Bíblia Dominical



Uta

is
lo

este

como

segue folios em anex.



Relatório dia das mães 2015
no dia 10 de maio 2015.
na sede da Igreja Assembleia de
Deus Monte das Oliveiras, foi
realizada uma festa para as
mães. As crianças fizeram apresen-
tação e entregaram presente.
Neste dia houve um encontro
com as mães do outro Bairro
onde as mesmas participaram
do grande culto em homenagem
as mães.

Segue foto das crianças
fazendo as suas homenagens.
Encerramos com Oração.
Segue fotos





Banho de mangueira passa-
mos uma tarde feliz junto
com as crianças, onde nós
também nos sentimos como
criança, isto é muito bom
pois as crianças são muito
correntes. Foi distribuído balas
pirulito e pipoca.
Encerramos com uma oração
foi tudo muito bem.

Laçoel, 18 de Outubro
2014

Segue foto em anex.

2014-0

Presença
de
mães
para
as



seremos um jantar para
todos. segue as duas fotos.
em anexo.



Proposta do projeto.
Associação per.

Justificativa.

Com o intuito melhorar a qualidade do atendimento oferecido às crianças da Associação propõe equipar e modernizar o núcleo profissionalizante da entidade.

O projeto visa a doação de um terreno para a construção de uma sede onde permitirão a educação profissional de aproximadamente 60 aprendizes atendidos diretamente, além da inclusão de pessoas com deficiência e por meio de cursos profissionalizante podemos oferecer algo mais dos nossos educandos. Por meio de oficinas a Associação propicia em regime integral ou parcial, situações de trabalho por meio de oficinas, objetivando o desenvolvimento de habilidades básicas, específicas e de gestão com vários outros programas.

Para a concretização do projeto, a instituição necessita com urgência do terreno para ser construída a sede com varias salas, escritório da Associação área de lazer etc.



Poder Executivo
Prefeitura Municipal de Cacoal
Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho



EDIÇÃO 2014 - 2016

unicef

Processo Nº 573274

Folhas 110

X

DECLARAÇÃO

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho – SEMAST vem através deste informar que nosso parecer é favorável quanto à doação de imóvel pela Administração Pública a Associação de Redenção da Criança e Idosos de Cacoal – **ARCICCSERO** ao qual executa Serviço Social a comunidade do Município de **CACOAL/RO**, conforme Estatuto Social da **ARCICCSERO** com CNPJ: 13.353.592/0001-77.

Por ser expressão da verdade assino a presente.

Cacoal/RO, 20 de Outubro de 2015.

Mirian Soares de Lacerda
Mun. de Assist. Social e Trabalho
Decreto Nº 4.876/PMC/2013

Mirian Soares de Lacerda
MIRIAN SOARES DE LACERDA
Secretária de Assist. Social e Trabalho
Decreto Nº 4.876/PMC/2013



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
SEMPLAN



PROCESSO 5732/2015

P Bco 5732/2015

Fis. 100

Assin. &

DESPACHO

Considerando que a entidade requerente apresentou a documentação solicitada nas folhas 92 e 93, juntando aos autos cópia do projeto a ser executado na área e documentação da entidade.

Considerando que consta nas folhas 110 dos autos Declaração da Secretaria de Ação Social, quanto ao trabalho desenvolvido pela entidade é favorável a doação da área pleiteada.

Manifestamo-nos favorável ao prosseguimento do pleito, desde que esta também seja a vontade do Exmo Sr. Prefeito e haja manifestação Jurídica quanto legalidade do ato.

Encaminhe-se os autos à Superintendência de Arquitetura para análise e parecer quanto ao projeto apresentado e sendo favorável, proceda avaliação da área a ser doada. Em seguida deverá os autos ser encaminhado ao Gabinete para deliberação do Exmo Sr. Prefeito, por escrito, por tratar-se de área pública que necessita de manifestação do chefe do executivo, após ao Jurídico para adoção dos demais procedimentos legais.

Cacoal, 11 de novembro de 2015.


TÂNIA MARIA PEREIRA TAVARES
Secretária Municipal de Planejamento
Decreto 4.940/PMC/2013

Despacho

O projeto arquitetônico apresentado necessita de adequações pequenas para atender a lei do código de obras, entretanto não impede o processo de doação da área pois atende ao programa da associação. Sendo o que tinha a informar devolvo para conhecimento e prosseguimento.

Laceral, 13/11/2015


Denyse Coelho de Azevedo
Arquiteta
CAU/BR A6996-5

LAUDO DE AVALIAÇÃO Nº SEQUENCIAL 001

Ficha Resumo

IMÓVEL

Lote Urbano, Lote 315, Quadra 132, Setor 07, município de Cacoal-RO.

Nº DO LAUDO

001/2016

OBJETIVO

O presente Laudo tem por objetivo avaliar o valor do lote, para determinar o valor para fins de Concessão de Direito Real de Uso.

PROPRIETÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL

SOLICITANTE

SEMPPLAN – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

VALOR

Considerando-se suas características, sua localização, bem como todos os elementos que interferem na valorização ou desvalorização, o valor de mercado é de **R\$ 140.284,34** (cento e quarenta mil duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e quatro centavos).

METODOLOGIA
E RIGOR

Utilizou-se para efeito de avaliação dos lotes o Método Comparativo de Dados de Mercado.
O nível de rigor alcançado neste processo avaliatório foi o Expedito.

LOCAL, DATA E
RESPONSÁVEIS

Cacoal, 15 de Fevereiro de 2016.

Rodrigo Selhorst e Silva
Arquiteto e Urbanista CAU Nº A37175-0
Responsável Técnico

**IDENTIFICAÇÃO
DO IMÓVEL**

Lote de terras urbanas, com área de 769,19 m², localizado na Rua Maria Aurora do Nascimento, Bairro Teixeira, dentro do perímetro urbano da cidade de Cacoal-RO.

**OBJETIVO DO
TRABALHO**

O presente Laudo tem por objetivo avaliar o valor do lote, para determinar o valor para fins de Concessão de Direito Real de Uso.

**PROPRIETÁRIO
DO IMÓVEL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL

**SOLICITANTE
DO LAUDO**

SEMPPLAN – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

**OBSERVAÇÕES
PRELIMINARES**

O imóvel localiza-se em local de acesso por rua pavimentada e a ocupação nas áreas vizinhas é de predominância residencial.

**CARACTERIZAÇÃO
DA REGIÃO**

O imóvel localiza-se em uma Zona Residencial 2. A infraestrutura existente é: rede de energia elétrica, rede de água, rede de esgoto e pavimentação asfáltica.

**CARACTERIZAÇÃO
DO IMÓVEL**

O terreno possui topografia plana, com cobertura vegetal composta de pastagem. Imóvel possui área útil de 769,19 m².

**CONSIDERAÇÕES SOBRE
O MERCADO**

A cidade se caracteriza por uma economia comercial forte e diversificada, com atividade agrícola de grãos e pecuária, considerada cidade universitária. O mercado imobiliário local encontra-se aquecido e com alta valorização dos imóveis, com poucas ofertas na região central da cidade, no entanto, nos bairros periféricos a oferta de imóveis é razoável e a procura é normal.

REGSC 5739/15
 OLHA 114
 SP

METODOLOGIA, PESQUISA E CÁLCULO

Utilizou-se para efeito de avaliação do imóvel o Método Comparativo de Dados de Mercado.

A pesquisa foi realizada através de análise de propostas de venda de imóveis, aonde encontramos a média de R\$ 165,80 (Vm1) por m².

Área média dos imóveis – 360,00 m²

Área útil do imóvel avaliado – 769,19 m² (Ai1)

Valor de Mercado do Imóvel: Vm1 x Ai1 = R\$ 140.284,34

NÍVEL DE RIGOR

O nível de rigor alcançado neste processo avaliatório foi o Expedito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Imóvel foi avaliado conforme a norma de avaliações (NBR 5675), aonde se usou o nível expedito para avaliar o valor do imóvel.

CONCLUSÃO

Considerando-se suas características, sua localização, bem como todos os elementos que interferem na valorização ou desvalorização, o valor determinado é de R\$ 140.284,34 (cento e quarenta mil duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e quatro centavos).

De:  Silva
 Arq: 114
 37175-0



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CACOAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO



Processo n. 5732/2014

Assunto: Doação de imóvel

Interessado: Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal – ARIC

PROCESSO Nº	5732/14
FOLHA	115
	SP

DESPACHO

Retornaram os autos a esta PGM para reexame e elaboração de projeto de lei de doação.

Com os documentos novos juntados aos autos (fls. 78-114) vieram Projeto arquitetônico e planta baixa, relatório de atividades desenvolvidas pela instituição requerente (fls. 101-109) e, Laudo de avaliação (fls. 112-114).

Declaração da SEMAST as fls. 110 com manifestação favorável à doação da área à instituição requerente, declaração de que esta executa serviço social à comunidade.

Manifestação da I. Secretária Municipal de Planejamento as fls. 111, favorável ao prosseguimento do pleito, condicionada à manifestação do *Alcaide*.

Despacho de fls. 114-verso da lavra do Exmº Sr. Prefeito Municipal com manifestação favorável ao pedido, desde que se verifique a legalidade do ato.

Das fls. 75 a 77 já consta Parecer jurídico da lavra desta PGM opinativo pela legalidade da doação com encargos, desde que devidamente justificados e demonstrados o interesse público e social, procedida a avaliação do imóvel, precedida de autorização legislativa, lavrada escritura pública com encargos e cláusula de reversão, e considerada conveniente e oportuna para a Administração.

Na hipótese as irregularidades apontadas as fls. 77 e 89 por esta PGM foram sanadas com a apresentação dos documentos novos de fls. 78-114. O interesse público e social foram justificados e demonstrados pelas Secretarias de Planejamento e Ação Social (fls. 110-111)(Art. 17, § 4º da Lei n. 8.666/1993, redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

Oportuno enfatizar que na hipótese vertente não se trata de doação pura e simples, mas doação com encargos, prazo determinado e cláusula de reversão.

Nesta senda, para melhor compreender o tema em que ora se debruça mister trazer a lume as disposições da Lei n. 9.504/97 (Código Eleitoral), que estabelece:

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

[...]

IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público;

[...]§ 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa. G.N.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CACOAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO



Note-se que o legislador, ao vedar a distribuição (doação) de bens públicos em ano eleitoral, não o fez genericamente, isto é, não vedou a prática de toda e qualquer disposição, mas apenas e tão somente as **gratuitas**.

Neste interím, cediço que, nos termos do artigo 538 do Código Civil: ***"considera-se doação o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra"***.

Lado outro, igualmente sabido que a doação pode ser gratuita ou onerosa. Naquela, não há ônus a cumprir. Ao passo que na última, o donatário, para ter direito ao bem doado, deve cumprir a contraprestação imposta pelo doador. Não basta, simplesmente, aquele aceitar a doação (acordo de vontades); ele deve cumprir o encargo contratual.

Neste sentido, prevê o artigo 553 da Lei Civil: ***"o donatário é obrigado a cumprir os encargos da doação [...]"***.

Sobre o tema, Agostinho Alvim, assevera que a doação com encargo é a ***"obrigação imposta ao gratificado"*** (Da doação. São Paulo: Saraiva. 1972, p. 232).

Emílio Betti, é ainda mais categórico, ao lecionar que a doação onerosa ***"é a mancha de onerosidade na atribuição gratuita"*** (Teoria Geral do Negócio jurídico. Coimbra: Coimbra Editora, 1969).

Logo, tendo o legislador, expressamente, mencionado que a vedação do artigo 73, IV e § 10 da Lei 9.504/97 se limita às ***"disposições gratuitas"***, clarividente que a proibição não se estende aos atos onerosos ou com encargos, caso contrário não haveria razão para a ressalva legal expressa.

Mesmo porque, o propósito da norma proibitiva é a vedação de obtenção de vantagem apta a comprometer a igualdade e higidez de oportunidades no pleito eleitoral, facilmente caracterizada por atos de disposições gratuitos. O que não ocorre em doações com encargos e cláusulas de reversão, a exemplo do caso telado.

Tanto é assim, que o Ministro Gilmar Mendes, do Tribunal Superior Eleitoral, na condição de Relator do Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 79734, DJE, Tomo 211, Data 09/11/2015, Página 79), em caso análogo ao presente, expressamente pontuou:

"Destaco que a doutrina e a jurisprudência estão relativizando o âmbito de aplicação do art. 73, § 10, da Lei 9.504/97, para excluir de sua hipótese de incidência programas de desenvolvimento econômico que visem a fomentar a geração de empregos e aumento de arrecadação de tributos"

Demais disso, acerca do tema, há precedente jurisprudencial a corroborar a tese ora sustentada, *ex vi* da ementa abaixo colacionada, oriunda do e. Tribunal Regional Eleitoral Paulista:

[...] malgrado a permissão de uso, "in casu", ser graciosa, há ônus para a permissionária, pois além a exigência de preencher determinados requisitos temporais, determinam a reversão do imóvel ao Município, acarretam também a perda de todas as benfeitorias, sem direito à indenização [...]. Acresça-se que a permissionária obtém o bem a título precário, não se podendo, por tais motivos, caracterizar-se como simples distribuição gratuita de bens como determina o Art. 73, §10, da Lei 9.504/97. (TRE/SP, Acórdão nº 164756, no Recurso Eleitoral nº 29718, proferido em 11 de novembro de 2008)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CACOAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO



No TSE, de igual sorte, há manifestação em consonância com o entendimento ora externado:

ELEIÇÕES 2012. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. CONDUTA VEDADA. 1. O art. 73 da Lei nº 9.504/1997 tutela a igualdade na disputa entre os candidatos participantes do pleito com o fim de manter a higidez do processo eleitoral. Para afastar legalmente determinado mandato eletivo obtido nas urnas, compete à Justiça Eleitoral verificar a existência de provas seguras de que o uso da máquina pública foi capaz de atingir o bem protegido pela referida norma. 2. O Tribunal Regional Eleitoral, analisando o conjunto probatório dos autos, afastou a captação ilícita e concluiu verificar-se na espécie a ressalva disposta no art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/1997, por entender que as doações de terrenos e o pagamento de aluguel de empresas em ano eleitoral como forma de implementação de política de incentivo à instalação de indústrias no município, além de ser prática comum na localidade, se deram mediante a imposição de encargos a serem cumpridos pelos donatários. No tocante à realização de serviços a particulares, consignou no acórdão a ausência de provas. 3. Diante da moldura fática do acórdão quanto ao afastamento da captação ilícita e ao enquadramento da conduta na ressalva do art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/1997, não merece reparo o acórdão regional, porquanto é possível depreender-se do assentado pelo TRE que já se encontrava em execução orçamentária de anos anteriores a política de incentivo à instalação de indústrias por meio de doações de terrenos e pagamento de aluguéis, bem como haver lei que autorizava a distribuição de bens, tratando-se de política de incentivo usual no município desde 2007. No que tange à alegada realização de serviços particulares em contrariedade à lei, o TRE destacou a inexistência de provas. Conclusão em sentido diverso encontra óbice na vedação de nova incursão no conjunto fático-probatório delineado nos autos. 4. Decisão agravada mantida pelos próprios fundamentos. Agravo regimental desprovido. (Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 79734, Acórdão de 01/10/2015, Relator(a) Min. GILMAR FERREIRA MENDES, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 211, Data 09/11/2015, Página 79)¹ G.N.

Assim, às doações com encargos, com prazo e cláusula de reversão, a exemplo da ora pleiteada, afiguram-se como exceção à regra proibitiva do artigo 73, IV e § 10 da Lei 9.504/97 (Código Eleitoral).

Considerando a declaração de fls. 110, no sentido de que a entidade requerente executa serviço social à comunidade e, tendo em vista a autorização de fls. 114-verso exarada pelo Exmº Sr. Prefeito do Município, remeta-se os autos ao Setor Administrativo para elaboração do respectivo Projeto de lei.

Cacoal (RO), 25 de fevereiro de 2016.

Nelson Araújo Escudero Filho
Procurador Coordenador do Contencioso Administrativo
OAB/RO 787

Viviani Ramires da Silva
Assessora de Procurador OAB/RO 1360

¹ Fonte: Parecer Jurídico exarado no Processo administrativo n. 6205/2015, da lavra do Procurador Dr. Walter Matheus Bernardino Silva, em 25.02.2016

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Bernadete Lorena de Oliveira - Oficial Titular

Rua dos Pioneiros, 1876 - Centro - CEP: 76963-812
Fone: (69) 3441-4463 - www.registroimoveiscacoal.com.br1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Município de Cacoal
Estado de Rondônia**CERTIDÃO**

(Art. 19, § 1º Lei 6.015/73)

5734/14

118

LIVRO 2 DE REGISTRO GERAL

Matrícula N.º = 11.527 =

Data: = 12 de fevereiro de 2004 =

Ficha N.º = 0135

Imóvel: LOTE DE TERRAS URBANO SOB N.º 14 (Quatorze), com área de 769,19 M² (Setecentos e sessenta e nove metros e dezenove centímetros quadrados), da QUADRA 132 (Cento e trinta e dois), do SETOR 07 (Sete), localizado na RUA PAULO FERREIRA com a Rua MARIA AURORA DO NASCIMENTO, perímetro urbano desta cidade e Comarca de Cacoal, Estado de Rondônia, com as metragens, divisas e confrontações seguintes: FRENTE: com a Rua Paulo Ferreira, na distância de 26,50 metros; LADO DIREITO: com a Rua Maria Aurora do Nascimento, na distância de 28,45 metros; LADO ESQUERDO: com o lote 13, na distância de 28,40 metros; FUNDOS: com o lote 15, na distância de 27,70 metros, conforme Planta e Memorial Descritivo, arquivados neste Ofício. **Proprietário:** Município de Cacoal, Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF n.º 04.092.714/0001-28, com sede na rua Anísio Serrão, nesta cidade. **Registro Anterior:** R-1/6.631, de 01/11/1979, do Registro de Imóveis da Comarca de Porto Velho, neste Estado e R-2.171/78 de 04 fevereiro de 2004, deste Ofício Imobiliário. Eu, Bernadete L. Oliveira (v) Bernadete L. Oliveira, Oficial de Registro e ou () Marta Passaglia, Oficial Substituta, conferi, dou fé e subscrevo.-IGLL.

Av-1/11.527 de 12/02/2004. Certifico que o proprietário supra-qualificado, adquiriu o imóvel constante desta matrícula, em maior porção, por doação feita pela União Federal (Lei n.º 6431/77) representado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme Título Definitivo de Doação, expedido em setembro de 1979. Eu, Bernadete L. Oliveira (v) Bernadete L. Oliveira, Oficial de Registro e ou () Marta Passaglia, Oficial Substituta, conferi, dou fé e subscrevo.-IGLL.

CERTIFICO e dou fé que esta certidão é reprodução fiel da matrícula original (Artigo 19, § 1º, Lei N.º 6.015/73). Imóvel livre e desembaraçado de quaisquer ÔNUS REAIS, LEGAIS OU CONVENCIONAIS E DE AÇÕES REAIS, PESSOAIS REIPERSECUTÓRIAS.

Cacoal, 29 de fevereiro de 2016

Custas e Emolumentos:
Isento pelo artigo 3º
Da Lei Estadual
Nº 301/90**MARTA PASSAGLIA**
Oficial Substituta**Selo digital de fiscalização n.º**
C4AAA3371730905Consulte a validade em
www.tjro.jus.br/consultaselo/

Válida com selo de fiscalização (Lei Estadual 984/01)

5732124
2015 119

ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DA CRIANÇA E IDOSO DE CACOAL E
TODA CLASSE SOCIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA – ARCICCSERO.
CACOAL-RO

JUSTIFICATIVA

A Associação de Redenção da Criança e Idosos de Cacoal e toda Classe Social do Estado de Rondônia, doravante denominada "ARCICCSERO," é uma Associação, que desempenha um serviço social de varias formas, pensando na melhor condição de vida de todas as crianças e adolescentes independente de classe social. O maior objetivo é trabalhar com crianças e adolescentes com cursos profissionalizantes, palestras e treinamentos, visando o preparo da comunidade para o mercado de trabalho.

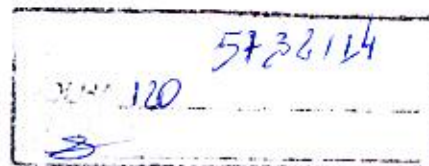
Portanto precisamos com urgência deste terreno para os devidos trabalhos, pois não temos um lugar especifico para tal.

Cacoal, 06 de maio de 2015.

Coleta Machado de Almeida

COLETA MACHADO DE ALMEIDA

Presidenta da - ARCICCSERO



Estado de Rondônia
Câmara Municipal de Cacoal

Ofício n.º 46/16-CMC

Cacoal, 25 de maio de 2016.

Senhor Prefeito,

Vimos pelo presente comunicar a Vossa Excelência que foi REJEITADO por esta Casa de Leis, na forma do art. 71 da Resolução nº 03/84 – CMC, de 20/11/84 (REGIMENTO INTERNO), o seguinte Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo:



I - Projeto de Lei nº 16/PMC/2016, que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FAZER DOAÇÃO COM ENCARGOS DE IMÓVEL URBANO A ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", de 02/03/16 (encaminhado pelo ofício nº 101/GP/PGM/16).

Sem outro particular para o momento, despedimo-nos renovando votos de estima e apreço.

Cordialmente,


EMÍLIO JUNIOR MANCUSO DE ALMEIDA
Presidente – CMC

Excelentíssimo Senhor
Francesco Vialletto
DD. Prefeito Municipal de Cacoal – RO.
Nesta


25/05/2016

12-63

OFÍCIO N.101/GP/PGM/16

Cacoal/RO, 02 de março de 2016.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,

Com o presente, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências, o incluso Projeto de Lei que:

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FAZER DOAÇÃO COM ENCARGOS DE IMÓVEL URBANO A ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACAOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.


O referido Projeto de Lei tem por objeto autorizar a doação com encargos de imóvel urbano à Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal, cujo interesse público justifica-se na necessidade de se estabelecer políticas públicas voltadas ao atendimento e assistência às pessoas idosas, crianças e adolescentes.

Cabe registrar que sobre o imóvel objeto da doação a entidade beneficiada construirá um Núcleo de Ministração de Cursos para idosos, crianças e adolescentes.

Diante do exposto, na certeza da convicção de Vossas Excelências, contamos com a aprovação do incluso Projeto de Lei em caráter de urgência.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


FRANCESCO VIALETTA
Prefeito

CMC
PROTOCOLO RECEBIDO
Em: 02/03/16
Hora: 9:20
N: _____


Luciana Borba Faria

Exmo. Sr.
EMÍLIO JÚNIOR MANCUSO DE ALMEIDA
MD. Presidente da Câmara Municipal
CACOAL-RO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
CNPJ: 04.092.714/0001-28



MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº

SENHOR PRESIDENTE

Senhores Vereadores

Com o presente, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências, o incluso Projeto de Lei que:

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FAZER DOAÇÃO COM ENCARGOS DE IMÓVEL URBANO A ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O referido Projeto de Lei tem por objeto autorizar a doação com encargos de imóvel urbano à Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal, cujo interesse público justifica-se na necessidade de se estabelecer políticas públicas voltadas ao atendimento e assistência às pessoas idosas, crianças e adolescentes.

Cabe registrar que sobre o imóvel objeto da doação a entidade beneficiada construirá um Núcleo de Ministração de Cursos para idosos, crianças e adolescentes.

Diante do exposto, na certeza da convicção de Vossas Excelências, contamos com aprovação do incluso Projeto de Lei em caráter de urgência.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


FRANCESCO MIALETTO
Prefeito

CMC
PROTOCOLO RECEBIDO

Em: _____

Horas: _____

Nº: _____

Luciana Borba Faria



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
CNPJ: 04.092.714/0001-28



PROJETO DE LEI n.º ____/PMC/2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FAZER DOAÇÃO COM ENCARGOS DE IMÓVEL URBANO A ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACOAL, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Cacoal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer doação com encargos à ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL, inscrita no CNPJ sob o n. 13.353.592/0001-77, do imóvel urbano denominado Lote 14, da Quadra 132, Setor 07, com área total de 769,19m², localizado na Rua Paulo Ferreira, esquina com Rua Maria Aurora do Nascimento, Bairro Teixeira, para o fim da entidade filantrópica donatária utilizá-lo no desenvolvimento de projetos que beneficiem a comunidade local de idosos, crianças e adolescentes.

§ 1º. A doação do lote em favor da entidade beneficiária destina-se a construção do Núcleo de Ministração de Cursos para idosos, crianças e adolescentes do Município de Cacoal, consoante Projeto arquitetônico acostado aos autos do Processo Administrativo n. 5732/BRANCO/2014.

Art. 2º. Fica a donatária obrigada a iniciar a construção do Núcleo de Ministração de Cursos para idosos, crianças e adolescentes no prazo de até 12 (doze) meses e a concluí-lo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da publicação da presente lei.

Art. 3º. O não cumprimento de quaisquer das obrigações estabelecidas nesta Lei por parte da Donatária, implicará na perda da área doada, através de reversão ao Município, com consequente revogação da doação com encargos e perda de eventuais benfeitorias sem qualquer indenização, aplicável também em caso de desvirtuamento de sua finalidade, independente de interpelação judicial ou extrajudicial.

Art. 4º Fica vedada qualquer alienação do imóvel a título oneroso ou gratuito, bem como, qualquer cessão de direitos, num prazo de 15 (quinze) anos, contados da data da doação.

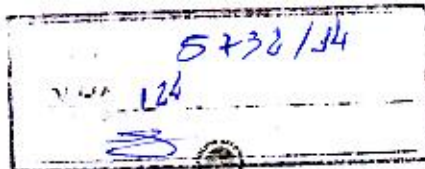
Art. 5º. O imóvel doado foi avaliado pelo órgão competente, conforme Laudo de Avaliação, Levantamento topográfico e Memorial descritivo constantes do Processo Administrativo n. 5732/BRANCO/2014.

Art. 6º. Fica justificado o interesse público na presente doação em razão da necessidade de estabelecer políticas públicas voltadas a atender crianças e adolescentes carentes e, idosos, mesmo que por meio de associações de classe.

Art. 7º. A Donatária deverá manter no imóvel, pelo período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, uma placa indicando que o imóvel foi objeto de doação com encargos pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
CNPJ: 04.092.714/0001-28

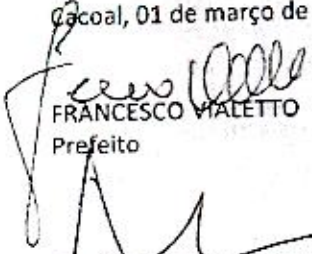


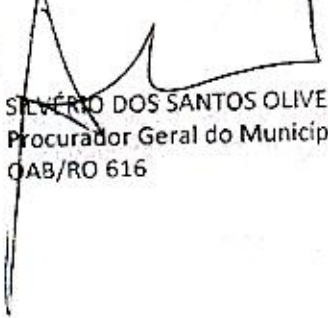
Município de Cacoal, constando o número da Lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais que o Poder Público entender devidas.

Art. 8º. A Donatária arcará com os ônus de transferência, escritura e registro da área junto aos órgãos competentes.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cacoal, 01 de março de 2016.


FRANCESCO VALETTO
Prefeito


SILVÉRIO DOS SANTOS OLIVEIRA
Procurador Geral do Município
OAB/RO 616

À Semplam para Arquivo Definitivo.

22.08.2016

Itamar Neris da Silva
Procurador Geral do Município
OAB/RN 3776

Despacho

Considerando as informações juntadas aos autos as folhas 120 a 124, e se vista a requerente quanto ao indeferimento do pleito, projeto de Lei Rejeitado pelos vereadores. Arquivar-se os autos após ciência da mesma.

Caracat, 23/08/2016

Amfereira



PROJETO DE LEI n.º 16/PMC/2016.

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A
FAZER DOAÇÃO COM ENCARGOS DE IMÓVEL
URBANO A ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS
CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACOAL, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Cacoal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer doação com encargos à ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL, inscrita no CNPJ sob o n. 13.353.592/0001-77, do imóvel urbano denominado Lote 14, da Quadra 132, Setor 07, com área total de 769,19m², localizado na Rua Paulo Ferreira, esquina com Rua Maria Aurora do Nascimento, Bairro Teixeira, para o fim da entidade filantrópica donatária utilizá-lo no desenvolvimento de projetos que beneficiem a comunidade local de idosos, crianças e adolescentes.

§ 1º. A doação do lote em favor da entidade beneficiária destina-se a construção do Núcleo de Ministração de Cursos para idosos, crianças e adolescentes do Município de Cacoal, consoante Projeto arquitetônico acostado aos autos do Processo Administrativo n. 5732/BRANCO/2014.

Art. 2º. Fica a donatária obrigada a iniciar a construção do Núcleo de Ministração de Cursos para idosos, crianças e adolescentes no prazo de até 12 (doze) meses e a concluí-lo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da publicação da presente lei.

Art. 3º. O não cumprimento de quaisquer das obrigações estabelecidas nesta Lei por parte da Donatária, implicará na perda da área doada, através de reversão ao Município, com consequente revogação da doação com encargos e perda de eventuais benfeitorias sem qualquer indenização, aplicável também em caso de desvirtuamento de sua finalidade, independente de interpelação judicial ou extrajudicial.

Art. 4º Fica vedada qualquer alienação do imóvel a título oneroso ou gratuito, bem como, qualquer cessão de direitos, num prazo de 15 (quinze) anos, contados da data da doação.

Art. 5º. O imóvel doado foi avaliado pelo órgão competente, conforme Laudo de Avaliação, Levantamento topográfico e Memorial descritivo constantes do Processo Administrativo n. 5732/BRANCO/2014.

Art. 6º. Fica justificado o interesse público na presente doação em razão da necessidade de estabelecer políticas públicas voltadas a atender crianças e adolescentes carentes e, idosos, mesmo que por meio de associações de classe.

Art. 7º. A Donatária deverá manter no imóvel, pelo período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, uma placa indicando que o imóvel foi objeto de doação com encargos pelo



Município de Cacoal, constando o número da Lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais que o Poder Público entender devidas.

Art. 8º. A Donatária arcará com os ônus de transferência, escritura e registro da área junto aos órgãos competentes.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cacoal, 01 de março de 2016.

FRANCESCO VIALETTA
Prefeito

SILVÉRIO DOS SANTOS OLIVEIRA
Procurador Geral do Município
OAB/RO 616



MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº

SENHOR PRESIDENTE

Senhores Vereadores

Com o presente, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências, o incluso Projeto de Lei que:

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FAZER DOAÇÃO COM ENCARGOS DE IMÓVEL URBANO A ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O referido Projeto de Lei tem por objeto autorizar a doação com encargos de imóvel urbano à Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal, cujo interesse público justifica-se na necessidade de se estabelecer políticas públicas voltadas ao atendimento e assistência às pessoas idosas, crianças e adolescentes.

Cabe registrar que sobre o imóvel objeto da doação a entidade beneficiada construirá um Núcleo de Ministração de Cursos para idosos, crianças e adolescentes.

Diante do exposto, na certeza da convicção de Vossas Excelências, contamos com aprovação do incluso Projeto de Lei em caráter de urgência.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

FRANCESCO VIALETTA
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
CNPJ: 04.092.714/0001-28
Procuradoria Geral do Município



OFÍCIO N 683/GP/PGM/16

Cacoal/RO, 05 de dezembro de 2016.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,

Com o presente, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências, Projeto de Lei que dispõe:

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONTRATO EM REGIME DE COMODATO DE IMÓVEL PÚBLICO EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O referido Projeto de Lei tem por objeto autorizar firmar contrato de comodato com encargos de imóvel urbano à Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal, cujo interesse público justifica-se na necessidade de se estabelecer políticas públicas voltadas ao atendimento e assistência às pessoas idosas, crianças e adolescentes.

Diante do exposto, na certeza da convicção de Vossas Excelências, contamos com aprovação do incluso Projeto de Lei.

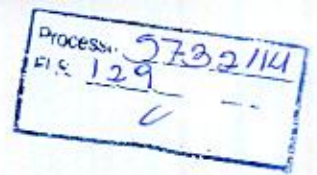
Atenciosamente,

FRANCESCO VIALETTO
Prefeito

Exmo. Sr.
EMÍLIO JUNIOR MANCUSO DE ALMEIDA
MD. Presidente da Câmara Municipal
CACOAL-RO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
CNPJ: 04.092.714/0001-28
Procuradoria Geral do Município



MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº

SENHOR PRESIDENTE

Senhores Vereadores,

Com a presente, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências, o incluso Projeto de Lei que:

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONTRATO EM REGIME DE COMODATO DE IMÓVEL PÚBLICO EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O referido Projeto de Lei tem por objeto autorizar firmar contrato de comodato com encargos de imóvel urbano à Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal, cujo interesse público justifica-se na necessidade de se estabelecer políticas públicas voltadas ao atendimento e assistência às pessoas idosas, crianças e adolescentes.

Diante do exposto, na certeza da convicção de Vossas Excelências, contamos com aprovação do incluso Projeto de Lei.

Atenciosamente,

FRANCESCO VIALETTA
Prefeito



PROJETO DE LEI N. /PMC/16

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONTRATO EM REGIME DE COMODATO DE IMÓVEL PÚBLICO EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACOAL, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Cacoal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Contrato em regime de Comodato com encargos à ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL, inscrita no CNPJ sob o n. 13.353.592/0001-77, do imóvel urbano denominado Lote 14, da Quadra 132, Setor 07, com área total de 769,19m², localizado na Rua Paulo Ferreira, esquina com Rua Maria Aurora do Nascimento, Bairro Teixeira, para o fim da entidade filantrópica donatária utilizá-lo no desenvolvimento de projetos que beneficiem a comunidade local de idosos, crianças e adolescentes.

Parágrafo Único. O comodato em favor da entidade beneficiária destina-se a construção do Núcleo de Ministração de Cursos para idosos, crianças e adolescentes do Município de Cacoal, pelo prazo de 15 (quinze) anos, consoante Projeto arquitetônico acostado aos autos do Processo Administrativo n. 5732/BRANCO/2014.

Art. 2º Fica a Comodatária obrigada a iniciar a construção do Núcleo de Ministração de Cursos para idosos, crianças e adolescentes no prazo de até 12 (doze) meses e a concluí-lo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da publicação da presente lei.

Art. 3º O não cumprimento de quaisquer das obrigações estabelecidas nesta Lei por parte da Comodatária, implicará na perda da referida área, através de reversão ao Município, com consequente revogação do Comodato com encargos e perda de eventuais benfeitorias sem qualquer indenização, aplicável também em caso de desvirtuamento de sua finalidade, independente de interpelação judicial ou extrajudicial.

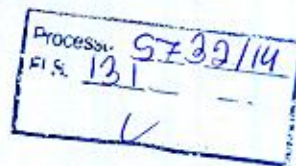
Art. 4º Fica vedada qualquer alienação do imóvel a título oneroso ou gratuito, bem como, qualquer cessão de direitos, num prazo de 15 (quinze) anos, contados da data da doação.

Art. 5º O imóvel foi avaliado pelo órgão competente, conforme Laudo de Avaliação, Levantamento topográfico e Memorial descritivo constantes do Processo Administrativo n. 5732/BRANCO/2014.

Art. 6º Fica justificado o interesse público no presente Comodato em razão da necessidade de estabelecer políticas públicas voltadas a atender crianças e adolescentes carentes e, idosos, mesmo que por meio de associações de classe.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
CNPJ: 04.092.714/0001-28
Procuradoria Geral do Município



Art. 7º O Contrato firmado no regime de Comodato deverá obedecer aos termos da legislação civil vigente aplicável, bem como, aos princípios gerais de direito público.

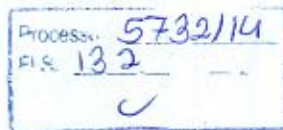
Art. 8º O Laudo de Avaliação do estado do imóvel deverá fazer parte integrante do Contrato, sob pena de não ser válido o pacto.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cacoal/RO, 05 de dezembro de 2016.

FRANCESCO VIALETTA
Prefeito

ITAMAR NERIS DA SILVA
Procurador Geral do Município
OAB/RO N.º 3776



Estado de Rondônia
Câmara Municipal de Cacoal

Ofício n.º 113/16-CMC

Cacoal, 28 de dezembro de 2016.

Senhor Prefeito,

Ao tempo em que cumprimentamos Vossa Excelência, atendendo o disposto na Resolução nº 03/84 – CMC, de 20/11/1984 (REGIMENTO INTERNO), e considerando, ainda, o encerramento dos trabalhos da 8ª Legislatura (2013-2016), determinamos o arquivamento dos projetos de leis abaixo relacionados, todos de autoria do Poder Executivo:

1. Projeto de Lei nº 95/16, que "ALTERA AS LEIS 2.543/PMC/2009, 2.964/PMC/2012 E 3.262/PMC/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS";

2. Projeto de Lei nº 157/16, que "DISPÕE SOBRE REFORMULAÇÃO ADMINISTRATIVA AO ORÇAMENTO VIGENTE, POR MEIO DE REMANEJAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS";

3. Projeto de Lei nº 189/16, que "ALTERA A LEI MUNICIPAL N. 2.554/2009, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL";

4. Projeto de Lei nº 195/16, que "DISPÕE SOBRE A PLANTA DE VALORES PARA O CÁLCULO DE TRIBUTOS IMOBILIÁRIOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS";

5. Projeto de Lei nº 196/16, que "DISPÕE SOBRE A BAIXA DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS";

6. Projeto de Lei nº 207/16, que "DENOMINA AS VIAS PÚBLICAS LOCALIZADAS NO LOTEAMENTO RESIDENCIAL OURO VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS";

7. Projeto de Lei nº 209/16, que "DENOMINA AS VIAS PÚBLICAS LOCALIZADAS NO LOTEAMENTO RESIDENCIAL SETE DE SETEMBRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS";

8. Projeto de Lei nº 210/16, que "DENOMINA AS VIAS PÚBLICAS LOCALIZADAS NO LOTEAMENTO MORADA DIGNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS";

9. Projeto de Lei nº 211/16, que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIXAR E COBRAR PREÇO PÚBLICO PELA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO DO SOLO EM ÁREAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PELO SISTEMA DE POSTEAMENTO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA



Estado de Rondônia
Câmara Municipal de Cacoal

E DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE PROPRIEDADE DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA OU OUTRA EMPRESA QUE OS UTILIZE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”;

10. Projeto de Lei nº 212/16, que “DENOMINA AS VIAS PÚBLICAS LOCALIZADAS NO LOTEAMENTO SÃO MARCOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”;

11. Projeto de Lei nº 215/16, que “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONTRATO EM REGIME DE COMODATO DE IMÓVEL PÚBLICO EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”;

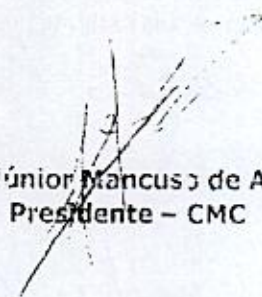
12. Projeto de Lei nº 216/16, que “INSTITUI O PROGRAMA DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CACOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”;

13. Projeto de Lei nº 217/16, que “ALTERA A LEI N. 3.342/PMC/2014 - DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL DO PESSOAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL-RO - SAAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”;

14. Projeto de Lei nº 218/16, que “DENOMINA AS VIAS PÚBLICAS LOCALIZADAS NO LOTEAMENTO GREENVILLE I, II, III E IV, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Sem outro particular para o momento, despedimo-nos renovando votos de estima e apreço.

Cordialmente,


Emílio Júnior Mancuso de Almeida
Presidente - CMC

Excelentíssimo Senhor
Francesco Vialetto
DD. Prefeito Municipal de Cacoal – P.O.
Nesta.

De acordo
Glauce M. Rodrigues

Glauce M. Rodrigues Neri
Prefeita de Cacoal

Despachos:

Compulsando os autos, note-se que apesar do pedido versar sobre doação, pub. documento de fls. 128/131, em verdade, foi encaminhado, por último, à Câmara Municipal, projeto de lei de comodato, sendo que, inobstante não conste decisão acerca da efetiva destinação (comodato), o envio de proposta legislativa nesse sentido faz presumir que esta foi a decisão administrativa, eis que subscrito pelo então Prefeito e Procurador Geral.

Contudo, como não foi aprovado, tendo sido arquivado, necessários novos encaminhamentos de proposta, caso o Município assim entenda.

Diante disso, remetem-se os autos ao Gab.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
CNPJ: 04.092.714/0001-28

76m
Processo: 5732/14
Dis: 134
✓

LEI Nº 3.811/PMC/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONTRATO EM REGIME DE COMODATO DE IMÓVEL PÚBLICO EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DE CACOAL, GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Cacoal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Contrato em regime de Comodato com encargos à ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL, inscrita no CNPJ sob o n. 13.353.592/0001-77, do imóvel urbano denominado Lote 14, da Quadra 132, Setor 07, com área total de 769,19m², localizado na Rua Paulo Ferreira, esquina com Rua Maria Aurora do Nascimento, Bairro Teixeira, para o fim da entidade filantrópica comodataria utilizá-lo no desenvolvimento de projetos que beneficiem a comunidade local de idosos, crianças e adolescentes.

Parágrafo único. O comodato em favor da entidade beneficiária destina-se a construção do Núcleo de Ministração de Cursos para idosos, crianças e adolescentes do Município de Cacoal, pelo prazo de 15 (quinze) anos, consoante Projeto arquitetônico acostado aos autos do Processo Administrativo n. 5732/BRANCO/2014.

Art. 2º Fica a Comodatária obrigada a iniciar a construção do Núcleo de Ministração de Cursos para idosos, crianças e adolescentes no prazo de até 12 (doze) meses e a concluí-lo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da publicação da presente lei.

Art. 3º O não cumprimento de quaisquer das obrigações estabelecidas nesta Lei por parte da Comodatária, implicará na revogação do Comodato com encargos e perda de eventuais benfeitorias sem qualquer indenização.

Art. 4º Fica vedada qualquer alienação do imóvel a título oneroso ou gratuito, bem como qualquer cessão de direitos, durante a vigência do Comodato.

Art. 5º Fica justificado o interesse público no presente Comodato em razão da necessidade de estabelecer políticas públicas voltadas a atender crianças e adolescentes carentes e, idosos, mesmo que por meio de associações de classe, como é o caso da Comodatária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
CNPJ: 04.092.714/0001-28



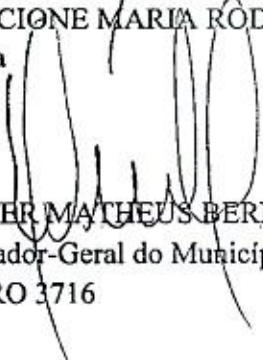
Art. 6º O Contrato firmado no regime de Comodato deverá obedecer aos termos da legislação vigente aplicável.

Art. 7º O Laudo de Avaliação do estado do imóvel deverá fazer parte integrante do Contrato, sob pena de invalidade do pacto.

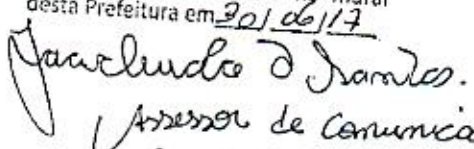
Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cacoal/RO, 27 de junho de 2017.


GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI
Prefeita


WALTER MATHEUS BERNARDINO SILVA
Procurador-Geral do Município
OAB/RO 3716

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Certificamos que o presente
documento foi publicado no mural
desta Prefeitura em 20/06/17


Assessor de Comunicação
Decreto 6.396/Proc/2017



CONTRATO N. 001/PMC/17



CONTRATO DE COMODATO DE BEM IMÓVEL QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CACOAL/SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E A ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL - ARCICCSERO.

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de outubro do ano de 2017 (dois mil e dezessete), o MUNICÍPIO DE CACOAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 04.092.714/0001-28, com sede à Rua Anísio Serrão, n. 2100 na cidade de Cacoal, Estado de Rondônia, neste ato representado pela Prefeita Sra GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG. n. 114919 SSP/RO, inscrita no CPF/MF sob o n. 188.852.332-87, residente e domiciliada na Rua Machado de Assis, n. 2675, Bairro Novo Cacoal, nesta cidade de Cacoal/RO, com interveniência SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO-SEMPPLAN, neste ato representada pelo Secretário Municipal Sr. ANTONIO OLIVEIRA BRITO, doravante denominado de COMODANTE, e do outro lado a ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL - ARCICCSERO, entidade filantrópica, inscrita no CNPJ n. 13.353.592/0001-77 situada na Rua Marcelino Matana s/n, Bairro Jardim Tamarupá, Cacoal/RO, neste ato representada pela Presidente Srª. COLETA MACHADO DE ALMEIDA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG n. 000108691 SSP-RO e inscrito CPF sob nº 587.822.492-53, residente e domiciliado nesta cidade de Cacoal/RO, doravante denominada COMODATÁRIA o resolvem celebrar o presente CONTRATO DE COMODATO, conforme consta no Processo Administrativo n. 5732/BRANCO/2014, submetendo-se COMODANTE E COMODATÁRIA às cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. O presente Contrato tem como objeto, firmar comodato com encargos do imóvel urbano denominado Setor 07, Quadra 132, Lote 14, com área de 769,19 m², localizado na Rua Paulo Ferreira esquina com a Rua Maria Aurora, Bairro Teixeira à Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal, cujo se destina a construção do Núcleo de Ministração de Cursos para idosos, crianças e adolescentes do Município de Cacoal.



DA INALIENABILIDADE

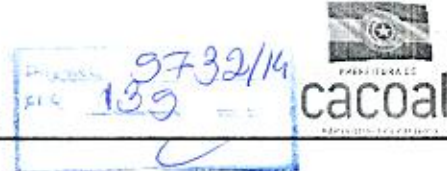
CLÁUSULA SEGUNDA. O imóvel cedido não poderá ser objeto de alienação, bem como qualquer cessão de direitos, pelo COMODANTE E COMODATÁRIO, durante a vigência do referido contrato.

DO PRAZO

CLÁUSULA TERCEIRA. O prazo de comodato é de até 15 (quinze) anos, sendo que a Comodatária fica obrigada por força da Lei n. 3.811/PMC/2017, a iniciar a construção do Núcleo de Ministração de Cursos no prazo de 12 (doze) meses e concluí-lo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da publicação da lei.

CLAUSULA QUARTA. O não cumprimento de quaisquer das obrigações estabelecidas na Lei 3.811/PMC/2017 e no presente contrato por parte da Comodatária, implicará na revogação do Comodato com encargos e perda de eventuais benfeitorias sem qualquer indenização.



DAS RESPONSABILIDADES

CLÁUSULA QUINTA. A COMODATÁRIA/ARCICCSERO assume com exclusividade todos os riscos e as despesas decorrentes da construção do Núcleo de Ministração de Cursos, conforme Projeto Arquitetônico. Ficando ainda responsável pelo imóvel, salvo, caso fortuito e força maior.

Subcláusula Primeira. O COMODANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela COMODATÁRIA com terceiros, ainda que vinculados a execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da COMODATÁRIA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Subcláusula Segunda. A COMODATÁRIA ficará responsável pelo pagamento dos impostos, taxas, despesas com energia elétrica, água e esgoto, telefone, roubo e outros danos incidentes, e todas as demais despesas relativas ao uso do imóvel, pelo período do comodato.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA QUINTA. A destinação diversa do imóvel implicará a rescisão do comodato e sua consequente extinção, sem direito a retenção e/ou indenização das benfeitorias, salvo, se fato novo ocorrer, cujo interesse público seja demonstrado e a Administração Pública concorde expressamente, promovendo as alterações necessárias.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA QUINTA. A publicação resumida do presente instrumento ou seus aditamentos deverá, fazer nos órgãos de imprensa mantida pelo Município.

DO FORO E DOMICILIO

CLÁUSULA SEXTA. Fica eleito o foro da Comarca de Cacoal, para nele dirimir as dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Contrato, renunciando as partes, desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou possa a vir a ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Cacoal-RO, 23 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE CACOAL
GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI
COMODANTE

ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL - ARCICCSERO
COLETA MACHADO DE ALMEIDA
COMODATÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
ANTONIO OLIVEIRA BRITO
INTERVENIENTE



EXTRATO DO CONTRATO DE COMODATO

PROCESSO n. 5732/BRANCO/2014

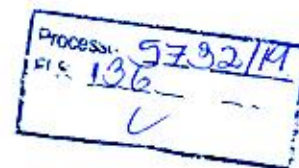
COMODANTE: MUNICÍPIO DE CACOAL/SEMPAN

COMODATÁRIA: ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO

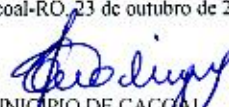
DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL - ARCICCSERO

OBJETO: Comodato com encargos do imóvel urbano denominado Setor 07, Quadra 132, Lote 14, cujo se destina a construção do Núcleo de Ministração de Cursos para idosos, crianças e adolescentes do Município de Cacoal.

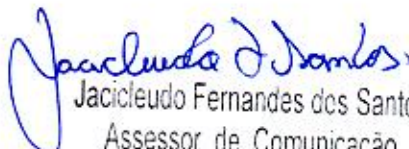
DO PRAZO: 15 anos



Cacoal-RO, 23 de outubro de 2017.


MUNICÍPIO DE CACOAL
Glaucione Maria Rodrigues Neri
COMODANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Certificamos que o presente
documento foi publicado no mural
desta Prefeitura em 16/11/17


Jacicleudo Fernandes dos Santos
Assessor de Comunicação
Decreto Nº 6.529/PMC/17

Publicado por:
Andre Guedes da Silva Filho
Código Identificador:F957EEE6

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
ERRATA DA PORTARIA Nº 98/AMEC/2017.

O DIRETOR GERAL DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACOAL – AMEC, no uso de suas atribuições legais, corrige o inciso II da Portaria nº 98/AMEC/2017, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

ONDE SE LÊ:

II – Conceder ao referido servidor 01 (uma) diária no valor de 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais).

LÊIA-SE:

II – Conceder ao referido servidor 01 (uma) diária no valor de 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

Cacoal/RO, 16 de Novembro de 2017.

WELITON NUNES SOARES

Diretor Geral

AMEC

Decreto nº 6.216/PMC/2017

AV. SETE DE SETEMBRO, 2226 – CENTRO – CACOAL - RO
Telefax Esporte: (0xx69) 3441 3496 - Diretoria: 3443 4528
Financeiro: 3441-6258

Publicado por:
Andre Guedes da Silva Filho
Código Identificador:44F2C1E0

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 234/2017

PREGÃO FORMA ELETRÔNICA N. 150/2017
PROCESSO ADM. N. 4600/GLOBAL/2017

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S-10 PARA ATENDER AS NECESSIDADES da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos-SEMOSP.**

PRAZO DE VALIDADE: 12 (doze) meses.

EMPRESA DETENTORA: COMBUSTIVEIS CACOAL- LTDA, CNPJ sob n. 26.528.188/0001-39.

ITEM E VALOR REGISTRADO:

3- RS 3,50;

Valor Total: R\$ 875.000,00

Obs.: A íntegra da Ata de Registro de Preços n. 234/2017 poderá ser obtida no site da Prefeitura Municipal www.cacoal.ro.gov.br

Cacoal-RO, 16 de novembro de 2017.

CLEYTON GOMES DOS SANTOS

Superintendente Adjunto da SUP.

Portaria nº 241/PMC/2017

Publicado por:
Clemilda Zulmira dos Santos
Código Identificador:1ED4AB20

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO
LICITATÓRIO

O Diretor Geral, Weliton Nunes Soares, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº:	73/2017
b) Licitação Nº:	56/2017
c) Modalidade:	Dispensa
d) Data Homologação	16/11/2017
e) Objeto Homologado:	DESTINA-SE A COBRIR DESPESA COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO GERAL E AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A MOTOCICLETA HONDA NXR 150 BROS ANO/MODELO 2009 PLACA NDW-2497. TOMBAMENTO 353 PERTENCENTE A ESTA AUTARQUIA MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACOAL.

f) Fornecedor declarado vencedor conforme proposta comercial.

Fornecedor: TIGRÃO COM. PEÇAS P/ MOTOC. LTDA-ME
CNPJ/CPF: 07.881.184/0001-95
Valor Total Homologado - R\$ 1.677,55

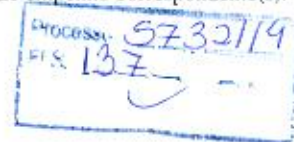
02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

Cacoal, 16 de novembro de 2017.

WELITON NUNES SOARES

Diretor Geral

AMEC



Publicado por:
Andre Guedes da Silva Filho
Código Identificador:0BA3C800

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO
LICITATÓRIO

O Diretor Geral, Weliton Nunes Soares, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº:	73/2017
b) Licitação Nº:	56/2017
c) Modalidade:	Dispensa
d) Data Homologação	16/11/2017
e) Objeto Homologado:	DESTINA-SE A COBRIR DESPESA COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DAS CAIXAS ACÚSTICAS DE SOM, TOMBAMENTOS Nº 527 E 528, PERTENCENTE A ESTA AUTARQUIA MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACOAL.

f) Fornecedor declarado vencedor conforme proposta comercial.

Fornecedor: LEMOS EVENTOS LTDA-ME
CNPJ/CPF: 63.774.806/0001-57
Valor Total Homologado - R\$ 705,00

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

Cacoal, 16 de novembro de 2017.

WELITON NUNES SOARES

Diretor Geral

AMEC

Publicado por:
Andre Guedes da Silva Filho
Código Identificador:254AC8F5

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE COMODATO 00IPMC

PROCESSO n. 5732/BRANCO/2014

COMODANTE: MUNICIPIO DE CACOAL/SEMPAN

COMODATÁRIA: ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO

DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL – ARCISSERO

OBJETO: Comodato com encargos do imóvel urbano denominado Setor 07, Quadra 132, Lote 14, cujo se destina a construção do Núcleo de Mineração de Cursos para idosos, crianças e adolescentes do Município de Cacoal.

DO PRAZO: 15 anos

Cacoal-RO, 23 de outubro de 2017.

Município de Cacoal

GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI

Comodante

Publicado por:

Andre Guedes da Silva Filho

Código Identificador:F2CF6E77

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
PORTARIA Nº. 008/SEMTRAN/2017**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS PARA COMPORER A COMISSÃO ADMINISTRATIVA DE DEFESA PRÉVIA À PENALIDADES POR INFRAÇÕES DE TRANSITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário Municipal de Transporte e trânsito do município de Cacoal, nomeado através do Decreto nº 6411/PMC/17 de 26 de Junho de 2017, no uso de suas atribuições conforme estabelece o artigo 24 do Código de Trânsito Brasileiro e considerando as atribuições que lhe confere o Artigo 280 e 281 do Código de Trânsito Brasileiro.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Administrativa de Defesa Prévia à penalidades por infrações de trânsito conforme estabelecido no artigo 9º da resolução 619/2016/CONTRAN.

Página 1 de 2

NOME	RG	CADASTRO
Flávia Andréia de Souza Barbosa - Presidente	842581-SSP/RO	5535
Carlos Demétrio Lucena Silva - Membro	874219-SSP/DF	4703
Silene Eller - Suplente	1112138-SSP/RG	5780
Kenedy de Souza Marcelino - Membro	237306-SSP/RR	5455
Lucen Baine Ribeiro Santos - Suplente	319432-SSP/RO	0846

Art. 2º Em eventual ausência da Presidente da referida comissão, um dos membros titulares assume a Presidência.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a portaria 006/2017.

Cacoal, 14 de Novembro de 2017.

PAULO SÉRGIO GOMES SITYÁ

Secretário Municipal de Transportes e Trânsito

Dec. Nº 6.491/PMC/17

Publicado por:

Andre Guedes da Silva Filho

Código Identificador:EC23EF31

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO
LICITATÓRIO 165/2017**

A PREFEITA, GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº:	4031/2017
b) Licitação Nº:	165/2017
c) Modalidade	Pregão
d) Data Homologação:	08/11/2017
e) Objeto Homologado:	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS PARA IMPRESSORAS

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: COPY PRINT INFORMÁTICA LTDA

CNPJ/CPF: 08.894.886/0001-76

ITEM: 01.

Valor Homologado - R\$ 798,99

Fornecedor: DF CARTUCHOS**INFORMÁTICA LTDA-ME**

CNPJ/CPF: 05.965.179/0001-35

ITENS: 02, 04, 05, 06, 07, 08.

Valor Homologado - R\$ 2.544,36

Fornecedor: R.T.B. COM. E REPRES. LTDA

CNPJ/CPF: 34.477.133/0001-75

ITEM: 03.

Valor Homologado - R\$ 297,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO - R\$ 3.640,35

CACOAL, 08 de novembro de 2017.

GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI

Prefeita

Publicado por:

Andre Guedes da Silva Filho

Código Identificador:208E09D5

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
PORTARIA Nº 0821/PMC/2017**

PREFEITA MUNICIPAL DE CACOAL, GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

I - Nomear a partir de 01/11/2017, o(a) senhor(a) FABIANA ALVES ANDRADE DO NASCIMENTO, portador(a) da Cédula de Identidade nº 903241/SSP/RO, de 04/12/2003, e do C.P.F. nº 773.768.112-49, para exercer o cargo de ASSESSOR(A) ESPECIAL - NÍVEL VII, a ser lotado(a) no(a) Semict.

II - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos legais e financeiros a partir de 01/11/2017, como consta na tabela I do Anexo II da Lei 3262/PMC/2013 que altera a Lei 2543/PMC/2009, revogando a Portaria nº. 0613/PMC/2017 e as disposições em contrário.

CACOAL - RO, terça-feira, 31 de outubro de 2017.

GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI

Prefeita Municipal

JOSIANE APARECIDA RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

Publicado por:

Andre Guedes da Silva Filho

Código Identificador:F785BF22

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
PORTARIA Nº 0820/PMC/2017**

PREFEITA MUNICIPAL DE CACOAL, GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

I - Nomear a partir de 01/11/2017, o(a) senhor(a) PEDRO FRANCISCO BARBOZA LOPES, portador(a) da Cédula de Identidade nº 1387844/SSP/RO, de 10/10/2013, e do C.P.F. nº 020.434.072-10, para exercer o cargo de ASSESSOR(A) ESPECIAL - NÍVEL II, a ser lotado(a) no(a) CORREGEDORIA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO



Requerente: ASSOC.DE RED. CRIANÇAS E IDOSOS CACOAL
Assunto: Conhecimento Contrato de Comodato

Despacho

5732/14
139
Liu

Considerando documentos juntados aos autos às folhas 136 á 138, encaminho ao Ilustríssimo Secretário Municipal de Planejamento para conhecimento referente ao Contrato de Comodato de Bem Imóvel

Cacoal, 05 de Fevereiro de 2019.

Maria Genecy de Souza
Maria Genecy de Souza
Coordenação de Desenv. Urbano
Portaria 636/PMC/2018



ESTADO DE RONDÔNIA/BRASIL
PREFEITURA DE CACOAL
CNPJ: 04092714/0001-28
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO



DESPACHO

Proc. 5732/14
Fls. 140
Data 14/02/2019

Referente: Processo 5732/2014
Requerente: Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal
Assunto: Transferência de lote urbano

Dou ciência do Contrato de Comodato firmado entre a Prefeitura Municipal de Cacoal e a ARCICCSERO, nos termos da lei 3.811/PMC/2017.

Cumpridas todas as exigências legais, o que levou à assinatura do contrato supramencionado, determino o arquivamento do processo na CDU, até o surgimento de fato novo ou o até o término do prazo contratual.

Atenciosamente.

Cacoal, 11 de fevereiro de 2019.

Thiago Albuquerque de Carvalho Câmara
Secretário Municipal de Planejamento



Estado de Rondônia

Gabinete Vereador Alaézio Lemes

5732/14
14/8
14/8

Ofício Nº 134/GVAL/CMC/2025

Cacoal, 01 de Agosto de 2025.

Ao
Excelentíssimo Senhor
Adailton Antunes Ferreira (FURIA)
Prefeito Municipal de Cacoal – RO

Assunto: Solicitação de destinação de terreno para construção de **UBS** no Bairro Teixeira.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

O Vereador Alaézio Lemes, no uso de suas atribuições legais, vem, respeitosamente, solicitar a Vossa Excelência a destinação do terreno localizado na Travessa Maria Aurora do Nascimento, Quadra 132, Lote 315, com área total de 769,19 m², pertencente ao Município de Cacoal, conforme documentação anexa, para fins de implantação de uma Unidade Básica de Saúde (UBS).

A presente solicitação tem como fundamento a crescente demanda por serviços de saúde por parte da população do Bairro Teixeira e das comunidades adjacentes, que carecem de estrutura pública adequada e acessível para atendimento primário em saúde. A construção de uma UBS nesse local proporcionará à comunidade o acesso digno a serviços essenciais, como consultas médicas, atendimentos de enfermagem, vacinação, acompanhamento pré-natal, entre outros.

Cumprе ressaltar que o direito à saúde é assegurado pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, como um direito social fundamental, bem como no artigo 196, que dispõe:

"A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

Além disso, o acesso à saúde está diretamente relacionado ao direito à vida e à dignidade da pessoa humana, pilares essenciais do nosso ordenamento jurídico. Assim, a viabilização dessa UBS representa não apenas o cumprimento de um dever institucional, mas também um compromisso com o bem-estar da população e com os princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito.

Diante do exposto, solicito a sensível atenção de Vossa Excelência para a análise e atendimento deste importante pleito, que certamente trará relevantes benefícios à saúde pública e à qualidade de vida da nossa gente.

Sem mais para o momento, renovo votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Vereador
Alaézio
DO TEIXEIRÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Processo nº: 5732/2014

Interessado: Associação Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal

Assunto: Reversão de imóvel ao patrimônio municipal

5732/14
142
Duo

DESPACHO


Considerando que o imóvel objeto do presente processo foi doado à Associação Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal, mediante contrato firmado em regime de comodato, autorizado pela **Lei Municipal nº 3.811/PMC/2017**, que em seu teor estabelece a obrigatoriedade do cumprimento do objeto para o qual foi concedido o uso;

Considerando que restou constatado, conforme apuração constante nos autos, que a beneficiária não cumpriu o objeto previsto no contrato de comodato, configurando descumprimento da finalidade de interesse público e ensejando a reversão do bem ao patrimônio municipal, nos termos do disposto na referida lei e demais normas aplicáveis;

Considerando, ainda, a existência de Ofício nº 134/GVAL/CMC/2025, subscrito pelo Vereador **Alaézio Lemes**, que solicita a destinação da referida área para a implantação de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no Bairro Teixeira, ressaltando a necessidade de atendimento à demanda crescente da população local e fundamentando-se nos artigos 6º e 196 da Constituição Federal;

Encaminho os presentes autos à Ilma. Secretária Municipal de Planejamento para conhecimento e providências que entender necessária quanto à reversão do imóvel ao patrimônio do Município de Cacoal, a fim de viabilizar a análise e decisão final pelo Chefe do Poder Executivo, inclusive quanto à possibilidade de atendimento do pleito constante do referido ofício parlamentar.

Cacoal, 12 de agosto de 2025.


MARIA RAQUEL VIDAL OSÓRIO
Chefe da Coord. de Des. Urbano
Portaria nº 104/PMC/2021



Processo: 5732/2014

Assunto: Reversão de Imóvel ao patrimônio municipal

Interessado: ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL

Processo nº	5732/14
FLS.	143
	<i>[Signature]</i>

DESPACHO

Considerando o teor da Lei Municipal nº 3.811/PMC/2017, que condicionou a utilização do imóvel objeto do presente processo ao cumprimento da finalidade de interesse público.

Considerando que restou constatado, nos autos, o descumprimento do contrato de comodato firmado pela Associação Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal, ensejando, assim, a reversão do bem ao patrimônio público municipal.

Encaminhem-se os presentes autos à Procuradoria-Geral do Município, para análise e providências quanto à reversão do imóvel ao patrimônio do Município de Cacoal, inclusive quanto às medidas jurídicas necessárias à formalização do retorno do bem e resguardo do interesse público.

Cacoal/RO, 21 de agosto de 2025.

[Signature]
ANA PAULA DE LIMA FERNANDES
Secretária Municipal de Planejamento
Decreto n. 10.551/PMC/2025



PROCESSO Nº. 5732/2014

ÓRGÃO CONSULENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN

ASSUNTO: REVERSÃO DE IMÓVEL AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL – ARCICCSERO

PARECER JURÍDICO

A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL, órgão da Administração Pública com atribuições de velar pela correta aplicação das leis e demais normas administrativas, por seu Procurador signatário, com fulcro no artigo 4º, da Lei n. 2.413/PMC/2008, em exame ao teor do processo em epígrafe, emite o seguinte parecer:

1. DOS FATOS

Trata-se de análise referente ao contrato de comodato firmado entre o Município de Cacoal e a Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal – ARCICCSERO, autorizado pela Lei Municipal nº 3.811/PMC/2017 e formalizado pelo Contrato de Comodato nº 001/PMC/2017, cujo objeto foi a cessão gratuita de imóvel público, localizado no Bairro Teixeira, Quadra 132, Setor 07, Lote 14, com área de 769,19 m², destinado à construção de um Núcleo de Cursos para idosos, crianças e adolescentes.

Nos termos da legislação e do contrato, a comodatária ficou obrigada a:

- Iniciar a construção no prazo de até 12 (doze) meses da publicação da lei;
- Concluir a obra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses;
- Utilizar o imóvel exclusivamente para os fins previstos, sendo vedada a cessão ou alienação.



Consta nos autos que, transcorrido o prazo estipulado, não houve cumprimento das obrigações assumidas, inexistindo a execução da obra ou a destinação do imóvel conforme previsto no contrato e na lei autorizativa.

Em razão disso, a Secretaria Municipal de Planejamento e a Coordenação de Desenvolvimento Urbano emitiram despachos (fls. 143 e 142) nos anos de 2025, reconhecendo o descumprimento contratual e sugerindo a reversão do imóvel ao patrimônio municipal.

Ressalta-se, ainda, que foi protocolado Ofício Parlamentar nº 134/GVAL/CMC/2025, de autoria do Vereador Aláezio Lemes, sugerindo que a área seja destinada à instalação de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no Bairro Teixeira, em atendimento à demanda crescente da população, fundamentando-se nos artigos 6º e 196 da Constituição Federal.

É o breve relatório, a seguir passamos a opinar como segue:

2. DOS LIMITES DO PARECER

Em caráter preambular, importa destacar que a presente manifestação é eminentemente jurídica, estando afastada dos aspectos técnicos, econômico-financeiros ou meritórios, vedado que é a incursão, pelo signatário, no mérito da atuação administrativa, afeto à oportunidade e conveniência do Administrador Público.

Quadra assinalar, também, tratar-se de parecer que não dispensa a necessária decisão do gestor e que eventuais desdobramentos – especialmente de casos específicos que envolvam peculiaridades próprias de alguma carreira ou conexão com situações ou normas não versadas neste opinativo – decorrentes da aplicação do entendimento ora apresentado ou da interpretação de outros dispositivos, devem ser analisados concretamente, com as nuances que cada situação comporta.

3. DOS ASPECTOS JURÍDICOS

3.1 Do regime jurídico aplicável

O contrato de comodato firmado com fundamento na Lei Municipal nº 3.811/2017 possui natureza administrativa e é regido pelo interesse público. Por disposição legal e contratual, o descumprimento das obrigações estabelecidas enseja a revogação do



comodato e a reversão do bem ao patrimônio municipal, sem direito a indenização por eventuais benfeitorias.

3.2 Do descumprimento contratual

Conforme documentos juntados ao processo, a Associação beneficiária não cumpriu a obrigação de iniciar e concluir a construção do Núcleo de Cursos nos prazos estabelecidos, configurando inadimplemento absoluto.

Tal fato caracteriza hipótese expressa de rescisão do comodato, prevista:

- No art. 3º da Lei Municipal nº 3.811/2017;
- Na Cláusula Quarta do Contrato nº 001/PMC/2017.

3.3 Da reversão do imóvel

Nos termos do art. 37 da Constituição Federal, a Administração deve zelar pela legalidade, eficiência e supremacia do interesse público. A manutenção da cessão de bem público a entidade que não cumpriu a finalidade prevista viola o princípio da eficiência e a destinação legal do patrimônio público.

Assim, impõe-se a reversão do imóvel ao patrimônio municipal.

3.4 Da destinação futura do imóvel

Uma vez reincorporado ao patrimônio público, o imóvel poderá ser destinado a outra finalidade pública, mediante ato administrativo competente.

O pleito parlamentar para instalação de uma Unidade Básica de Saúde encontra respaldo nos arts. 6º e 196 da Constituição Federal, que estabelecem a saúde como direito social e dever do Estado.

Tal destinação, contudo, depende de manifestação do Chefe do Poder Executivo Municipal, precedida da instrução regular do processo administrativo.

3.5 Do devido processo legal

Ainda que configurado o inadimplemento, é recomendável garantir à entidade comodatária o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme princípios constitucionais (art. 5º, LV, CF), antes da decisão final de rescisão e reversão do bem.

4. DA OPINIO

Pelo exposto, esta Procuradoria, por seu Procurador signatário, opina pela rescisão do Contrato de Comodato nº 001/PMC/2017 e a consequente reversão do imóvel ao patrimônio público municipal, em razão do descumprimento das obrigações assumidas



ESTADO DE RONDÔNIA/BRASIL
PREFEITURA DE CACOAL
CNPJ: 04092714/0001-28



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

pela Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal – ARCICCSERO, nos termos da Lei Municipal nº 3.811/2017 e do próprio contrato;


Pela notificação prévia da entidade comodataria, para apresentação de defesa no prazo legal, garantindo o contraditório e a ampla defesa;

Após a formalização da reversão, pela análise da viabilidade jurídica e técnica de destinar o imóvel à instalação de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no Bairro Teixeira, em consonância com o interesse público e com os princípios constitucionais da saúde.

Saliente-se, outrossim, malgrado já ventilado linhas acima, que a presente manifestação se funda no prisma estritamente jurídico, sem adentrar ao juízo de conveniência e oportunidade dos atos administrativos, que escapam da esfera de atribuições e competência desta assessoria jurídica.

Assim, por entender expedido o trabalho desta Procuradoria Geral do Município – PGM remetam-se os autos à Secretaria, para que seu titular possa ratificar ou não o presente, podendo decidir de forma diversa, considerando seu caráter meramente opinativo.

Cacoal/RO, 08 de setembro de 2025.


NELSON ARAÚJO ESCUDERO FILHO
PROCURADOR DO MUNICÍPIO
OAB/RO 787



Processo: 5732/2014

Assunto: Reversão de Imóvel ao patrimônio municipal


Interessado: ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL



DESPACHO

Considerando o Parecer Jurídico de fls. 144/145, encaminho o processo ao Departamento de Fiscalização de Obras e Posturas para notificação do Interessado, oportunizando o contraditório e ampla defesa.

Cacoal/RO, 11 de setembro de 2025.


ANA PAULA DE LIMA FERNANDES
Secretária Municipal de Planejamento
Decreto n. 10.551/PMC/2025



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

347

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.353.592/0001-77 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 10/06/2010
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL ARCICC - ASSOCIACAO DE REDENCAO DA CRIANCA E IDOSOS DE CACOAL

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ARCICCSERO	PORTE DEMAIS
--	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO R MARCELINO MATANA	NÚMERO 2107	COMPLEMENTO *****
----------------------------------	----------------	----------------------

CEP 76.960-970	BAIRRO/DISTRITO JARDIM BANDEIRANTES	MUNICÍPIO CACOAL	UF RO
-------------------	--	---------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO redencao@hotmail.com	TELEFONE (69) 3343-6506
---	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/06/2010
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 22/10/2025 às 13:52:42 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

99328 3740
Jose Maurer



Prefeitura Municipal de Cacoal-RO

Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLAN

Departamento de Fiscalização de Obras e Posturas

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 2205

Nome: Associação de Redenção da Criança e Idosos de
CPF: 13.353.592/0001-77 'Cacoal'

Endereço:

Sector: 07 Quadra: 132 Lote: 14

Inscrição

Processo 5732/PM/C/2014

Prezado Senhor: Comunicamos a V. Srª que no dia 23 de Outubro de 2025
às _____ horas, verificamos que tenham ciência de
parecer Juridico de fls 144/145.

Cópia do parecer anexo a esta notificação.

O fato está em desacordo com o disposto no _____

Solicitamos que V. Sª. tome as medidas necessárias para sanar a irregularidade
no prazo de 15 dias a contar desta data, sob pena de multa de demais penalidades
prevista na legislação em vigor.

Agente Fiscal: 3874

Data de Vencimento:
07/11/2025

Notificado:

RELATÓRIO NA DATA DO VENCIMENTO:

(1) Verifiquei que foi cumprido o objeto da presente notificação ☐

(2) Por ter verificado que o objeto da presente notificação não foi cumprido no prazo acima indicado
lavrei o Auto de Infração Nº ☐

Observações: ☐

Agente Fiscal:

Recebi em:

Anotado em:

Assim que tiver recebido, digite o link e te enviaremos seus cadastros

+55 69 9328 3740
Referente ao processo 5732/PMG/2014

+55 69 9986 8637
Assim que tiver recebido, digite o link e te enviaremos seus cadastros

+55 69 8464 7813
Mensagem aguardada

Enano Correa RT
qual o zip para onde convertem no setor de analise de projetos?

+55 69 9970 6434
Chamado Municipal

+55 69 9231 5555
Recebido

DEFOP (você)
99906234

+55 69 8414 5006
Assim que tiver recebido, digite o link e te enviaremos seus cadastros

+55 69 9343 9382
Assim que tiver recebido, digite o link e te enviaremos seus cadastros

+55 69 8118 1114
Assim que tiver recebido, digite o link e te enviaremos seus cadastros

+55 69 9325 6009
Assim que tiver recebido, digite o link e te enviaremos seus cadastros

+55 69 9266 1661
Assim que tiver recebido, digite o link e te enviaremos seus cadastros

Hoje

As mensagens e ligações são protegidas com a criptografia de ponta a ponta. Sempre ao deslizar para a direita, você pode da conversa para ler, ouvir e compartilhar com outros. Medição para abertura.

Bom dia, nesse contato falo com o senhor José Mauro?
Responsável pela Associação de Redenção da Criança e Idosos de Caracol

Bom dia
Sim
Em que posso ser útil

Sua Hemerson Cruz, fiscal do setor de fiscalização de Obras e Posturas da municipalidade de Caracol, devidamente registrado sob o Cadastro Municipal nº 5974.

Notificação 2205-2005.pdf
Adobe Acrobat Document • 2.0 MB

Alerta Salvar como...

Referente ao processo 5732/PMG/2014

Lida
Entregue

59 932124
350

+55 69 9266-1661

Irregular

+55 69 8464-7813

Possso ligar?

+55 69 8114-8089

U plano diretor alterado.doc

+55 69 9328-3740

Reagiu com "a": "O senhor precisa do telefone do chefe da fiscalização..."

+55 69 9986-8637

Assim que tiver pronto, faço o Rcp e te envio os seus cadernos

Ernane Correa RT

qual o tap pra gente conversar no setor de anal se de projeto?

+55 69 9970-1634

Corajado Mariana

+55 69 9231-5555

Recibo do

DEFOP (você)

99570434

+55 69 8414-5006

PDF setor 07 - pag 12 paginas

+55 69 9343-9382

An sim, muito obrigada

+55 69 8118-1114

PDF RELATORIO CONSTRUÇÃO SETOR 12 QUADRA 05 LOTE 416.docx

CC-00376-2106

+55 69 9328-3740

visto por ultimo hoje as 11:03

16:24

10:23

10:20

05:59

09:34

09:05

20:56

04:08

30:24

12:35

09:09

10:27

Hoje

O As mensagens e ligações são protegidas com a criptografia de ponta a ponta. Somente as pessoas que fazem parte da conversa podem ler, ouvir e transmitir esse conteúdo. Selecione para saber mais.

Bom dia, nesse contato falo com o senhor José Mauro?

Responsável pela Associação de Redenção da Criança e Idosos do Cacoal

Bom dia

Sim

Em que posso ser útil

Sou Hemerson Couto, fiscal do setor de Fiscalização de Obras e Posturas do município de Cacoal, devidamente registrado sob o Cadastro Municipal nº 5874.

Notificação 2205-2025.pdf

Adobe Acrobat Document - 26 KB

Abri

Salvar como...

Referente ao processo 5732/PNC/2014

O senhor precisa do telefone do chefe da fiscalização para maiores informações?

Ligação de voz perdida

Clique para regravar

59 32124
552
Q



ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
SEMPPLAN
Depart. de Fiscalização de Obras e Posturas

5932/24
152

Processo: 5732/PMC/2014

Requerente: Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal

Assunto: Transferência de Lote Urbano

RELATÓRIO FISCAL

Cumprimentando cordialmente, em resposta ao teor do despacho de fls. 146, informamos que o responsável pela Associação de Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal foi devidamente notificado via WhatsApp, pelo número (69) 99328-3740. A mensagem foi visualizada, e o destinatário confirmou ser o responsável pela referida associação, conforme comprovam os registros (prints) das conversas mantidas por este setor.

Cacoal – RO, 23 de outubro de 2025

Hermelindo Gomes Couto
Fiscal de Obras e Posturas
Matr. nº 5571



Processo: 5732/2014

Assunto: Reversão de Imóvel ao patrimônio municipal

Interessado: ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL

DESPACHO

Considerando o teor da Lei Municipal nº 3.811/PMC/2017, que condicionou a utilização do imóvel objeto do presente processo ao cumprimento da finalidade de interesse público.


Considerando que restou constatado, nos autos, o descumprimento do contrato de comodato firmado pela Associação Redenção das Crianças e Idosos de Cacoal, ensejando, assim, a reversão do bem ao patrimônio público municipal.

Considerando o parecer jurídico acostado na fls 144, que opinou pela rescisão do contrato de comodato nº 001/PMC/2017 e a reversão do imóvel ao patrimônio público municipal, em razão do descumprimento das obrigações assumidas pela Associação de Redenção das Crianças e Idoso de Cacoal, nos termos da lei nº 3.811/2017 e do próprio contrato;

Considerando que foi notificado a entidade comodatária acostado nas fls 148/152, no entanto, o prazo para a manifestação da entidade venceu no dia 07/11/2025.

Encaminhem-se os presentes autos à Procuradoria Geral do Município, para análise e providências quanto à reversão do imóvel ao patrimônio do Município de Cacoal, inclusive quanto às medidas jurídicas necessárias à formalização do retorno do bem e resguardo do interesse público.

Cacoal/RO, 11 de novembro de 2025.


ANA PAULA DE LIMA FERNANDES
Secretária Municipal de Planejamento
Decreto n. 10.551/PMC/2025

Despacho

Compulsando os autos, verifica-se tratar de contencioso administrativo ajuizado entre o município e a ARCICCERO.

Logo, resta desnecessária a atuação do órgão judicial para a reversão do imóvel, notadamente porque o município pode, e deve, promover o distrito no âmbito administrativo.

Portanto, remetam-se os autos ao Contencioso Administrativo para ulteriores providências.


Caacel 12/12/25


Késia Mália Campana
Procuradora do Município
OAB/RO 2280

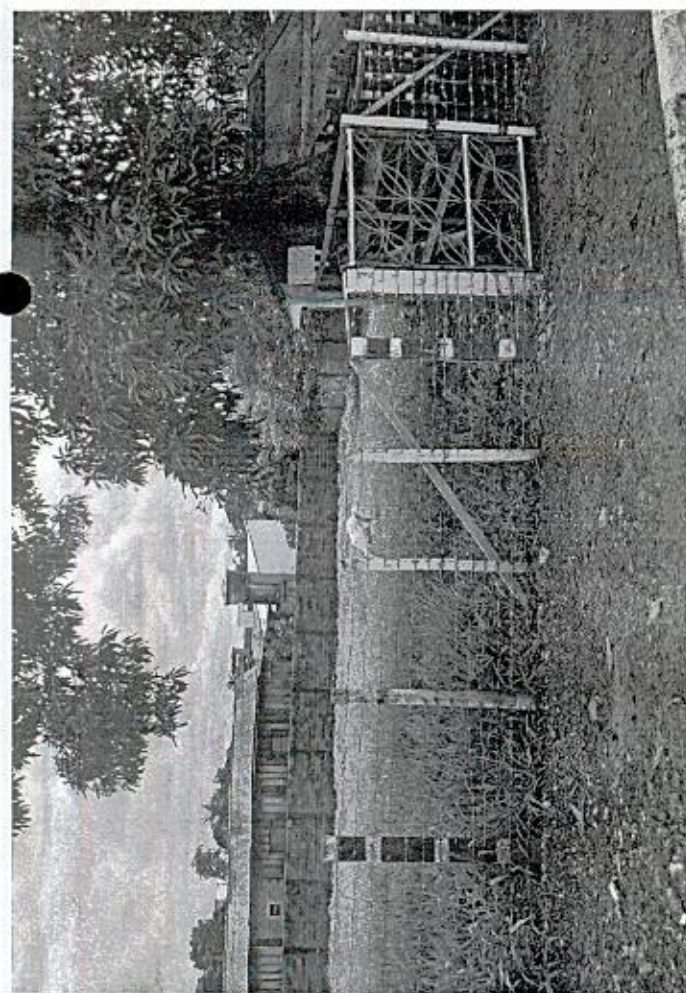
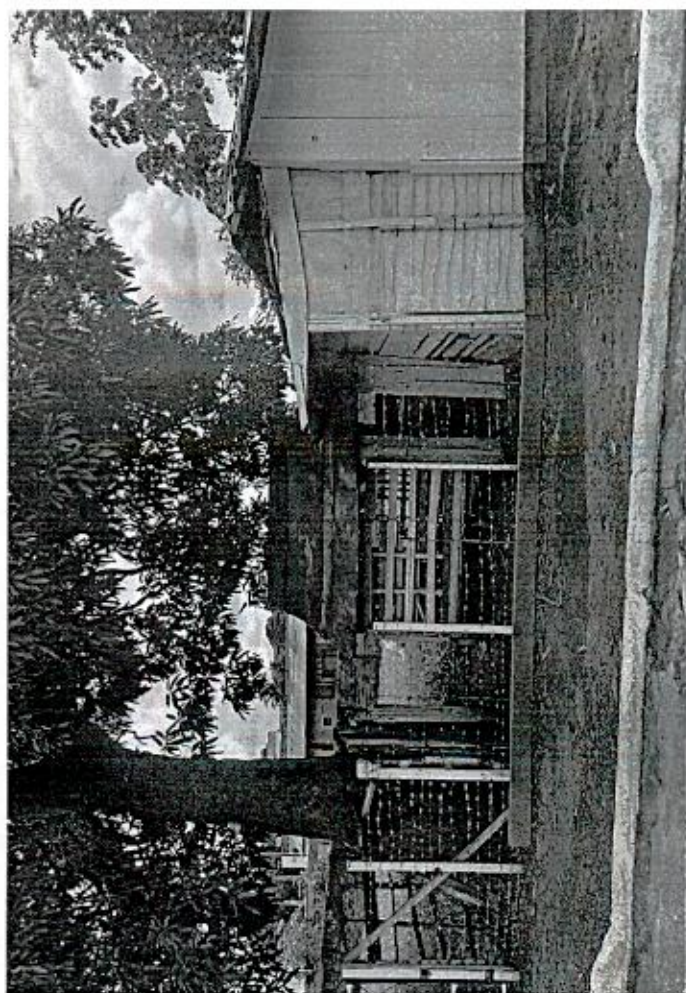
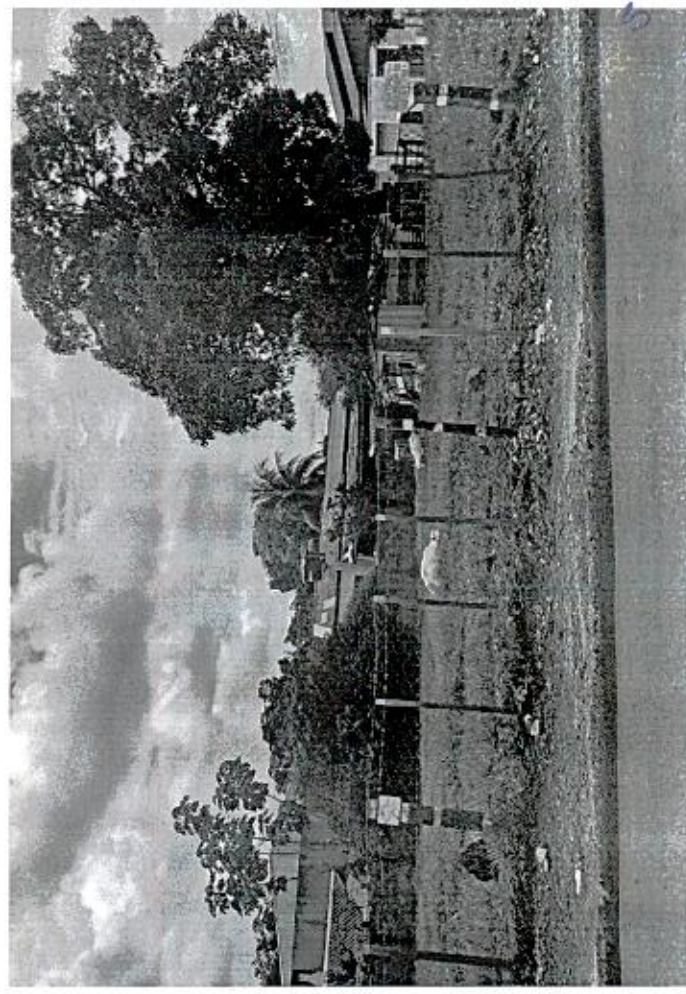
Despacho

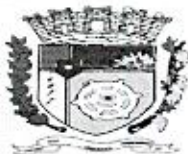
À Administração para elaboração do distrito.

Caacel 15/12/25


Nelson Araújo Esauero Filho
Procurador do Município
OAB/RO 287

5832/14
V59
Dand





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
SEMPLAN
Fiscalização de Obras e Posturas

5932/14
155
Paula

PROC 5732/PMC/2014

REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO DE RENDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE
CACOAL

SETOR 07 QUADRA 132 LOTE 14 (315)

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

Em vistoria "In Loco" na data 16 de Dezembro de 2025 as 13:50 horas constatamos que o imóvel objeto da reversão não está sendo utilizado pela associação para qual foi doado.

Constatamos que imóvel encontra-se cercado, com criação de cabritos, em contato com o proprietário dos animais o mesmo informou que cuida da área há aproximadamente 34 anos, que é consciente que o lote pertence ao Município, todavia, sempre fez a limpeza e manutenção do mesmo.

Solicitou verbalmente à fiscalização que caso o lote venha a ser ocupado futuramente, que seja notificado com antecedência para que possa dar destinação aos animais.

Cacoal, 17 de dezembro de 2025.


Ana Paula Carvalho
Fiscal de Obras
Cad. 7303

DISTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO
DE CACOAL COM INTERVENIÊNCIA DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO -
SEMPLAN E A ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS
CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL -
ARCICCSERO.

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de janeiro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), o MUNICÍPIO DE CACOAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Anísio Serrão, n.º 2100, centro, Cacoal/RO, inscrita no CNPJ sob n.º 04.092.714/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ADAILTON ANTUNES FERREIRA, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n.º 941.410 SSP/RO e inscrito no CPF/MF sob o n.º 898.452.772-68, residente e domiciliado na Av. Juscelino Kubitschek, n.º 1009, Bairro Novo Horizonte, nesta cidade de Cacoal/RO, doravante denominada DISTRATANTE, a SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN, neste ato representada pela Secretária Municipal a Sra. ANA PAULA DE LIMA FERNANDES, doravante denominada INTERVENIENTE, e de outro lado a a ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL - ARCICCSERO, entidade filantrópica, inscrita no CNPJ n. 13.353.592/0001-77 situada na Rua Marcelino Matana s/n, Bairro Jardim Tamarupá, Cacoal/RO, neste ato representada pela Presidente Srª. COLETA MACHADO DE ALMEIDA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG n. 000108691 SSP-RO e inscrito CPF sob nº 587.822.492-53, residente e domiciliado nesta cidade de Cacoal/RO, doravante denominada DISTRATADA, resolvem celebrar o presente DISTRATO, na execução do Processo Administrativo n.º 5732/2014, o qual tem por finalidade rescindir o Contrato em epígrafe com fundamento no art. 3º da Lei 3.811/17, de 27 de Junho de 2017, mediante as cláusulas a seguir discriminadas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. O presente DISTRATO tem por objeto rescindir **unilateralmente** o Contrato de comodato n.º 001/PMC/2017, referente ao imóvel urbano denominado Setor 07, Quadra 132, Lote 14, com área de 769,19 m², localizado na Rua Paulo Ferreira esquina com a Rua Maria Aurora, Bairro Teixeira, conforme justificativa e relatórios acostados no Processo n.º 5732/2014.

DO AMPARO

CLÁUSULA SEGUNDA. O presente distrato encontra-se fundamentado nos termos do art. 3º da Lei 3.811/17, de 27 de Junho de 2017 e Cláusula quarta do Contrato de Comodato 001/PMC/2017.

DA REVOGAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA. Ficam revogadas as demais cláusulas do Contrato de Comodato 001/PMC/2017.

DO FORO

Assinado por:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
ANA PAULA DE LIMA FERNANDES



21/01/2026 14:05:59





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº 5732/94
FOLHA 157

66

CLÁUSULA QUARTA. Fica eleito o foro da Comarca de Cacoal, para nele dirimir as dúvidas ou litígios oriundos da realização deste Distrato, renunciando as partes, desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou possa a vir a ser.

E, por estarem assim justos e Distratados, assinam o presente em tantas vias quanto necessárias, de igual teor e forma.

Cacoal/RO, 16 de janeiro de 2026.

[Assinado Digitalmente]
MUNICÍPIO DE CACOAL
ADAILTON ANTUNES FERREIRA
DISTRATANTE

[Assinado Digitalmente]
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO – SEMPLAN
ANA PAULA DE LIMA FERNANDES
INTERVENIENTE



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº 5132/14
FOLHA 158

Colis

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
EXTRATO DO DISTRATO AO CONTRATO DE
COMODATO N. 001/PMC/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 5132/2014.
DISTRATANTE: Município de Cacoal/SEMPAN
DISTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE REDENÇÃO DAS
CRIANÇAS E IDOSOS DE CACOAL – ARCICCSERO
CNPJ: 13.353.592/0001-77
DO OBJETO: Rescisão contratual unilateral.
LEGISLAÇÃO: Fundamento legal, nos termos do art. 3º
da Lei 3.811/17, de 27 de Junho de 2017 e Cláusula
quarta do Contrato de Comodato 001/PMC/2017.

DATA: 16 de janeiro de 2026.

[Assinado Digitalmente]
ADAILTON ANTUNES FERREIRA
Prefeito

Assinado por:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
ADAILTON ANTUNES FERREIRA



21/01/2026 14:16:24



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO
MUNICIPAL - (SECOM)

Certifico o recebimento deste documento para
publicação no Diário Oficial do Município de Cacoal –
DIOC

Recebimento: 22 de janeiro de 2026
Publicação: 23 de janeiro de 2026

Kelly Samara Duarte da Rosa
Chefe do Diário Oficial
Portaria Nº 0317/PMC/2025
[Assinado Digitalmente]

ASSINADO DIGITALMENTE
KELLY SAMARA DUARTE DA ROSA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://transp.gov.br/assinatura-digital>

